



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 126

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 19 de outubro de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Lubélio Mendonça e Marco Costa*

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 10h03.

Após a chamada dos/as Srs./as. Deputados/as, iniciaram-se os trabalhos com uma interpelação ao Governo Regional sobre o tema [“Ação Climática e Transição Energética”](#), apresentada pelo CDS-PP, em que intervieram os/as seguintes Deputados/as:

Rui Martins (CDS-PP) que abriu o debate com uma intervenção de tribuna, **Pedro Neves (PAN)**, **Ricardo Vieira (PSD)**, **José Pacheco (CH)**, **Carlos Freitas (PSD)**, **Nuno Barata (IL)**, **António Lima (BE)**, **Joana Pombo Tavares (PS)**, **Carlos Furtado (Ind.)**, **Pedro Neves (PAN)**, **Paulo Estevão (PPM)**, **Sandra Dias Faria (PS)**, **Marco Costa (PSD)**, bem como o **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel)** e a **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral)**.

No prosseguimento da agenda, deu-se continuidade ao ponto 7 – [Projeto de Decreto Legislativo Regional nº. 86/XII – “Estabelece medidas de apoio aos](#)

[indivíduos diagnosticados com a doença de Machado-Joseph](#)”, cuja discussão se iniciou no dia anterior, sendo uma iniciativa conjunta da Iniciativa Liberal e dos partidos da Coligação.

Sobre este assunto, usaram da palavra os/as Deputados/as **Tiago Lopes (PS)**, **Rui Martins (CDS-PP)**, **Carlos Furtado (Indep.)**, **Nuno Barata (IL)**, **Pedro Neves (PAN)**, **António Lima (BE)**, **Rui Martins (CDS-PP)**, **Ana Quental (PSD)** e **Alexandra Manes (BE)**.

A presente iniciativa foi aprovada por unanimidade em votação final global.

Tempo, ainda, para declarações de voto proferidas pelos/as Deputados/as **Ana Quental (PSD)**, **Nuno Barata (IL)**, **Tiago Lopes (PS)**, **Gustavo Alves (PPM)** e **Rui Martins (CDS-PP)** e **Deputado Carlos Furtado (Indep.)**.

Seguidamente, apreciou-se o ponto 8 da agenda relativo ao [Projeto de Resolução n.º. 116/XII – “Criação de condições para implementação de tarifário tendencialmente único para transportes coletivos”](#), da autoria do Deputado Independente **Carlos Furtado**, tendo participado no debate, para além deste, os/as Deputados/as **António Lima (BE)**, **Paulo Gomes (PSD)**, **Rui Martins (CDS-PP)**, **Nuno Barata (IL)**, **Tiago Branco (PS)**, **Pedro Neves (PAN)**, **José Pacheco (CH)**, **Paulo Estevão (PPM)**, **Vasco Cordeiro (PS)** e **João Bruto da Costa (PSD)** e, ainda, a **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral)**.

A proposta em apreço foi aprovada por maioria em votação final global.

Seguiu-se o [Projeto de Resolução n.º. 150/XII – “Prevenção e combate à violência obstétrica nos Açores”](#), da autoria do Bloco de Esquerda, tendo a **Deputada Alexandra Manes (BE)**, feito a apresentação do Projeto em referência, tendo-lhe sucedido no uso da palavra os/as Deputados/as **Salomé Matos (PSD)**, **Tiago Lopes (PS)**, **João Bruto da Costa (PSD)**, **Paulo Estêvão (PPM)**, **Catarina Cabeceiras (CDS-PP)**, **Pedro Neves (PAN)**, **Andreia**

Cardoso (PS), José Pacheco (CH), bem como a **Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi)**.

Tendo-se atingido a hora regimental para o final dos trabalhos, deu-se por concluída a sessão, passando para o dia seguinte a continuação da apreciação e votação deste Projeto de Resolução.

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 02 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, vamos proceder à chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa.

Secretário: Obrigado Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís.

Andreia Martins Cardoso da Cardoso.

Berto José Branco Messias.

Carlos Emanuel Rego da Silva.

Célia Otelinda Borges Pereira.

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral.

Maria Isabel Góis Teixeira.

Joana Pombo Sousa Tavares.

João Vasco Pereira da Costa.

José Manuel Gregório de Ávila.

José António Vieira da Silva Contente.

José Gabriel Freitas Eduardo.

José Carlos Gomes San Bento de Sousa

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos.

Maria **Valdemira Gouveia** Andrade Carvalho.

Mário José Dinis Tomé.

Marta Ávila Matos.

Patrícia Maria Melo Miranda.

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca.

Sandra Micaela Costa Dias Faria.

Tiago Alexandre dos Santos Lopes.

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco.

Vasco Ilídio Alves Cordeiro.

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes.

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte.

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental.

António Vasco Vieira de Neto Viveiros.

Carlos Eduardo da Cunha Freitas.

Délia Maria Melo.

Elisa Lima Sousa.

Flávio da Silva Soares.

Jaime Luis Melo Vieira.

João Bruto da Costa.

José Joaquim Ferreira Machado.

Luis Carlos Correia Garcia.

Marco José Freitas da Costa.

Maria **Salomé Dias de Matos.**

Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio.

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira.

Paulo Duarte Gomes.

Ricardo Beato Gomes Vieira.

Sabrina Marília Coutinho Furtado.

Vitória Alexandra Correia Pereira.

Partido Popular (CDS-PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Rui Miguel Oliveira Martins.

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares Manes.

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves.

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco.

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Barata Almeida e Sousa

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, esta manhã vamos iniciar os nossos trabalhos com o ponto 3 da nossa agenda que se trata de uma **interpelação** ao Governo Regional sobre o tema **“Ação Climática e Transição Energética”**. Uma iniciativa do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Os tempos já estão estipulados nos nossos painéis e são os seguintes:

O Governo, o PS e o interpelante têm 28 minutos; o PSD dispõe de 24 minutos; o Bloco de Esquerda e o PPM dispõem de 12 minutos cada; as Representações Parlamentares têm 10 minutos e o Sr. Deputado Independente tem 5 minutos.

Para iniciar a interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo,

A Ação Climática e a Transição Energética serão, porventura, dos maiores desafios dos nossos dias.

Tanto o são do ponto de vista dos investimentos necessários, da disponibilidade de recursos, da sua operacionalização em termos de metas e prazos definidos, mas também do ponto de vista geopolítico, de quem monopoliza ou detém os recursos minerais necessários, e ainda do ponto de vista da comunicação política e eventualmente do que teremos de abdicar enquanto sociedade para que as necessidades e dependência energéticas sejam mitigadas.

Os recentes e sucessivos atos de vandalismo a entidades públicas e privadas bem como o ataque a governantes, devem merecer o nosso repúdio.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E merecem o nosso repúdio pelo facto de, por um lado, em nada contribuírem para a delineação de soluções e, por outro lado, por se materializarem em reivindicações utópicas e intelectualmente infundadas.

Para não ser demasiado acintoso, diria que apenas se poderão tolerar estas ações como impulsos erráticos próprios da juventude.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A redução da dependência energética está diretamente associada às formas de produção de energia e, obviamente, ao seu consumo. Para reduzir a dependência, é prioritário investir na geração de energia a partir de fontes renováveis, como solar, geotérmica, eólica ou hídrica.

Naturalmente, é necessário constatar a viabilidade da exploração desses recursos em cada parcela da Região. No entanto, essa é uma importante forma de depender menos dos produtos importados, como petróleo ou gás, além de ser menos poluente.

Simultaneamente, é necessário investir em campanhas que consciencializem as pessoas a otimizar o consumo de eletricidade, utilizar meios de transporte que não consumam combustíveis fósseis, entre outras ações capazes de modificar essa realidade.

Do ponto de vista técnico é extremamente difícil atingir uma utilização de energia 100% renovável. No entanto, a nossa Região tem apostado cada vez mais no desenvolvimento de energias renováveis, e regista atualmente uma taxa de 37,5% de penetração de renováveis num todo arquipelágico.

Na ilha de São Miguel a taxa de penetração de renováveis atual é de 49% (maioritariamente geotérmica), mas que poderá atingir os 70%, fruto dos investimentos da EDA Renováveis e do envelope financeiro do PRR.

O Corvo passou de 0% de renováveis para 7% (energia solar), que pode chegar aos 10% ainda este ano, e que se se concretizarem os investimentos previstos,

uma vez que as dificuldades das cadeias de distribuição podem condicionar a celeridade do processo, em 2024, poderemos estar a falar de uma taxa de 70%.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Nas Flores, a meta é 85% de renováveis, tendo a energia hídrica um forte contributo, mas que certamente atingirá em 2024/2025 uma taxa de penetração de 65%.

A ilha Graciosa contabiliza até à data uma penetração renovável de 62% num sistema híbrido, composto por uma central fotovoltaica, um parque eólico e uma central de baterias.

No Faial, a taxa atual flutua entre os 11/12 %, mas com o reforço eólico e os investimentos no armazenamento, poderá elevar este valor para os quase 30% de energias renováveis, que é o valor que as ilhas com menor potencial, Faial, Pico, São Jorge e Santa Maria, poderão alcançar.

Não obstante, é premente acelerar a implantação das energias renováveis. É premente criar sinergias e oportunidades entre investimentos públicos e privados, por forma a que estas taxas possam crescer mais, e mais rápido.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Comissão Europeia afirmou a necessidade de alargar e intensificar de modo significativo a implantação de energias renováveis na produção de eletricidade, na indústria, nos edifícios e nos transportes, o que permitirá alcançar mais rapidamente a independência, dar um impulso à transição ecológica e reduzir os preços ao longo do tempo. A Comissão propõe aumentar a grande meta para 2030 em matéria de energias renováveis dos atuais 40 %, previstos no pacote Objetivo 55, para 45 %. Este aumento da ambição global criará o enquadramento para outras iniciativas, incluindo:

Uma estratégia específica da UE para a energia solar, a fim de duplicar a capacidade instalada de energia fotovoltaica até 2025 e atingir 600 GW até 2030;

Uma iniciativa para a produção de energia solar nos telhados que introduzirá progressivamente a obrigação legal de instalar painéis solares em novos edifícios públicos e comerciais e em novos edifícios residenciais;

A duplicação da taxa de implantação de bombas de calor e medidas de integração de energia geotérmica e solar térmica em sistemas de aquecimento urbano e coletivo modernizados;

E abordar a lentidão e a complexidade do licenciamento de grandes projetos de energias renováveis e uma alteração específica da Diretiva Europeia de Energias Renováveis, para que estas sejam reconhecidas como tecnologias de interesse público superior, onde os Estados-Membros deverão especificar zonas «preferenciais» para as energias renováveis.

Considero que deveremos aqui capitalizar a nossa imagem de marca, de natureza pristina exuberante, e garantir que conseguimos ir mais além. A nossa condição ultraperiférica exige, por um lado, que se aumente a independência energética, e por outro pode ser o expoente máximo da sustentabilidade energética e ambiental no território europeu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também do ponto de vista da ação climática este Governo tem provas dadas de estar a trabalhar afincadamente, com rigor e em tempo útil na redução da pegada carbónica. É disso exemplo o trabalho que está a ser feito para o Roteiro para a Neutralidade Carbónica que a Secretaria do Ambiente e Alterações Climáticas desenvolveu e que é um instrumento que norteará, neste particular, as políticas ambientais da Região.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, foram já concretizadas outras ações, como o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022/2027 que inclui Instrumentos de Gestão Territorial, as Condicionantes do Território, os Riscos Naturais, a Monitorização do Território, a Ocupação do Solo ou a Paisagem e permite realizar entre outros aspetos a consulta de cada um dos riscos naturais cartografados em cada uma das ilhas da Região Autónoma dos Açores, bem como da respetiva metodologia: Movimentos de vertente, Emanações gasosas permanentes, Cheias e inundações e Galgamentos e inundações costeiras.

Também posso falar do Plano Regional da Água, do Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos e de terem sido desencadeados os processos de alteração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira de diversas ilhas.

Assim, daqui e no âmbito desta interpelação ao Governo Regional, sob o tema específico, Ação Climática e a Transição Energética, questiono, desde já, o Sr. Secretário do Ambiente e Alterações Climáticas e a Sra. Secretária do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas relativamente aos principais projetos em curso nas respetivas tutelas, direcionados para o combate às alterações climáticas e para estimular a Transição Energética nos Açores.

Disse.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto ao Governo se quer usar da palavra nesta fase?

Não querendo, vamos avançar para as inscrições.

A Mesa já tem duas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário

Regional do Ambiente das Alterações Climáticas:

Quando vi esta interpelação - desculpem a expressão que vou usar – pensei: “o Sr. Secretário deve estar *chateado* com a bancada do CDS, porque a bancada do CDS-PP está a tentar *entalar* o Sr. Secretário”.

V. Exa. foi *entalado* pelo seu próprio partido e assim não pode ser.

Deputado Berto Messias (PS): Já não é a primeira vez.

O Orador: Ou sou eu que não percebo nada de política, ou o CDS tem alguma coisa *debaixo da manga* que a gente ainda não percebeu o que é. Senão eu vou ser trucidado no plenário por aquilo que disse no passado, por aquilo que eu estou a fazer no presente e por aquilo que não vou fazer no futuro. E eu passo a explicar:

Basta ir ao Diário da Sessão nº. 86, de 22 de novembro de 2022, em que eu tive um *tête-à-tête* com o Sr. Secretário relativamente à taxa de execução da área do ambiente. Isso numa altura em que V. Exa. tinha 25% de execução e depois de muita conversa havida, foi dito até pelo Sr. Deputado Gustavo Alves que eu tinha 4 anos de idade e não sabia nada, ao que eu respondi que o Sr. Deputado precisava de ter mais 40 anos de espera para que o Sr. Secretário fizesse mais alguma coisa. E o Sr. Secretário disse:

“Sr. Deputado Pedro Neves, posso descansá-lo, porque a execução será muito superior àquela que o senhor, neste momento, julga que ela será”.

Em primeiro lugar, o Sr. Secretário não sabia qual era a execução que eu pretendia (eu pretendia 100%), mas vamos aceitar que fosse 75%. E continuo a citar:

“Este ano, esta Secretaria teve um conjunto de projetos de grande valor e de grande montante, cujos procedimentos são longos” – todos percebemos – “...o

que leva a que forçosamente a execução seja feita no final do ano”. Estávamos em novembro e estávamos a falar até ao fim de 2022”.

“Que fique este descanso para o Sr. Deputado Pedro Neves” – certo.

Vamos à execução e ao Relatório Anual de Execução de 2022 e vemos que a Secretaria tem 57% de taxa de execução.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):

E porquê, Sr. Deputado?

Deputado António Lima (BE): Como é que é possível?!

O Orador: 57% de taxa de execução, 67% no planeamento e inspeção e promoção ambiental; 51% na qualidade ambiental e alterações climáticas - está aqui um trabalho *hercúleo* relativamente às alterações climáticas e à ação climática; recursos hídricos 39%; ordenamento e gestão do território 33%.

Depois, vou à outra tutela (energia) mas, obviamente, sabemos que há uma gestão partilhada entre os dois Secretários, relativamente à eficiência energética e energias renováveis temos 1,58%; serviços energéticos 65%; mobilidade elétrica também 65%; e política energética 2,28%.

Isto é o que temos para 2022, de uma Secretaria com um dos investimentos mais baixos, em termos de valor de investimento, de entre todas as Secretarias que, por si só, já era muito baixinho, completamente diferente daquilo que foi prometido nas Regionais de 2020, no âmbito do Programa do PSD e do CDS, em termos daquilo que iriam fazer relativamente às alterações climáticas. E, vai-se a ver, é a Secretaria com menos investimento de entre todas as outras, demonstrando, à partida, que o objetivo deste Governo de Coligação nunca será a ação climática ou tão pouco a eficiência energética. Mas tudo bem, nem todos os anos podemos ser felizes, por isso, vamos então para 2023.

Estamos mais ou menos perto - o ano passado estávamos em 22 de novembro, agora estamos a 19 de outubro - e vamos ver qual é a taxa de execução da mesma Secretaria: 28%, é a taxa de execução, Sr. Secretário.

Aqui vê-se, desde logo, que o Sr. Secretário foi um mau aluno o ano passado, foi repetente, esperávamos que passasse de ano agora, mas não passou.

Depois, vamos ver a tutela do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (que tem a energia) e verificamos que está um bocadinho melhor, mas mesmo assim, estamos a falar duma eficiência energética de 27%. E, depois, ouvimos o Sr. Deputado Rui Martins que fala parecendo que houve um hecatombe espetacular, uma *mudança de paradigma* relativamente à energia - serviços energéticos 18%, mobilidade elétrica 34%, política energética 8%. É isto que nós temos.

O ano passado houve promessas que foram em vão. E depois uma pessoa fica algo irritada, quando esperava que a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas – área pela qual, desde o início, eu tive um carinho especial e sempre o demonstrei - tivesse um investimento bem maior do que aquele que este Governo de coligação está a fazer. Mas eu digo que mesmo que tivesse 100 milhões, ou mesmo que tivesse o mesmo valor que tem a Secretaria Regional da Agricultura, não interessava para nada, porque não vai executar. Aliás, Sr. Secretário, eu até acredito que os touros do Sr. Secretário da Agricultura façam mais pela ação climática do que o senhor!

(Risos do Deputado Vasco Cordeiro)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Vieira.

(*) Deputado Ricardo Vieira (PSD): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É inegável que o nosso arquipélago está a passar por uma transição climática significativa.

O nosso histórico clima oceânico está a tornar-se cada vez mais imprevisível e extremo e a prova disso tem sido, por exemplo, todas as recentes tempestades tropicais que nos têm vindo a atingir nos últimos tempos, sendo o furacão Lorenzo aquele que mais nos vem à memória, pelas razões que todos nós temos conhecimento.

Para enfrentar estes desafios e alterações, o Governo tem vindo a implementar medidas para mitigar os efeitos da transição climática.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quais?!

O Orador: Prova disso, são os investimentos em energias renováveis e a criação de programas de conservação e proteção da biodiversidade, que vêm sendo desenvolvidos visando preservar os nossos ecossistemas que são únicos no mundo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É também fundamental que a nossa população desempenhe um papel ativo nesta mesma transição climática, a adoção de práticas sustentáveis, como a redução do consumo de energia, o uso responsável dos recursos naturais, é essencial para minimizar os impactos futuros.

Para além disso, uma consciencialização sobre a importância da preservação do meio ambiente, deve continuar a ser disseminada entre todos os açorianos das nossas nove ilhas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A transição climática nos Açores é uma realidade que vem trazer novos desafios significativos para o arquipélago, sem dúvida, e é necessário agir de forma rápida e efetiva para mitigar os impactos e garantir um futuro sustentável para as nossas ilhas e populações.

Com a aprovação do PEPGRA 20+ recentemente nesta Casa, demos mais um passo significativo na prossecução dos objetivos do combate a esta transição climática.

Por isso, a pergunta que vou deixar ao Sr. Secretário do Ambiente e Alterações Climáticas, tendo em conta os investimentos que têm vindo a ser feitos, e muito bem, nos centros de processamento de resíduos da Região Autónoma dos Açores, que mais investimentos estarão planeados para a gestão dos resíduos sólidos urbanos nos Açores?

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Deputado João Vasco Costa (PS): É melhor repetir a pergunta.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um bom dia a todos, antes de mais.

As alterações climáticas são uma preocupação, mas também uma moda. É uma moda, sempre que não se quer falar de algumas coisas, fala-se das alterações climáticas. É a perceção que eu tenho, sem minimizar aquilo que é a importância de cuidar do ambiente e de termos algumas preocupações. E reconheço que tem aparecido aqui algumas coisas, pela tal moda, como o caso do Solenerge, que eu sempre considerei uma boa medida, apesar das dificuldades técnicas que têm aparecido e das muitas queixas que vamos recebendo, mas continuo a acreditar. No entanto, espantei-me ao ouvir alguns graus de energias renováveis em algumas das nossas ilhas, quando nós sempre tivemos, e temos, um grande potencial para energias renováveis.

Realmente, o Sr. Deputado Pedro Neves abriu aqui uma caixa. Talvez não tenha sido o Sr. Deputado Pedro Neves, talvez tenha sido o Sr. Deputado Rui Martins,

mas acabou por abrir uma tampa que mais parecia uma garrafa de champanhe que foi um tal transbordar.

Eu não tenho muito mais a acrescentar.

Eu penso que o Sr. Deputado Pedro Neves do PAN, já disse tudo o que havia a dizer sobre isso. E agora o Sr. Secretário vai ter que explicar aos açorianos esse tal grau de execução e estas coisinhas todas que nós ouvimos aqui e vamos estar todos muito atentos, como bons alunos, a tentar aprender porque é que não se fez ou porque é que foi mal feito? Ou se não houve competência para o fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas.

(*) **Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O tema que o Grupo Parlamentar do CDS-PP nos traz é, sem dúvida, como disse o Sr. Deputado Rui Martins, um dos maiores desafios dos nossos dias. E sobre esta matéria, importa referir que a União Europeia está empenhada em desenvolver uma política bastante ambiciosa nesta matéria. E no âmbito do Pacto Ecológico Europeu, a União Europeia pretende, acima de tudo, que a Europa se torne o primeiro continente a eliminar até 2050 tantas emissões de dióxido de carbono quantas aquelas que produz. E este objetivo tornou-se juridicamente vinculado quando o Parlamento Europeu e o Conselho adotaram a lei do Clima em 2021.

O objetivo intermédio de redução de emissões com vista a 2030, também foi atualizado. E como disse o Sr. Deputado Rui Martins, de 40 para 45%.

Assim, também pela sua importância na vida dos cidadãos e pela capacidade de assegurar um futuro mais sustentável, o setor da energia tem sido uma prioridade para este Governo Regional. E tendo em conta o contexto atual, foi necessário reforçar a importância do sistema energético, principalmente num

contexto insular e arquipelágico, como é o nosso, com o intuito de dependermos cada vez menos do exterior. E os investimentos que estão a ser feitos na nossa Região vão encontrar políticas públicas que visam reduzir a emissão de gases de efeito estufa, promovendo, simultaneamente, o aumento da eficiência energética e a redução de combustíveis fósseis, em conformidade também com as exigências internacionais.

Com este intuito, tornou-se imperioso montar uma estratégia de incentivos à produção e armazenamento de energia elétrica e calorífica, a partir de fontes renováveis, aumentando as participações a atribuir, partindo também da responsabilização das pessoas num papel ativo e imprescindível à transição energética na nossa Região.

Posso dar-vos alguns exemplos de alguns de alguns sistemas de incentivos que estão em vigor na nossa Região. É o exemplo do Solenerge, um sistema de incentivos completamente inovador, o primeiro participado a 100% na nossa Região e passado um ano da sua entrada em vigor, já deram entrada de aproximadamente 4 mil intenções de investimento, aproximadamente 9,7 milhões de euros de incentivos já aprovados num envelope financeiro de 19 milhões, equivalendo a uma potência aprovada de 7 mil quilowatts.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): O problema é instalar.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Instalar?! Não é o Governo que instala!

O Orador: Ou seja, deste modo, em termos avaliativos e decorrido um ano da implementação desse sistema de incentivos, podemos afirmar que o resultado é muito satisfatório, uma vez que os marcos já alcançados, deixam antever que a meta dos 11,2 quilowatts até 2025, é muito possível de ser cumprida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Também temos o plano de mobilidade elétrica, grande promotor da sustentabilidade e eficiência no setor dos transportes terrestres, mantido por este Governo Regional, mas atualizado e melhorado o sistema de incentivos, de forma a ter uma maior abrangência e capacidade de resposta no contexto atual. Também temos o PROENERGIA e toda a sua gama de incentivos, mais concretamente a proposta de alteração trazida por este Governo Regional, e aprovada nesta Assembleia, que introduz o aumento da comparticipação financeira para o armazenamento, nomeadamente para as baterias que passaram de 25 para 85% de comparticipação...

Deputada Andreia Cardoso (PS): O problema é instalar.

O Orador: ... em complementaridade com o sistema de incentivos do Solenerge. E, portanto, ao contrário do grande falhanço das governações anteriores, em termos de crescimento sustentável e em termos energéticos na nossa Região, que cresceu menos de meio ponto percentual ao ano, em termos de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis, este Governo, neste âmbito, e com as estratégias e dinâmicas implementadas, tem a ambição de chegar aos 61 pontos percentuais de energia limpa a partir da obtenção de eletricidade até 2026, como consta na Estratégia Açoriana para a Energia 2030, partindo - diga-se - de um valor de 38% no início da Legislatura.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Importa salientar também, e como disse bem o Sr. Deputado Rui Martins, algumas das ilhas dos Açores, nomeadamente a ilha do Corvo, não tinha capacidade instalada de produção de energias renováveis que já não é o que acontece na atualidade e muito bem.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Isso é mentira!

O Orador: E aqui também não podemos descurar o investimento da EDA e da EDA Renováveis, no âmbito da produção e armazenamento de energias

renováveis, aumentando significativamente a capacidade instalada na nossa Região.

O caminho, sem dúvida, tem de ser este, num assunto que cada vez mais a população tem de estar informada e sensibilizada para esta transição em termos energéticos. E neste contexto, gostaria de perguntar à Sra. Secretária do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas como estão a decorrer as ações de sensibilização nesta matéria?

Obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados,

Srs. Membros do Governo:

Este é, de facto, um daqueles assuntos que importa debater nesta Casa e em toda a sociedade açoriana, eu diria, todos os dias, a todas as horas, a todos os momentos. Daqueles assuntos que, como eu costumo dizer, devem ser debatidos até nas tabernas e nos adros das igrejas, para que as pessoas percebam, de facto, a necessidade que temos de tomar medidas para darmos o nosso contributo, por ínfimo que seja, para o combate às alterações climáticas em todo o planeta.

Eu não vou dizer aquela máxima que se costuma dizer, porque não sou muito de embarcar em máximas, mas há uma medida extraordinária - eu diria fantástica mesmo - que foi decidida nesta Região, por via do Plano de Recuperação e

Resiliência, e que já aqui foi citada, que é o Solenerge e que poderia ser, de facto, uma medida que não só contribuiria para a melhoria das condições ambientais nos Açores, com vista a combater as alterações climáticas, como também na linha da sustentabilidade, combater situações de pobreza na Região Autónoma dos Açores.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Foi neste sentido que a Iniciativa Liberal introduziu alterações ao diploma que, recorde - e vou recordar sempre - foi aqui dito nesta sala que não seriam aceites pela União Europeia ou pela Comissão de Acompanhamento, mas que felizmente foram. Ainda bem que teimei. Mas como da prática à teoria e da teoria à prática vai uma distância muito grande, o que é facto é que não surtiu grande efeito.

O problema com o Solenerge não é ele ser uma boa medida ou uma medida fantástica. É ele ser mal aplicado, mal executado ou nem chegar a ser sequer executado.

O Solenerge tem um atraso considerável nas aprovações.

Tem um atraso nos pagamentos que não é considerável, é **inadmissível!**

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Não tem.

O Orador: Nós estamos em final de setembro com uma execução de 6.4%.

Não vale a pena dizer que temos muitos projetos, que temos muitas coisas a fazer, que já houve muitos promotores que o fizeram, que já houve muitos promotores que instalaram, que estamos no caminho certo, não é verdade.

Não é verdade e vou continuar a dizer que não é verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é uma má análise do relatório!

O Orador: Mas há uma situação no caso do Solenerge que é gravíssima, mesmo para aqueles projetos que estão aprovados e pagos e que é um atraso incompreensível na instalação de contadores bidirecionais.

Há pessoas, há empreendedores, que estão desde maio com os projetos aprovados e instalados e que não os podem pôr a produzir, porque se o fizerem, vão pagar a energia que estão a produzir.

Isto é **inadmissível!**

Isto é feito – e meçam bem estas minhas palavras, atentem a estas minhas palavras! – **propositadamente** por uma empresa pública que detém o monopólio da distribuição de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores!

Há, neste sentido, uma medida que é a única medida que resolve os problemas dos açorianos nesta matéria: dividir a EDA em duas, a produção para um lado e a distribuição para o outro, não há outra! Enquanto o monopólio da produção e da distribuição estiver na mesma empresa, nunca vai haver incentivo para que alguém ou uma indústria, seja ela qual for, com apoios ou sem eles, ou um particular, instale sistemas de produção de energia elétrica mais eficientes, de modo que os possa pôr no mercado. Este é um facto que ninguém pode negar.

Quando o produtor é o mesmo que distribui e é o comprador que compra a um preço muito abaixo daquele que vende, não há incentivo algum para que um privado faça um investimento nessa área. E há indústrias capazes de fazer investimentos nessa área, até sem recorrer ao Solenerge, porque não são enquadráveis no Solenerge que, como sabemos, tem um teto baixo. Mas há indústrias interessadas em fazer este investimento em torres eólicas, em painéis fotovoltaicos, mas claro que não podem fazer, se não tiverem maneira de meter no mercado a energia que produzem. E a maneira que têm de pôr no mercado a energia que produzem, é vendê-la muito mais barata do que aquela que compram. E isso não faz qualquer tipo de sentido.

Sem este passo, podem falar do que falarem em termos de taxas de execução, de chegar aos 19 milhões do PRR, que isto não vai resolver o problema das pessoas nem vai resolver o problema da distribuição de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores.

Só há um ato de coragem para resolver esse problema: é dividir a EDA em duas: produção para um lado e distribuição para outro.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Falar de alterações climáticas nos dias que correm, como é óbvio, é um assunto que vem sempre em boa hora e é sempre pertinente.

Nós continuamos, e vamos continuar durante muito tempo, a viver num período que é de emergência climática, com um crescente e galopante risco que trazem as alterações climáticas para as populações, principalmente, por um lado, dos países, por outro lado, para as zonas mais vulneráveis do Globo e nas quais os Açores se

Enquadram, não tanto do ponto de vista das consequências ligadas -como se veem noutras partes do Globo e até do País - por exemplo

à seca, mas principalmente ligadas a fenómenos extremos. E o nosso papel no combate às alterações climáticas passa, como é óbvio, por nos protegermos, acautelarmos e mitigarmos os impactos que irão acontecer, porque há questões do ponto de vista do aquecimento global, que já são praticamente irreversíveis, mas como é óbvio, não podem passar sem ser deixado um reconhecimento, em primeiro lugar, de que há um problema mundial sério com a questão do clima, com a atuação da humanidade na sua intervenção sobre a natureza e sobre o Planeta e, naturalmente, com a assunção de que há uma emergência climática.

Há, infelizmente, quem o negue, quem teime em negar. Há até quem negue que existem alterações climáticas, aliás, há partidos na Assembleia da República e aqui (como o CHEGA) que negam a existência de alterações climáticas. E há quem não tenha sequer votado a favor da Lei de Bases do Clima, como a Iniciativa Liberal. Ora, nesta matéria, há que haver consenso, deveria haver

consenso e unanimidade, na assunção de que há um problema que exige ação imediata. E essa ação imediata, como é óbvio, no nosso pequeno território com a nossa pequena população, passa também pela nossa intervenção.

Nesse sentido, eu gostaria de lembrar que os Açores fizeram um caminho interessante de introdução de energias renováveis na produção de energia elétrica, porque é a energia que em grande parte, mas não só, é responsável pelas emissões de gases com efeito estufa e os Açores fizeram uma introdução interessante nas últimas décadas, em termos de energias renováveis, seja pela energia geotérmica seja por outras que foram introduzidas ao longo dos anos, sendo que a hídrica já existe há praticamente mais de um século.

No entanto, há vários anos que nós assistimos a uma estagnação nessa evolução. Esta estagnação tem significado que embora nos Açores haja problemas ligados à pequenez e à reduzida dimensão dos sistemas, essa dimensão não pode explicar toda a estagnação que tem existido. Nós continuamos com a produção de energia através de combustíveis, na ordem de mais de 50%, pelos dados do 1º semestre deste ano – dados da Associação Nacional de Energias Renováveis vindos da EDA - estamos nos 52,65%. Nós estamos a falar, aliás, de cerca de 60% de energias produzidas através de combustíveis fósseis. Assim tem sido ao longo dos últimos anos. E não tem evoluído coisa nenhuma.

É preciso lembrar que grande parte dessa energia, é produzida efetivamente por um dos combustíveis mais poluentes que existe para produzir energia que é o fuelóleo.

A nossa estratégia de combate, aliás a Estratégia Regional de Energia - não é a de combate às alterações climáticas, a essa já vou mais à frente - prevê que, por exemplo em 2030, a utilização de fuelóleo seja muitíssimo reduzida, ou seja, passe para muito menos de metade daquela que é agora, introduzindo um *mix* de energia bastante diferente da energia elétrica na nossa produção. E eu

recordo que no seguimento de um conjunto de problemas que nós identificámos ligados à venda do fuelóleo, que levavam a margens de lucro astronómicas por parte de quem vende fuelóleo à EDA, neste caso a BENCOM, e da denúncia do contrato de venda de fuelóleo, foi aprovada nesta Casa uma resolução que não só recomendava inicialmente a denúncia do contrato, mas também um conjunto de estudos e de ações por parte do Governo. Aliás, recomendava, por exemplo, o estudo das soluções técnicas quanto ao tipo de combustível que pudesse ser utilizado para a produção de energia. Todavia, a Estratégia Regional para a Energia ainda prevê o fuelóleo. Mas eu gostaria de saber, em primeiro lugar, o que é que o Governo já fez a esse nível, ou seja, o contrato ainda vigora? Está denunciado, mas tem um prazo de vigência?

É preciso que o Governo explique o que é que já fez, porque esta resolução é de 21 de fevereiro e nós não podemos esperar para a véspera, para aferir da necessidade de encontrar uma solução para ser trabalhada. É preciso que ela seja trabalhada desde já.

Para além disso, até mais do ponto de vista económico e comercial, o que fez o Governo para estudar as vantagens e desvantagens de contratar - em conjunto ou separadamente - com vista a separar o armazenamento do fornecimento do combustível? Ou seja, no cumprimento desta resolução (Resolução n.º 7/2003/A, de 21 de fevereiro) o que fez o Governo Regional?

É que esta matéria é naturalmente fundamental para a estratégia ligada à energia nos Açores para os próximos anos, porque efetivamente a maior parte da energia elétrica nos Açores - mais de 50% - é produzida a partir do fuelóleo. E essa é uma questão central para o futuro dos Açores, para o futuro da produção de energia, para o futuro dessa estratégia ligada à energia nos Açores.

Fico a aguardar as respostas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

(*) **Deputada Joana Pombo (PS):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pode-se ler no relatório do Estado do Ambiente 2017/2019 que “ as alterações climáticas têm vindo a ser identificadas como uma das principais ameaças ambientais, sociais e económicas do planeta e da humanidade que tem atualmente”.

A subida da temperatura que temos verificado, é acompanhada também pelo uma alteração da distribuição da precipitação de todos os padrões do vento, das alterações que todos temos verificado e que levam a um aumento, sem dúvida, de números de eventos climáticos extremos, como as ondas de calor, tempestades e cheias.

Considerando essa importância emergente que as alterações climáticas constituem para a sustentabilidade do planeta e, conseqüentemente, para a Região Autónoma dos Açores com a sua venerabilidade, o Governo Regional dos Açores, liderado, então pelo Partido Socialista, elaborou em 2011 a Estratégia Regional para as Alterações Climáticas que pretende, através das políticas regionais, preparar a sociedade para lidar com estas transformações do clima, que são inevitáveis, com elevado impacto socioeconómico.

Com a finalidade de operacionalizar esta estratégia, foi elaborado pelo Programa Regional para as Alterações Climáticas, aprovado em 2019 como principal instrumento para o planeamento das políticas públicas, considerando que a intensificação das alterações climáticas coloca uma extrema pressão acrescida nos territórios limitados, como é o caso dos Açores.

Realçamos a relevância estratégica deste Programa que tem como principal objetivo reduzir a vulnerabilidade e a exposição dos riscos climáticos e aumentar a resistência da população para esta resposta de emergência. Ou seja, espera-se que se previna para eventos de calamidade e que promova a

segurança das pessoas e de bens. Para a operacionalização deste programa e a fim de alcançar as metas nelas definidas o Governo Regional de então liderado pelo Partido Socialista, candidatou o que viria a ser o Life IP Climaz, aprovado num valor superior a 19 milhões de euros para a realização das diretrizes-chave para adaptação e mitigação para as alterações climáticas.

Apesar de todos os modelos que sugerem uma diminuição da precipitação, que temos verificado nos últimos anos na Região, são elevados números de episódios de pluviosidade extrema que têm tido consequências graves materiais e estruturais em várias ilhas dos Açores. Ora vejamos os recentes acontecimentos em Santa Maria, em que apenas no único dia de 1 de outubro, uma chuva torrencial na freguesia de Santo Espírito e no dia 13 em que nos dois eventos, temos ocorrências superiores a 35, desalojados, danos em infraestruturas, redes de abastecimento, vias de comunicação, com inúmeros deslizamentos de terra e derrocadas, muitos deles extremamente preocupantes, como é o caso da estrada regional de acesso à Baía da Maia que se encontra interdita desde o dia 1, pelos danos estruturais que a mesma apresenta nesse acesso.

No último evento, foram esgotados todos os meios e capacidades da ilha, sejam elas municipais, delegações de ilha, mas, acima de tudo, das empresas que auxiliaram na limpeza e na segurança das pessoas e bens, e que para que fosse restabelecida toda a normalidade, muitos deles com trabalhos superiores a 24 horas seguidas.

A todos os que garantiram a segurança de toda a população, o nosso reconhecimento e o nosso obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Por todas estas ocorrências e outras semelhantes, como as enxurradas da freguesia das Feteiras a 31/12/2021, o Governo Regional necessita de uma resposta quase que imediata, tendo em conta os danos verificados e que a mitigação do problema seja a curto prazo e que esteja junto das pessoas e do poder local e que não haja a necessidade de espera superior, por exemplo, a 18 meses.

Para eventos como estes, o Governo Regional criou regime jurídico financeiro de apoio à emergência climática, que pretende, como se pode ler na sua alínea a), “apoiar a perda de danos patrimoniais que sejam resultantes da ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos”. E, na sequência de alguns eventos extremos, há esperas superiores a 5 meses e que muitas das vezes, na ausência de respostas de delegações de ilha, há necessidade das autarquias virem resolver o problema para que as pessoas possam ter um teto para morar. Tendo em conta todos esses eventos que se avizinham muito mais frequentes e devastadores, é necessário um aumento do apoio, quer na prontidão da resolução dos problemas, em que as famílias se veem limitadas de aceder às suas propriedades, com percas avultadas e muitas das vezes que se colocam em risco para elas lá chegarem. Para a proteção destas áreas vulneráveis das populações e para a proteção das pessoas e da segurança dos seus bens, Sr. Secretário, espera-se muito mais de uma Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas. Espera-se muito mais do que uma execução de 12 milhões em 21 milhões possíveis em 2022, apenas 56,8% de execução. Acho que é um valor que é de destaque, porque já foi várias vezes realçado nesta Casa.

Sr. Secretário, exige-se muito mais do que 28,4% de execução no primeiro semestre de 2023, ainda mais quando o Governo tem à sua disposição um dos maiores pacotes financeiros possíveis de utilizar. Os Açores precisam de resposta, Sr. Secretário.

Os Açores precisam de ação e esta ação é em prol da proteção e da segurança das pessoas na sequência dos eventos meteorológicos, consequência muito deles das alterações climáticas a quem os Açores já se encontram sujeitos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo, naturalmente, por saudar o Grupo Parlamentar do CDS-PP...

Deputado Carlos Silva (PS): Era de esperar.

O Orador: ...por trazer esta interpelação ao Governo a este Parlamento sobre um tema de superior relevância à escala planetária e de muita importância para os Açores, atendendo à acrescida vulnerabilidade a que as nossas ilhas estão sujeitas face aos efeitos deste fenómeno.

É, de facto, urgente agir no sentido de conseguir mitigar as alterações climáticas e de reduzir os impactos que daí derivam, para que consigamos garantir a sustentabilidade ambiental, garantir as condições para a preservação dos nossos recursos e também as condições de habitabilidade neste planeta, sendo que, relativamente àquilo que disse o Sr. Deputado Rui Martins, são compreensíveis, as preocupações têm sido demonstradas um pouco por todo o mundo, independentemente da maior ou menor adequação na forma que são exercidas. A verdade é que essas preocupações são legítimas e todos nós devemos partilhá-las e, por isso mesmo, este desafio exige o empenho de todos os países e de todas as regiões, numa resposta institucional firme e concertada e que

depende também do compromisso individual de cada cidadão e de toda a sociedade civil, numa mudança de comportamentos e de hábitos que garanta uma alteração necessária de paradigma.

Este é um dos principais desideratos deste Governo que criou, como já foi aqui dito, uma Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, mas que assume este desiderato de forma transversal a todos os departamentos governamentais.

Aproveito para dar nota de que no próximo dia 25 de outubro será realizada a Conferência Internacional de Alterações Climáticas, que havia sido anunciada em maio pelo Sr. Presidente do Governo e que ocorrerá agora no Coliseu Micaelense.

A realidade do contributo que os Açores dão para este fenómeno é diminuto, mas isso não significa que nós não possamos ser afetados de forma severa pelos impactos das alterações climáticas. E é, como também já foi dito, evidente o aumento da intensidade e da frequência com que vão ocorrendo fenómenos meteorológicos extremos relacionados com a atividade ciclónica, com períodos de precipitação excessiva e prolongada, que resultam em movimentos de vertente, cheias, inundações, galgamentos costeiros, alteração do regime torrencial e de escorrimento das ribeiras e que causam danos muito significativos e colocam em causa a segurança de pessoas e bens. E, portanto, nós não nos podemos simplesmente demitir da nossa responsabilidade, apesar do nosso contributo ser diminuto, não nos podemos demitir da nossa responsabilidade de dar um contributo, para atingirmos aqueles que foram os desideratos fixados a nível nacional e internacional, nomeadamente ao nível do Pacto Ecológico Europeu. Sobretudo, o que nós necessitamos de garantir é a nossa capacidade de adaptação.

Aproveito a entrada do Sr. Deputado Pedro Neves na sala para lhe dizer que lamento a demonstração que teve na sua intervenção de falta de cultura democrática e de cultura parlamentar.

Ora, o senhor acha que um grupo parlamentar de apoio ao Governo trazer uma interpelação para esclarecer os açorianos de um assunto de grande relevância, é *entalar* - perdoem-me a expressão coloquial - o Secretário?!

Deputado Berto Messias (PS): Não foi isso que o Sr. Deputado Pedro Neves disse.

O Orador: Oh Sr. Deputado, já lá vão os tempos em que os partidos de suporte parlamentar não colocavam questões para não *incomodar* o Governo.

Isso acabou, Sr. Deputado!

Deputados Joaquim Machado e Carlos Freitas (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Metam isso na vossa cabeça!

Gostaria de dar-lhe nota de outra coisa, a si e também à Sra. Deputada Joana Pombo Tavares:

O senhor acusou-me de ser um mau aluno.

Quem foi um mau aluno foi o senhor, sabe porquê?

Porque nem se quer se deu ao trabalho de acompanhar aquilo que está a ser feito na Região e escudou-se na taxa de execução, como se a taxa de execução implicasse que um projeto deixasse de ser executado.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Secretário está desatento.

O Grupo Parlamentar do PS apresentou várias iniciativas quando o Governo era PS.

O Orador: Não, Sr. Deputado!

E mais lhe digo Sr. Deputado Pedro Neves, e o senhor sabe disso, porque eu disse-lhe a si pessoalmente: a taxa de execução desta Secretaria não foi maior, porque a República não transferiu as verbas que tinha de ter transferido, nomeadamente ao nível do PRR, e pelos atrasos subsequentes no Programa Operacional 20/30!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Ah claro que sim! Pelo amor de Deus!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Mas deixe-me dizer que, neste momento, a taxa de execução...

Deputado Pedro Neves (PAN): E o que é que o senhor disse o ano passado?!

O Orador: Sr. Deputado, acalme-se!

A taxa de execução desta Secretaria ronda os 50%, neste momento, e temos todas as condições para chegar aos 80%.

Portanto, Sr. Deputado, se o senhor achava...

Deputado Pedro Neves (PAN): Não é achar!

Eu sou tecnocrata, vejo os números!

O Orador: ... que eu vinha aqui com medo do combate, porque o senhor fez uma autêntica entrada a *pés juntos*, esqueça isso, Sr. Deputado!

Eu estou aqui e vou responder às questões que forem colocadas por todas as Sras. e Srs. Deputados. Mas a questão que está aqui em causa não é a execução, o que está aqui em causa são os projetos que estão em implementação para combater as alterações climáticas.

Deputado Pedro Neves (PAN): Lembra-se do que é que disse o ano passado?! Então disse uma inverdade!

O Orador: Não, eu não disse uma inverdade!

Disse-lhe que tinha projetos complexos, de execução prolongada e que isso levava a que fosse difícil nos *timings* fixados, poder executar.

Foi isso que eu lhe disse, Sr. Deputado!

Mais lhe vou dizer: como o Sr. Deputado não se deu ao trabalho de ir verificar aquilo que está a ser feito na Região...

Deputado Pedro Neves (PAN): Dei, dei. Até fui ver o Diário das Sessões. Diário da Sessão n.º 86!

O Orador: ...eu vou passar a dizer-lhe o seguinte:

Já foi aqui falado do Programa Regional para as Alterações Climáticas, criado em 2019, está em implementação o Projeto Life IP Climaz que prevê um investimento de 20 milhões de euros ao longo de 10 anos para combater as alterações climáticas na Região.

Queria também dar-lhe nota de que está a ser desenvolvido um roteiro para a neutralidade carbónica dos Açores, a concluir até ao final deste ano – Sr. Deputado Pedro Neves - e que permitirá, para além do roteiro em si, onde são definidas as trajetórias e as metas a atingir e também o esforço para que se possa atingir a neutralidade carbónica nos Açores, permite fazer o desenho de instrumentos fiscais para a neutralidade carbónica, o estudo da criação de *clusters* de competitividade para a neutralidade carbónica, a elaboração e publicação de guias de boas práticas setoriais e a melhoria do inventário regional de emissões e de sequestro.

Para além destes projetos, nós temos em curso diversos projetos que maximizam a utilização de fundos comunitários e aos quais me refiro, nomeadamente, à elaboração de cartografia de risco para mitigação e adaptação às alterações climáticas, um valor previsto até ao final do ano de 1,6 milhões de euros.

Deputado Berto Messias (PS): Ah sim, o senhor não executou quase nada até agora é que vai executar até final do ano?!

O Orador: O projeto para a melhoria do conhecimento, da localização e do estado de conservação de turfeiras e solos orgânicos; é um investimento de 1,5 milhões de euros até ao final do ano - Sr. Deputado Pedro Neves.

O roteiro para a economia circular, um investimento de cerca de 325 mil euros até ao final do ano - Sr. Deputado Pedro Neves.

A reestruturação dos centros de processamento de resíduos da Região, até ao final do ano 6,1 milhões de euros - Sr. Deputado Pedro Neves.

O Projeto PlanClimac que termina este ano e que permitiu investir na Região 410 mil euros.

O regime jurídico financeiro de apoio à emergência climática, que já foi ativado por três vezes e já permitiu ajudar as famílias em trinta e uma situações de sinistro com um investimento, como disse, de 110 mil euros, primeiro nos Mosteiros e nas Feteiras em 2021, depois também nas Capelas em 2022 e em Almagreira, em Santa Maria, já em abril de 2023, sendo certo que já está em curso o procedimento também para as intempéries que afetaram uma vasta quantidade de freguesias do concelho de Ponta Delgada já este ano. Gostaria de dar nota também que em 2024 é lançado o Observatório Climático do Atlântico, a instalar aqui nos Açores, em colaboração com o IPMA e que permitirá recolher dados atmosféricos e de massa de água para acompanhar as alterações climáticas e avaliar as emissões de gases com efeito de estufa.

Para além das questões levantadas pelo Sr. Deputado Rui Martins, que referiu o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores, destaco o Plano de Gestão do Risco de Inundações dos Açores que está concluído e entrará no dia 23 deste mês em consulta pública, o Plano de Gestão de Secas de Escassez que está concluído e será apresentado a breve trecho, a revisão do Regime Geral de Prevenção e Gestão e Resíduos, que também será submetido agora à consulta

pública e ainda queria dar-vos nota dos investimentos feitos ao nível das intervenções de proteção e estabilização da orla costeira e da requalificação das linhas de água.

Ao nível da orla costeira, dou nota de que só neste mandato, foram concluídas 11 intervenções em 5 ilhas, num investimento superior a 5,5 milhões de euros; estão em curso 3 intervenções na ilha de São Miguel, São Jorge e Faial, num investimento de 2 milhões de euros; e estão em preparação outras 3 intervenções na ilha de São Miguel, num investimento previsto de 4,8 milhões de euros; um total, só nesta Legislatura, de 12,3 milhões de euros.

Ao nível da Requalificação da Rede Hidrográfica, ao longo deste mandato, foram concluídas 4 intervenções em S. Miguel, Terceira e Pico, num investimento de 2,4 milhões de euros; está em curso uma intervenção na ilha Terceira de 610 mil euros; e estão em preparação 4 intervenções nas ilhas de São Miguel, Faial e Pico, num valor de 1,2 milhões de euros; no total, são 4,2 milhões de euros.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Queria, também, dar nota de que para o ano se inicia um projeto de capacitação da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, com meios e equipamentos que permitam fazer uma gestão e uma intervenção adequada na rede hidrográfica com um instrumento já de 2 milhões de euros.

Respondendo, ainda, ao Sr. Deputado Pedro Neves, a taxa de execução da Secretaria ronda os 50% e poderá chegar aos 80%, é esta a estimativa que fazemos.

Quanto ao Sr. Deputado Ricardo Vieira, sobre os centros de processamento de resíduos, para o ano começa um processo de modernização dos centros de

processamento de resíduos da Região, num investimento de 2,9 milhões de euros, para o qual já estará inscrito no Plano para 2024 1 milhão de euros. Em 2025 será investido o outro 1,9 milhões de euros.

Será dada continuidade ao projeto do sistema de posse de embalagens não reutilizáveis de bebidas dos Açores, com um investimento de cerca de 670 mil euros e com certeza da conclusão agora dos centros de processamento de resíduos.

Dou nota também que está prevista uma verba de 1 milhão de euros no âmbito do programa ECO Freguesias para o ano de 2024 e que dará também um contributo na limpeza de espaços públicos, por parte das juntas de freguesia.

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares:

Trabalhos realizados em Santa Maria, muito bem, concordo e também felicito todos os que estiveram envolvidos.

Uma resposta atempada seria possível se o Partido Socialista tivesse capacitado a Região ao longo de 24 anos para dar uma resposta atempada que não o fez!

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Não o fez ao nível da capacitação de meios para intervir. E a senhora falou no Regime Jurídico-Financeiro de Apoio à Emergência Climática e fez muito bem, mas esse regime foi criado por este Governo, V. Exas. nunca o fizeram!

E digo-lhe mais: esperar 3 ou 4 meses por este regime é aquilo que está previsto, porque este regime entra em funcionamento quando todos os sistemas de apoio já estão esgotados e não têm enquadramento para os danos que

permanecem por pagar, coisa que o Partido Socialista não fez ao longo de 24 anos!

Deputado Marco Costa (PSD): Bem lembrado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (IND):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começaria a minha intervenção por dizer que em parte concordo com aquilo que já foi aqui dito, principalmente naquela que é mesmo nossa responsabilidade a nível ambiental. E nessa responsabilidade, eu colocaria na primeira linha a defesa dos valores que nos são mais importantes. Falo, nomeadamente, da fauna e da flora que nos envolve e que é da maior importância e da maior responsabilidade que a preservemos.

Falo também da gestão dos resíduos produzidos e do destino que lhes seja dado, bem como da sensibilização das populações para produzirem o menor número de resíduos possível e dar-lhes um melhor destino e, sinceramente, do ponto de vista da nossa responsabilidade climática, eu acho que pára mais ou menos aqui.

Permitam-me discordar de quase tudo o que foi dito antes relativamente às outras matérias, pois o meu entendimento é de que andamos todos aqui ao contrário.

Gostaria só de lembrar às Sras. e Srs. Deputados que há 30 e 40 anos atrás, toda a gente tinha um forno em casa onde cozia pão, toda a gente tinha um porquinho e umas galinhas em casa, só que com o passar dos tempos, chegou-se

à conclusão de que o forno em casa não faz sentido, a padaria tem a produção em escala, as pessoas vão começar a comer o pão de forma mais barata; o porco também criado em casa, não é produzido em empresas especializadas, as galinhas por igual, ou seja, tirou-se essa carga das habitações para colocá-la em empresas especializadas.

Agora, estamos a voltar ao contrário, ou seja, agora a produção da energia já não vai ser das empresas especializadas para ser no telhado de cada um.

Eu não concordo com isso, porque estamos a transferir para as famílias as adaptações de telhados para instalar os equipamentos de produção de energia, estamos a transferir para as famílias o custo da manutenção da limpeza dessas mesmas instalações, está-se a transferir *só para algumas famílias* a possibilidade de instalar esses equipamentos e o que se assiste aqui, na realidade, com essas *modinhas* da ação climática, é que a ação climática estará apenas a dividir mais a população.

Há os que podem chegar a políticas ambientalmente mais sustentáveis, porque podem avançar com o dinheiro para instalar os equipamentos. E há os que não podem e continuam mais pobres do que os outros.

O fosso entre a classe média baixa e a classe média alta aumenta com essas *modinhas* da transição energética.

Todos temos a consciência disso. E a prova está na quantidade de exigências que hoje são imputadas a quem quer construir ou reabilitar uma casa, que tem que ter os vidros com películas protetoras, os alumínio com corte térmico, o isolamento térmico nas paredes e na cobertura, a instalação da bomba de calor ou dos painéis solares, ou seja, incrementou-se nas habitações um custo que tornou proibitivo para boa parte das famílias dos Açores terem casa própria. E então o que é que acontece?

Estamos a empurrar essas pessoas que não conseguem chegar à casa própria para o arrendamento ou para a permanência em casa dos pais.

Portanto, isto é tudo muito bonito, mas na realidade o que se está fazendo é pôr os pobres mais pobres e os remediados mais bem servidos. E ainda isto está servindo para desresponsabilizar as políticas estatais e as empresas que orbitam em volta do estado, como é o caso da EDA, que depois tem os lucros e tem os equipamentos instalados no telhado de cada um e há-de instalar também, como já foi dito aqui pelo Sr. Deputado Nuno Barata, os contadores bidirecionais no dia e hora que lhes dá jeito.

Caros e Caras Sras. e Srs. Deputados:

Essas políticas levadas ao extremo, como se tem vindo aqui a papaguear, o que é dito noutras geografias, interpretado aqui na nossa Região, não tem trazido benefício nenhum a quem não tem recursos. Senão, vejamos o caso do Solenerge:

- Quem é que tem instalados os painéis fotovoltaicos?

Aqueles que tiveram a possibilidade de chegar-se à frente com o dinheiro para os instalar e ficar à espera que lhes paguem, porque os outros – permitam-me a graça - vão continuar a *ver passar navios*, porque não chegam lá. Daqui a nada acaba o programa Solenerge e os pobres continuarão mais pobres e ainda com a agravante que da *modinha* das transições energéticas e de tudo que é muito bonito, eles para além de continuarem mais pobres, sendo que como foi anunciado recentemente, ainda têm de pagar o imposto de circulação mais alto, porque os carros deles são os carros poluidores que têm de ser abatidos e essa gente tem que ser empurrada para arranjar mais encargo de 400 euros por mês, ou coisa do género, para comprar um carro novo, porque estão-lhes a restringir o direito de ter um carro com a idade que tem. E, no fundo, só vai servir para isso, porque vai tornar a vida mais cara.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já terminarei, Sr. Presidente.

Eu lamento que isto esteja neste registo, porque é exatamente o contrário daquilo que deviam ser as políticas da criação dum padrão mais elevado a toda a sociedade e não estigmatizar aqueles que menos têm.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:

Pelos vistos, para o Sr. Deputado Independente você é o *Secretário das Modinhas*, mas eu vou-lhe dizer, você vai ser o Secretário que ficará conhecido...

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):
Não me aponte o dedo, Sr. Deputado!!

O Orador: O que eu não concordo sequer, aliás repudio o que foi dito, mas até ao final do ano o Sr. Secretário ficará conhecido exatamente por aquilo que disse em 2022. E eu que sou uma pessoa extremamente paciente, esperei calmamente dentro do meu *covil* um ano, porque eu sabia que isto ia acontecer, por isso esperei. E apesar do senhor dizer que eu sou mau aluno, se chegasse aqui à minha beira e visse a minha nota que tem mais de 428 páginas apenas sobre a sua Secretaria, você sabia que eu estava bem preparado para falar aqui. Mas não vou ser demasiado técnico, vou usar apenas os números. E os números não mentem e não podemos sequer arranjar a desculpa do dinheiro da República, porque a sua dotação revista não tinha o dinheiro da República.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):
Não?! E a liquidez?!

O Orador: Ele nunca apareceu, mas aí o Sr. Secretário do Ambiente estará a passar o ónus para o Sr. Secretário Regional das Finanças, dizendo que ele fez um mau trabalho no orçamento, coisa que eu não acredito.

Por isso, eu vou dizer que em 2023 não vejo quem é a pessoa que vai acreditar no Sr. Secretário quando diz *até ao final do ano*, porque o senhor disse isso o ano passado. Disse o ano passado - e está no Diário - “ posso descansá-lo, a execução será muito superior”.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):
Então mas de 25 para 57 não é um bom aumento?!

O Orador: Eu sei que os procedimentos são longos, mas o senhor disse até final do ano. E eu pensei “ok fez um erro, nós erramos, somos seres humanos”, mas não.

Este ano, V. Exa. fez exatamente a mesma coisa, falou aí em seis ou sete projetos que vão ficar resolvidos até ao ano que vem.

Ninguém vai acreditar em si, Sr. Secretário!

Esse é que é o problema!

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):
Isso é problema seu!

O Orador: Eu sei de todos os projetos que ou estão executados, ou estão por executar, ou estão na gaveta, porque nunca vão ser executados.

Tenho essa certeza!

De uma forma paciente, estive um ano à espera para fazer esta intervenção, para demonstrar que este Governo não tem como objetivo principal uma transição energética, uma ação climática justa e bem definida como nós pretendíamos quando este Governo iniciou funções em 2020.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Quem é “nós”?

Ó Sr. Deputado, menos!

O Orador: Sobre a transição energética, e já agora falando do Solenerge, é a única coisa em que eu concordo com o Sr. Deputado Independente, ou seja, que não vai chegar a todos, não vai mesmo chegar a todos.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Já se sabia disso!

O Orador: E isso é um problema bastante grave, numa altura em que nós queremos empoderar quem quer, não é quem pode. Porquê?

Porque temos aqui um grande pacote em relação ao Solenerge que é espetacular (podia ser), só que foram problemas atrás de problemas, desde a matéria-prima aos fornecedores, mas há pior, é que quem pagou, está há meses – senão há um ano - à espera do dinheiro e ainda não recebeu. E eu conheço essas pessoas que ainda não receberam esse valor. Há um bloqueio da Secretaria, não sei se é premeditado ou não, por forma a que não se faça esse pagamento.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Rui Martins:

As minhas primeiras palavras são obviamente para a sua intervenção, para agradecer as referências feitas e dar nota de que esta é sempre uma oportunidade para nós podermos falar das questões que nos são muito caras e que já várias vezes foram debatidas nesta Casa. Mas sempre que há um debate específico sobre esta matéria de transição energética, é sempre para nós uma boa razão para revisitarmos algumas destas ações realizadas, como dar algumas justificações e explicações a preocupações legítimas dos Srs. Deputados, que nem sempre estão por dentro de todo o detalhe e de todo o pormenor. E, portanto, nesse aspeto, quero agradecer-lhe, porque é de facto para mim uma oportunidade.

A transição energética não é um problema novo para os Açores.

A transição energética, como aqui já foi dito por alguns Srs. Deputados, é um processo que vem dos anos 80, com a geotermia – penso até que foi o Sr. Deputado António Lima que falou disso - com as perfurações, com a construção das centrais e com a produção de energia geotérmica. E essa é, de facto, a grande segunda fonte de energia da Região Autónoma dos Açores; ainda é a térmica, não há como esconder, segue-se a geotérmica e agora já está a ganhar grande peso, como é óbvio, a energia eólica, a fotovoltaica e a hídrica em algumas ilhas, onde sempre foi, designadamente nas Flores, a segunda ou até talvez, em dada altura, a primeira grande fonte de energia.

Portanto, eu diria que os Açores dão cartas sobre essa matéria a qualquer região insular.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E isso deve ser reconhecido, porque é um orgulho para todos nós. É um orgulho que vem dos anos 80.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Passou por governos do PSD, passou pelo Governo do Partido Socialista e hoje estamos nós aqui, o Governo de coligação, a dar continuidade a esses processos.

É um motivo de orgulho, não é um motivo de crítica.

Temos feito um bom trajeto e um bom percurso na transição energética. Dito isto, vou logo à pergunta concreta que me colocou o Sr. Deputado Rui Martins:

- Que projetos estão em curso para a transição energética?

Para além de toda a regulamentação dos planos, desde a Estratégia Açoriana de Energia, aprovada já por este Governo depois de feita uma atualização e uma retificação do *draft* inicialmente deixado pelo Governo anterior, já foi aprovada; o Plano Regional de Ação de Eficiência Energética está na sua fase final; o Plano de Mobilidade Elétrica está aprovado e atualizado; o Plano Regional de Poupança de Energia foi aprovado já também por este Governo.

Portanto, está aqui criado, designadamente o Plano Regional de Ação de Eficiência Energética – e já lá vou novamente quando falarmos de outra questão - um quadro normativo importante de objetivos, metas e ações para nós levarmos por diante. Mas paralelamente a isto, estamos a investir com todos os recursos que estão à nossa disposição, desde o PRR ao PO 20/20, e agora já o Açores 20/30.

Nesse aspeto, respondendo concretamente à questão colocada, queria dizer que estão previstos, até 2027, investimentos da ordem dos 131.9 milhões de euros em energias renováveis.

Em Sta. Maria, 4 milhões e 800; em S. Miguel 63.6 milhões; na Terceira 22.7 milhões; em São Jorge 8.4 milhões; no Pico 11.3 milhões; no Faial 5.8 milhões; nas Flores 11 milhões e no Corvo 4.3 milhões de euros, sempre em fotovoltaicas...

Deputado Carlos Silva (PS): E o hidrogénio?

A Oradora: ...sempre em eólicas, sendo que as baterias ainda não estão aqui incluídas neste valor, porque estes são os investimentos da EDA Renováveis e as baterias estão contempladas mesmo na EDA. E, portanto, ainda não estamos aqui a contar com as baterias que são também um investimento muito significativo e que são essenciais para sistemas finitos como é o caso do sistema elétrico de cada uma das nossas ilhas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: ... além da dimensão reduzida, são finitos, não estão ligados a nenhuma rede europeia de energia e, portanto, há toda uma preocupação de estabilização da rede que só se tem conseguido fazer através da instalação das baterias e, mesmo assim, é sempre com muitas limitações.

Nós temos que ter em conta a nossa realidade.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

A Oradora: É muito bonito fazermos um discurso como se faz na Europa, é muito bonito nós querermos alinhar com as metas europeias - e nós queremos e estamos a fazer os possíveis, mas nunca podemos esquecer a nossa realidade; uma realidade insular e, além de insular, completamente afastada de qualquer ligação europeia de energia.

Dito isto, em termos de investimentos concretos e respondendo ao Sr. Deputado Rui Martins, gostaria agora de referir aqui as questões que me foram colocadas expressamente.

Uma delas foi sobre o Solenerge, colocada por vários Srs. Deputados, sobre a qual eu começo por dizer o seguinte: o Solenerge – foi unânime nesta Casa - dizer que é um extraordinário programa e, aliás, devo dizer que foi um *case study* para outras regiões, designadamente a Madeira que tentou fazer, já não ao abrigo do PRR, mas ao abrigo do seu programa operacional.

Isto tem a ver com uma visão que nós temos de que a transição energética tem que ser pública e tem que ser privada. Tem que ser um esforço conjunto de todos. É preciso que todos estejam imbuídos do mesmo espírito e da mesma compreensão de uma realidade que é inexorável e que nós todos temos que enfrentar e mitigar, se não conseguirmos combater, pelo menos mitigar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, este envolvimento dos particulares que se faz através do Solenerge, e como se fez também anteriormente na Gracióllica com o

Governo anterior, é um projeto importante para envolver todos, públicos e privados. Já lá vamos à Gracióllica.

Fixando-me no Solenerge, neste momento, eu gostava de vos dizer que já pusemos no site da Direção Regional da Energia que está a esgotar-se o seu plafond financeiro. Ou seja, nós temos já, neste momento, como está referido no relatório do Solenerge, uma potência aprovada de 7.7, um volume de investimentos aprovado de 9.7, sendo que isto representa, em termos de potência, que já estamos a chegar aos 61%, portanto, 7.7 de 12.6 que é o máximo.

Deputado Pedro Neves (PAN): Mas já foi pago?

A Oradora: O valor aprovado é agora de 9.7 milhões de euros de 19 milhões, isto é, 51%. E temos candidaturas que já estão a ultrapassar os 19 milhões de euros mas essas candidaturas estão em processo de aprovação.

Deputado Carlos Silva (PS): Quanto é que já foi pago?

A Oradora: Estão aprovadas, 7.7% de potência e 9.7 milhões de euros aprovados.

Porque é que não estão pagas, como foi aqui referido em apartes?

Não estão pagas, porque só pagamos depois de instalado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Isso não é verdade, Sra. Secretária!

A Oradora: Depois de instaladas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): É verdade!

A Oradora: Não...? Então o senhor é que sabe?!

Deputado Pedro Neves (PAN): Se é assim, então traga as pessoas aqui do Faial para que venham dizer isso!

Deputada Joana Pombo (PS): Não é verdade!

A Oradora: Deixe-me concluir e ouça o que lhe estou a dizer.

Há 9.7 milhões de euros aprovados. E não estão todos pagos, estão pagos cerca de 2 milhões, porque os restantes não estão instalados e não apresentaram justificativos de despesa.

Ninguém paga sem justificativos de despesas, Sr. Deputado.

Isso é impossível e é ilegal!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Quanto às instalações, nós sabemos que há dificuldade no fornecimento de equipamentos.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Não, não!

A Oradora: Pronto, a Sra. Deputada é que sabe!

Deputada Joana Pombo (PS): Sei que não estão pagos!

A Oradora: Está bem, pronto, não há em Santa Maria talvez. Mas há em São Miguel e agora?! E há no Pico e noutras ilhas.

Há dificuldade de abastecimento de equipamentos em todo o lado e em todos os equipamentos, não é só do Solenerge.

Parece que não vivem neste mundo!

Não sabem que há uma dificuldade de abastecimento nas cadeias de fornecimento?!

Parece que é uma novidade!

Só a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares é que sabe que não há ruturas de fornecimento, pronto!

Então a Sra. Deputada, fique na sua que os empresários que nos estão a ouvir sabem muito bem do que é que nós estamos aqui a falar!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso não justifica tudo!

A Oradora: Não se pode pagar sem justificativos!

Portanto, uma coisa é dizer que estão pagos 2 milhões, porque só apresentaram justificativos desse montante e estão aprovados 9.7 milhões. Quando aparecerem justificativos serão pagos, não há dúvida nenhuma sobre isso.

Neste sentido, queria exatamente dizer que o que nos preocupa já neste momento, é dizer às pessoas que já estamos no limite das candidaturas. Mas como nós sabemos que há muitas que são rejeitadas e que não são aprovadas na sua totalidade, ainda não deixámos de receber candidaturas, mas já avisamos que elas entram e são analisadas por ordem de chegada e que há algumas que podem não ser analisadas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, já estão avisados e já está no portal do Solenerge.

Isto para vos dizer que o Solenerge tem sido um sucesso!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Sr. Deputado Nuno Barata, só para lhe dizer muito rapidamente que eu sei do que é que o senhor está a falar sobre os contadores bidirecionais, já falei com a empresa que está à espera dos contadores, sendo que a EDA encomendou esses contadores em outubro de 2022. Mas a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares diz que não há rutura de abastecimento nos canais de fornecimento, pronto é assim.

Deputada Andreia Cardoso (PS): A Senhora não ponha na boca da Deputada Joana Pombo Tavares coisas que ela não disse!

A Oradora: Mas há, desde outubro de 2022 que não há contadores para fornecer a nível internacional.

Quando às ações de sensibilização, como sabem - penso que sabem, é público – há um protocolo com a com a Agência Nacional de Energia, já fizemos 15

ações em todos os municípios e com escolas e estão previstas, ainda para 2023 e durante 2024, mais 20 ações de sensibilização junto das câmaras municipais e dos seus técnicos, bem como junto das escolas.

Sr. Deputado António Lima, a resolução que foi aprovada nesta Casa foi imediatamente posta em execução. Foi enviada à EDA que terá que resolver a partir do final do contrato e tem que fazer os seus concursos e resolver os seus problemas de fornecimento, é assim, é o que está na resolução e é o que vai ser cumprido.

Quanto à parte do Governo, eu não tenho muito tempo para me debruçar sobre isso, mas está a ser, mas está a ser a ser elaborado o Plano Regional de Ação para a Eficiência Energética onde precisamente se tem em conta a competitividade através da redução dos custos, a maior sustentabilidade da redução de emissões de gases, a maior segurança no abastecimento e o melhor aproveitamento das fontes renováveis. E é a partir deste Plano de Eficiência Energética que se dá cumprimento aos restantes pontos da resolução.

Também gostaria de dizer à Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, que esqueceu-se de referir que, de facto, o Governo esteve todo no terreno, com todo o equipamento das obras públicas...

Deputado Carlos Silva (PS): A Sra. Secretária esteve lá?

A Oradora: Por muito que esteja, porque infelizmente foi assim e não se repõe de uma hora para a outra, com todo o equipamento dos serviços florestais, o Laboratório Regional de Engenharia Civil já lá esteve a fazer o levantamento das situações para encontrar as soluções estruturais adequadas. E eu estive sempre em contato com a Sra. Presidente da Câmara. E, nesse sentido, nós somos **absolutamente solidários** com tudo o que possa estar ao nosso alcance e os empreiteiros também puseram-se imediatamente à disposição do Governo para colaborar em todos os trabalhos.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: E, portanto, sobre isso, também o nosso agradecimento a todos aqueles que colaboraram, públicos e privados.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores são muito solidários, mas não resolvem nada!

Presidente: Obrigado Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado,

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começo a minha intervenção dirigindo-me, obviamente, também ao Sr. Deputado Pedro Neves, porque quando vem dizer que há uma tentativa de *entalar* o Secretário, isto é, ao propormos esta interpelação será que foi para entalar o Secretário?

Obviamente que não é para *entalar* nem o Secretário nem a Secretaria, porque a realidade é que o assunto em causa é por demais importante e não está aqui em causa quem é que tutela as Secretarias ou qual é a sua origem político-partidária, não é nada disso que está aqui em causa.

Deputado Carlos Silva (PS): Claro que não. *Jamais* pensaríamos isso!

O Orador: O que está aqui em causa é efetivamente o momento que atravessamos do ponto de vista da transição energética e das ações necessárias

para travar ou mitigar os efeitos, ou qual é a ação climática para mitigar os efeitos das alterações climáticas.

A realidade, Sr. Deputado Pedro Neves, é que ao falar das baixas execuções financeiras, está a pôr o ónus, como se tudo isto dependesse de uma execução financeira, como se o trabalho ficasse parado, porque não houve execução financeira, logo não há trabalho feito. E isso não é verdade, pura e simplesmente não é verdade!

A insinuação que faz é essa, ou seja, que há uma inoperância, porque isso é visto nos números, em que não se investiu dinheiro. E a maior parte do trabalho que é da tutela, não é a execução financeira, tem a ver exatamente com os instrumentos de monitorização, por exemplo, do território, nomeadamente tal como disse, e muito bem, o Sr. Secretário, a identificação dos riscos naturais, a questão da monitorização do território, como é que é feita a ocupação do solo, ou a questão do Plano Regional da Água, o PEPGRA que é extremamente importante também para diminuir a pegada ecológica

para ser dado um bom destino aos nossos resíduos, isto é, àquilo que é reciclável e àquilo que não é reciclável e, ainda, ao que nós temos que tratar na Região e que o senhor é contra, como seja o caso da valorização energética. Mas sabe no íntimo que essa é uma das ferramentas que temos que utilizar na Região, porque de outra forma teríamos que estar a exportar resíduos para valorização noutros locais, ou seja, estamos a *passar a bola* da pegada carbónica para outro lugar, - estamos a reduzi-la - porque a realidade é que iria haver essa valorização energética noutra local. E também está a esquecer-se, por exemplo, da importância das revisões e daquilo que está a ser feito do ponto de vista do Plano de Ordenamento da Orla Costeira que é exatamente identificar quais as zonas mais propícias a galgamentos, inundações costeiras para que, por sua vez, possa haver um planeamento e ordenamento do território que salve vidas.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É isso que está a ser feito. E isso não significa que não há execução financeira.

Por outro lado, aquilo que foi anunciado e esclarecido pelo Sr. Secretário e que tem a ver com eventuais falhas no pagamento da parte da República no âmbito quer do PRR quer do próprio PO 20/30, já para não falar daquilo que também é conhecido e reconhecido por todos, sobretudo, na Secretaria da Energia, que tem a ver com as cadeias de abastecimento e a ausência de equipamentos no mercado, para que se possam fazer essas aplicações e esses investimentos.

Deputado João Vasco Costa (PS): Sim, sim, a culpa é sempre dos outros!

Deputado Berto Messias (PS): A culpa é sempre do sol... da lua... da guerra... nunca é dos senhores!

O Orador: Sr. Deputado Nuno Barata, devo-lhe dizer que compreendo e partilho de algumas das suas preocupações naquilo que concerne a questão do mercado, face à distribuição e produção de energia. Julgo que há trabalho a fazer, sem dúvida, mas devo-lhe dizer que relativamente ao Solenerge, não foi uma medida que tivesse sido desenhada para os privados venderem energia no mercado. Não é esse o propósito, aliás, o propósito é a autoprodução e o autoconsumo.

Deputado Pedro Neves (PAN): Tem a certeza disso?

O Orador: Tenho a certeza. Até porque se for verificar a fórmula de cálculo, imagine que eu tenho uma área de telhado enormíssima que permite-me abastecer quatro habitações e, então, vou pejar o meu telhado de painéis fotovoltaicos à conta do Solenerge.

Isso não é verdade, porque o que entra em linha de conta é aquilo que são as necessidades do consumo da habitação e, por sua vez, aquele que é o valor a atribuir e a ser pago na totalidade pelo Solenerge é um percentual das necessidades de consumo das habitações, logo não estamos a falar de uma

medida que tivesse sido desenhada para sermos produtores de energia e vendê-la à rede. Não é isso.

Obviamente, no todo global é que tem um saldo positivo, porque se eu não estiver a consumir energia de uma termoelétrica, tenho o benefício direto para (auto) produtor que não está a pagar essa energia e o benefício secundário, que não é menos importante, e que tem a ver com a redução da pegada carbónica, porque não estamos a queimar energias fósseis.

Por outro lado, Sr. Deputado António Lima, sobre o aquecimento global, há quem negue mas eu não entro efetivamente nesse clube, nós não entramos nesse clube e evidentemente partilhamos das preocupações que são atuais, ao mesmo tempo que consideramos que é importante referir e divulgar para não andarmos a vender, de certo modo, utopias - não estou a dizer que foi o senhor quem especificamente esteve aqui hoje a vender alguma utopia - mas num todo, às vezes quando se fala na questão da transição energética, parece que isto é tudo muito fácil, ou seja, que nós de um dia para o outro, podemos fazer essa transição energética.

A realidade é que a transição energética não pode dar lugar a uma crise energética. E quando o senhor fala da questão dos 50% que existem atualmente na dependência ainda de termoelétricas, isto é, da queima de combustíveis fósseis, nomeadamente do fuelóleo, é efetivamente um número preocupante. Mas aquilo que está projetado em termos de investimento...mas acha que é melhor o quê...? Não projetar e não fazer?!

É óbvio que é preciso tomar ações. Mas eu devo-lhe dizer que, neste momento a nível nacional, a energia que se está a produzir, também juntamente com as medidas que foram tomadas para mitigar as alterações climáticas e reduzir a pegada carbónica, levou a que a energia que nós estamos a produzir esteja perto das necessidades de consumo. E o que é que isto quer dizer?

Isto quer dizer, por um lado, que o aumento dos custos vai ser permanente e sustentado – vamos continuar a ter custos mais elevados de produção de energia e, por sua vez, imputados ao consumidor – e, por outro lado, também revela que se houver necessidade (que há) de crescimento económico que seja baseado no consumo energético, fica também condicionado. Porquê? Porque neste momento, não temos alternativas para dar ao mercado e introduzir no mercado a energia necessária para esse crescimento económico que seja sustentado na indústria.

Dou-lhe um exemplo: temos a Alemanha que anunciou agora que vai voltar a produzir energia através do carvão, vai queimar carvão e porquê? Porque fechou as centrais nucleares. Pronto, foi uma opção boa, dizem os ambientalistas, porque não consideram uma energia limpa – péssima, concordo - mas esta é a prova de que foi péssimo, porque a Alemanha, neste momento, vai voltar a explorar energia através da queima de carvão, ou seja, houve aqui um retrocesso, porque de repente este país começou a perder competitividade. E neste momento, estão a criar incentivos fiscais ao setor industrial para que este não saia da Alemanha, pois é a única hipótese, porque antes tinham acesso a energia a preços comportáveis e agora não têm.

Isto para dizer que a transição energética é algo que não podemos esquecer que levará certamente a um agravamento dos custos diretamente no consumo e também no estilo de vida. E é nisso que é necessário pensar, por exemplo, temos a *nuvem*, todos nós temos telemóveis, tiramos fotografias e as fotografias estão na *nuvem*, as estimativas da pegada ecológica da *nuvem* é que é equivalente a cerca de 92 milhões de carros. Ou seja, a transição energética, a transição digital, tudo aquilo que são as grandes perspetivas da nossa sociedade, têm um custo energético e, neste momento, a energia não fóssil é suficiente apenas para manter o atual nível de vida de cerca de 2 mil milhões dos habitantes do planeta, o que quer dizer que se nós neste momento somos 8 mil

milhões, em 2050 seremos 10 mil milhões, vejam a dimensão do que é que temos que abdicar na realidade, porque é impossível continuar neste consumo. Não poderemos querer abdicar na totalidade das energias fósseis, aliás, é uma impossibilidade, até porque a nível mundial 80 a 81% do sistema ainda é dependente de energias fósseis, e voltando à questão do fuelóleo, mesmo a nível regional, é óbvio que os 50% é um número elevado, mas também não sejamos *naïf*. Não irá haver uma redução para zero do consumo de energias fósseis na Região, porque é impossível. Aliás, isso tem a ver com a problemática que o Sr. Deputado Nuno Barata levantou sobre a questão da distribuição e introdução na rede, porque tem que haver sempre um elo no sistema que possa equilibrar e transformar estas energias verdes, que são *sujas* do ponto de vista da entrada na rede, porque são irregulares e têm que ser niveladas recorrendo, obviamente, ao setor termoelétrico.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente,

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar por dizer o que é que um jovem deputado dizia sobre isto em 1999. Na verdade... não dizia nada. Sobre esta matéria não dizia nada.

O que eu quero referenciar nesta temática, é que esta é uma matéria em que as opiniões públicas, os políticos, levaram algum tempo a ter consciência de que as alterações climáticas existiam. Não é o caso dum partido como o PPM.

Deputada Alexandra Manes (BE): Ah claro, foi o primeiro!

Já está!

O Orador: Um partido com praticamente cinco décadas de defesa da ecologia em Portugal.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: 50 anos de defesa da ecologia em Portugal pela mão do seu fundador, Gonçalo Ribeiro Telles.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputada Alexandra Manes (BE): Ah claro!

O Orador: E esta perceção que chegou agora a alguns partidos recém chegados é uma perceção que o PPM tem há muito tempo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É verdade.

O Orador: E, por isso, para nós é um orgulho, um enorme orgulho integrar um Governo que tem uma Secretaria que se chama *Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas*, porque isso, só por si, é uma declaração importante, quando há tantos governos extremistas, quando há tanta gente que continua a negar as alterações climáticas, vir um governo adotar e integrar esta designação no seu organigrama e na sua constituição, é importantíssimo é, só por si, uma declaração de intenções para dizer ao que vamos.

Deputada Ana Luis (PS): Hum... falhou!

O Orador: Considero também que é importante e fundamental que um partido da Coligação mostra que não temos medo de discutir estas matérias, como anteriormente em que o Partido Socialista nada tinha a interrogar os seus governantes, que não tinha essa coragem de dizer “bom, nós queremos provocar um debate sobre o ambiente, ou sobre a agricultura”.

O Partido Socialista não o fazia e só por si, também é uma declaração de intenções que mostra a capacidade que temos de colocar estas questões, de dialogar, de fazer referências àquilo que estamos a fazer de positivo e receber

também as críticas em relação àquilo que estamos a fazer de menos positivo ou de menos realizado, mas mostra uma coragem política tremenda dum partido como o CDS-PP, dizer aqui que apresenta esta temática e colocamos o Governo a responder, porque o Governo está a responder a estas questões, a estas críticas dos partidos da oposição, porque fomos nós que criámos esse momento no âmbito do debate que aqui se provocou por parte do CDS-PP.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

O Orador: É também importante referenciar aqui, quando o Sr. Secretário refere, por exemplo, uma concretização em relação à proteção da orla costeira de 12,3 milhões de euros, quando a orla costeira está, de facto inventariada e identificada como um dos fatores de maior risco na Região Autónoma dos Açores, quando o senhor tem uma concretização de 12.3 milhões de euros e isso é muito positivo e deve ser salientado. E eu saliento esse trabalho que foi feito por parte do Governo Regional nesta matéria.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Ou também outro fator de risco e outra vulnerabilidade do nosso arquipélago, que é a rede hidrográfica. E quando aqui é apresentada uma concretização nesta Legislatura de 4.2 milhões de euros, isso é importante, é fundamental e ainda bem que isso está a ser feito, porque mais uma vez, é numa das áreas de maior vulnerabilidade do nosso arquipélago.

Eu para além de ser do PPM, também sou da ilha do Corvo, que era uma ilha que não tinha nada sob o ponto de vista das energias renováveis, com apenas 400 habitantes, onde se podia fazer um projeto de enorme ambição, eu tenho agora o orgulho de dizer que está a ser concretizado

um projeto que irá permitir uma redução enormíssima dos combustíveis fósseis na ordem dos 70%. Vamos ter uma autonomia, em termos de renováveis, de 70%. É um resultado fantástico, sobretudo, quando se vinha do quê?!

De zero% do anterior Governo!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Uma vergonha!!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso também deve ser falso!

O Orador: Mas posso falar do conjunto dos investimentos que estão a ser feitos em todo o arquipélago, como por exemplo na ilha das Flores que irá atingir uma autonomia de 60% a curto prazo. É um valor extraordinário e com a ambição de se fazer ainda mais, como em todas as outras ilhas, com os investimentos significativos que estamos aqui a fazer. E isto para quem tem preocupações com as alterações climáticas, deveria ter sido aqui referenciado, porque fazer oposição política não é só dizer "isto não funcionou, aquilo não funcionou". Fazer oposição política, nesta matéria em específico, é também dizer "é importante que isto esteja a ser feito, apoiamos este projeto, apoiamos a concretização de uma autonomia cada vez maior da Região Autónoma dos Açores em relação aos combustíveis fósseis". E isso não foi realçado e presta-se um mau serviço a quem quer combater as alterações climáticas, quando se desvaloriza este tipo de factos e este tipo de concretizações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E poderia falar também no trabalho enorme que está a ser feito, do ponto de vista da planificação, como o roteiro da economia circular regional, o roteiro para a neutralidade carbónica dos Açores, o projeto da avaliação da biomassa, a reestruturação dos centros de processamento dos resíduos, a elaboração da categoria de riscos, o sistema de alerta de cheias, o regime jurídico financeiro de apoio à emergência climática, o programa regional para as alterações climáticas e tantos outros projetos que estão a ser feitos e estruturados.

Bem, há quem diga “tantos estudos, tantos projetos”, pois porque isto é que marca a diferença desta governação, é que os nossos fundos, as nossas políticas têm uma estratégia, são estudadas, são preparadas e quando se fazem as coisas que foram devidamente estudadas, o seu impacto foi acautelado, coisa que os senhores não fizeram nos governos anteriores por parte do Partido Socialista.

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é falso!!

Deputado Berto Messias (PS): Isso é pura e simplesmente mentira!

O Orador: Isto é que é importante referir, porque o que está a ser feito está a ser bem pensado, bem estruturado e está a ser bem analisado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: Por isso, nada melhor do que questionar o Governo sobre esta matéria, porque quando questionamos o Governo em relação a este assunto estamos, desde o primeiro momento, a dizer aos açorianos e a esta câmara que este assunto interessa sim, que não temos medo de o discutir, porque temos muitas realizações e estamos no caminho certo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio-dia e 5 minutos.

Eram 12 horas e 46 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade à interpelação ao Governo.

Eram 12 horas e 11 minutos.

Estava inscrita a Sra. Deputada Sandra Dias Faria a quem dou a palavra.

(*) Deputada Sandra Dias Faria (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sobre o debate que decorre desde o início dos nossos depois de todos os argumentos aqui apresentados pelos vários partidos e também pelas respostas obtidas por parte dos membros responsáveis por estas áreas no Governo, dizer-se que há uma evolução positiva não só não corresponde à verdade, como nega todas as evidências, começando logo naquilo que diz respeito à eficiência energética e às energias renováveis, olhando para aquilo que foi execução de 2022, em que temos 1.6 execução, portanto, de cerca de 40 milhões foram executados pouco mais de 600 mil euros, vir falar em novo paradigma e que agora é que se está a fazer, é no mínimo desonesto.

Quero também dizer que relativamente àquela que foi transformada numa bandeira deste Governo, o programa Solenerge, como resposta quer às famílias e empresas no apoio ao aumento dos custos energéticos, quer ainda naquele que é o seu primeiro objetivo de efetiva transição energética, falar-se de resultados positivos é empolar os verdadeiros resultados.

Nós temos nesse instrumento que deveria estar a ser aproveitado e decorridos já quase dois anos da sua implementação, temos valores muito aquém daqueles que seriam os desejáveis, digo mais, os necessários para a nossa Região, para que possamos cumprir não só as metas em termos de transição energética, em termos daquilo que nos é imposto pela União Europeia, mas também aquele que deve ser o apoio às famílias, às instituições do setor social e também às empresas.

Portanto, todos esses objetivos definidos para a redução da fatura da eletricidade, assim como para o cumprimento dessas metas, ficam deveras comprometidos por aquela que tem sido ação deste Governo. E vou citar a Sra. Secretária em abril de 2022, aquando da apresentação deste diploma, em que a dizia o seguinte:

“Recorde-se que também na sequência dessas negociações...” - falava das negociações do PRR e naquilo que trazia para a transição energética – “...existem metas rigorosas para cumprir até 2025. Em 2022, terá que ter mais de 3.3 megawatts instalados. Em 2023, teremos que ter mais de 6.7 megawatts instalados. Em 24 temos que ter 9.8 e em 25 temos de atingir os 12.6 megawatts instalados”.

Ou seja, mesmo havendo aqui alguma transição entre ambos, temos de atingir 50% até 2023. E o que é que nos diz o relatório de execução de setembro de 2023?

Temos apenas 1.9 megawatts instalados.

Aquilo que a Sra. Secretária falou dessa bancada foi de candidaturas aprovadas. Isso não se traduz em capacidade instalada que é aquilo que efetivamente é a marca com que a senhora se comprometeu até 2023.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Apelou aos privados para o fazerem. Os privados estão a fazer a sua parte, Sra. Secretária, veja-se o seguinte: dos investimentos já contratados, foram submetidos 458 projetos instalados por parte dos beneficiários, sendo que destes, 251 já se encontram pagos no montante de incentivo atribuído de 2 milhões 630 mil euros, numa potência instalada de 1.9.

Os privados estão a fazer a sua parte, o Governo é que não paga. Temos 207 beneficiários a aguardar.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Isso é falso!

Isso é demagogia!

A Oradora: Não é falso!

Não é demagogia!

Temos exemplos de candidaturas, temos exemplos de privados que já instalaram, já pagaram e estão há oito meses a aguardar o pagamento por parte do Governo Regional.

Estes é que estão a suportar os custos.

Deputada Ana Luis (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: O Governo, com esta inação ou incapacidade, como preferirem, falhou tanto nas metas da transição energética, como falha também naquele que é um dos seus desideratos, apoiar as famílias e as empresas. E ainda em abril de 2022, a Sra. Secretária dizia ainda o seguinte:

“Pretendemos envolver os municípios e obter a sua colaboração e quando digo municípios também as juntas de freguesia, para através de contratos-programa poderem ajudar na divulgação do apoio às candidaturas, no apoio às famílias com menos recursos e com menos capacidade de se candidatarem a estes incentivos, para conseguirmos porque isto é fundamental e é um objetivo de todos nós”.

Foi feito? Não, Sra. Secretária. E estas famílias foram deixadas de parte, estas famílias não tiveram o apoio que lhes foi prometido e continuam a aguardar o apoio para se candidatarem e estamos a potenciar o desperdício de verbas do PRR que deveriam ser canalizados para todos, incluindo também estes não só para os que merecem segundo os vossos critérios.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Não houve nenhuma declaração de interesses.

A Oradora: Para além disto, Sra. Secretária, nós temos o caso do compromisso que foi assumido até abril de 2022...

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): A (sua) Junta de Freguesia apresentou alguma?!

A Oradora: ... que assegurava que em 2023 teríamos 6.7 megawatts instalados, e segundo dados do relatório produzido pelo próprio Governo, no final de setembro (quase a meio do programa que se iniciou em 2022 e termina em 2025) com uma dotação total de 19 milhões, só pagaram 2.6 milhões o que corresponde a 1.9 megawatts instalados, ou seja, apenas 13.85 da dotação total. Com isto, este Governo criou expetativas às quais depois não consegue responder.

Temos um Governo de muitos anúncios e pouca concretização. Temos um governo que acenou aos açorianos com milhões e dá-lhes tostões.

(Risos do Deputado Flávio Soares)

Já em março de 2023, quase um ano depois de aprovado o Solenerge, voltámos nesta Casa a falar sobre o Pro-energia e naquilo que dizia respeito aos equipamentos de armazenamento às baterias. E, nesta altura, praticamente um ano após a aprovação do Solenerge, a Sra. Secretária reconhecia a dificuldade dos seus serviços em dar resposta às candidaturas e anunciou que tinha feito um reforço da equipa com mais três engenheiros, mais três financeiros e um administrativo.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): E fizemos!

A Oradora: Pelos vistos, continua a não ser suficiente, Sra. Secretária, porque a execução continua a ser paupérrima. A execução continua a ser um sinal claro de que estamos a pôr em risco verbas que deveriam ser aproveitadas e que, perdidas, não poderão ser recuperadas, visto que são do PRR.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Não é verdade!

A Oradora: Também não é verdade, Sr. Deputado Paulo Estêvão, quando diz que só agora a ilha do Corvo foi considerada na transição energética.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Eu não disse isso!

A Oradora: Disse sim senhor.

Temos um projeto anunciado em 2017 (iniciado em 2018) chamado *Corvo Sustentável*, com cerca de uma centena e meia de equipamentos em habitações e edifícios de serviços no Corvo, por sistemas solares térmicos, bombas de calor para produção de águas quentes sanitárias. E após a implementação do projeto, observou-se uma diminuição de cerca de 50% no consumo energético da ilha. Aliás, isto começou mais cedo, ou seja, em 2013 o Corvo já era considerado em projetos no que diz respeito à eficiência energética.

Sra. Secretária, vir aqui anunciar aquilo que está aprovado e que são intenções aprovadas e não aquilo que está efetivamente instalado, contradiz aquilo com que se comprometeu em abril de 2023. E que fique claro: quem está a suportar esta incapacidade do Governo são os privados que se veem impedidos de beneficiarem de montantes que foram negociados e garantidos pelo anterior Governo.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): A senhora diz isso, mas não acredita no que está a dizer, como é óbvio!

A Oradora: O anterior Governo garantiu a verba e o atual Governo não consegue transferi-la para os beneficiários e pô-las ao proveito dos açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): A gente agora é que vai instalar?!

(*Aplausos dos Deputados da bancada do PS*)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco** (*CH*): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo:

Esta coisa das alterações climáticas, espero que ninguém se amarre numa ponte cá pelos nossos lados, nem faça uma greve de fome e fica *amarelinho*, porque essa coisa das *modinhas* tira todo o crédito a um assunto que é bastante sério.

Também é sério quem o lê e quem tem lido bastante sobre isso, é um tema que também me interessa.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não é nenhuma *modinha*, é uma realidade, Sr. Deputado!

O Orador: Eu posso acabar de falar ou o senhor quer completar as minhas ideias?!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Pode continuar.

O Orador: O assunto é sério, porque elas existem, podem não existir pelas razões que muita gente diz. E daquilo que vou lendo, os cientistas dizem que a Terra está a arrefecer e não a aquecer, pronto. E o que tem acontecido é que as correntes vão-se mudando... mas os senhores consultem, leiam, porque é muito bom e, assim, não se fala de cor e não se anda com populismos.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Também há gente que diz que a Terra é plana! Isso é falso!

O Orador: Pronto, eu estou a falar de gente séria.

Falou-se aqui de painéis solares e, entretanto, recebi uma mensagem... eu espero que o PPM não me volte a chamado mentiroso!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não disse que é mentiroso. Disse que era falso.

O Orador: Chamou-me mentiroso!

Isso é chamar-me de mentiroso!!

E então, se me permite Sr. Presidente, vou ler esta mensagem – tenho autorização do meu amigo Pedro Rodrigues – que diz o seguinte:

“Falam muito dos painéis solares, mas muitos não sabem dos processos.

Ao fim de um ano é que me vieram instalar os painéis, tive que pagar 50% antes da instalação alguns meses antes.

Agora, ao final de um ano, estão a pedir as mesmas papeladas de novo, porque as outras caducaram, senão a empresa não consegue receber o restante valor”.

Estou sempre a citar: “Ainda não sei quanto tempo vou levar a ser reembolsado. Se as pessoas não têm o valor para o pagamento inicial, não conseguem concorrer.

Como é que querem que as pessoas optem por painéis solares?”

Isto faz-me lembrar as passagens aéreas que temos que pagar tudo no início e só depois ser reembolsados, questão que já deviam ter resolvido.

O Orador: Ele diz aqui mais umas coisas e tal, também fala numa empresa que não vou citar, que recomendou que ele recorresse a um crédito bancário, mas não foi este o espírito inicial.

Eu continuo a acreditar que é uma coisa boa, mas pelo caminho algo que está errado. Essa *areia* na engrenagem tem que ser desvendada. Eu confrontei a Sra. Secretária uma vez com algo que me tinham dito que se estava a passar. E a Sra. Secretária deu as respostas que para mim foram adequadas. A verdade é que depois recebi esta mensagem. A verdade é que se a culpa é das empresas, depois as empresas vêm dizer que é do Governo.

Ponto nº1 - ninguém tem que pagar adiantado!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah não?!

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): O Governo não paga adiantado, isso é garantido!

O Orador: O que era dito é que a pessoa teria os painéis solares e o Governo pagava esses painéis solares.

Eu não sei onde é que foram buscar os 50% ou o crédito bancário... não sei.

Deputado João Vasco Costa (PS): O Governo não paga, nem adiantado nem atrasado!

O Orador: É que nem adiantado nem atrasado, o Sr. Deputado, tem razão.

A verdade é que algo está errado. E se algo está errado, Sra. Secretária, uma coisa é a letra da lei com a qual eu concordo, apoiei, aplaudi, está tudo muito certo; outra coisa é realidade.

E esta é uma situação apenas, há outras que não consigo encontrar agora, mas podia ler aqui.

A realidade, a voz do povo na rua, que é uma coisa muito importante, é muito diferente dos ecos deste Parlamento, mas muito diferente mesmo!

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Isso sei eu, Sr. Deputado!

O Orador: Esta pessoa é mentirosa?

Não, não é. É o que ele sente na pele.

Contra factos, não há argumentos!

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma última intervenção nesta matéria só para clarificar duas coisas que me parece ficaram por clarificar ao longo do debate desta manhã: em primeiro lugar, acho que este não é um debate só sobre o Solenerge, mas já que nos centrámos nele, queria esclarecer o Sr.

Deputado Rui Martins que, na verdade, o Solenerge serve para injetar energia na rede, ao contrário do que o senhor disse. E porque é que serve para injetar energia na rede?

Serve, precisamente porque no Solenerge não foram contempladas as baterias para que, precisamente, nas horas diurnas, que é quando os painéis solares produzem mais e as famílias consomem menos, essa energia fosse colocada na rede.

Por isso, não é totalmente verdade aquilo que o Sr. Deputado disse de que o Solenerge não pretendia aumentar a produção de energia para introdução na rede. Aliás, é precisamente na fase diurna que a empresa precisa mais que os privados produzam energia para colocar na rede.

Em segundo lugar, sobre a resposta que a Sra. Secretária Regional deu à Iniciativa Liberal, ficámos sem saber se, de facto, o Governo concorda ou não com a nossa ideia de fazer, tal como se fez na República, da divisão entre a produção e a distribuição, porque sem essa divisão, no nosso entender - e penso foi aquilo que ponderou para que na República se tivesse criado a REN à parte da EDP – os operadores privados não podem entrar no mercado.

Eu sei que os senhores têm alguma dificuldade com o mercado, eu sei que os senhores acham que os Açores não têm massa crítica e dimensão para ter mercado, mas eu acredito no contrário, ou seja, que por mais pequeno que o mercado seja, pode sempre haver quem queira produzir e, aliás, isso viu-se na ilha Graciosa de há uns anos a esta parte, uma ilha bastante pequena.

Deputado José Ávila (PS): Mas com a alma grande.

O Orador: Isto fica para a história da autonomia:

Este é o Governo mais estatista da história da autonomia dos Açores!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta fase do debate, gostaria de dizer que, de facto, ainda há por aí - mesmo neste Parlamento - alguns negacionistas que falam em *modinhas*, não sei se serão Bailinhos da Madeira ou Pezinhos da Vila, mas o Sr. Deputado Carlos Furtado, parece que o CHEGA não saiu dele e ele continua no negacionismo.

Bem, Sra. Secretária em relação ao que disse na resposta à minha pergunta, e corrija-me se estiver enganado, é que o cumprimento da Resolução sobre o fornecimento de fuelóleo que foi aprovada nesta Casa, ficará em grande medida a cargo da EDA.

Sra. Secretária, deixe-me lembrar-lhe que a Resolução não recomenda o que quer que seja à EDA, recomenda ao Governo. E é o Governo que tem que a cumprir, porque deixar esta questão fundamental do fornecimento fuelóleo à Região nas mãos da EDA e do seu conselho de administração, é exatamente *entregar o ouro ao bandido*.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Vai nacionalizar a EDA?

O Orador: É *dar o ouro ao bandido*, metaforicamente falando, como é óbvio.

Sra. Secretária, serão os administradores da EDA, alguns nomeados pela Região, outros nomeados pelos seus acionistas privados que, por sua vez, são os mesmos donos da BENCOM que fornece todo o fuelóleo à EDA e à Região, a decidir qual será o combustível, o preço, em que condições e as margens de lucro.

Oh Sra. Secretária:

Isso é *entregar o ouro ao bandido*, metaforicamente falando, como é óbvio!

Isso, Sra. Secretária, não pode ser!

Este assunto é demasiado importante para a Região para ser deixado a um conselho de administração.

Essa é a função do Governo e a recomendação ao Governo.

Sra. Secretária, aquilo que lhe pergunto - e Sr. Deputado Rui Martins, deixe-me aproveitar esta pergunta para lhe responder que ninguém aqui falou, só o senhor é que falou, nos Açores serem a breve (ou médio) trecho totalmente independentes de combustíveis fósseis. Ninguém disse isso, só o senhor é que levantou essa questão.

Sabemos dos problemas que há, porque nós não conseguimos importar energia elétrica diretamente e a tecnologia ainda não tem soluções adequadas para isso. Mas, Sra. Secretária, se há uma estratégia que prevê a redução substancial até 2030 do consumo de combustível, nós queremos saber como é que essa estratégia se implementa?

Qual é o combustível?

Continuará a ser o combustível?

Haverá alternativas? E se há, quais são?

Qual é a margem comercial que o Governo quer garantir na venda de combustível à EDA?

Essa é uma questão fundamental.

Será que darão margens de lucro a quem vender 14%, quando a nível nacional, nesse setor, a média de 2%?

É a estas questões que o Governo tem que responder e é nessas questões que o Governo tem que estar a trabalhar e não a *entregar o ouro bandido*, ou seja, a entregar à EDA a decisão sobre esse processo.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): O Bloco de Esquerda está cada vez pior!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas.

(*) Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito obrigado, Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta algumas intervenções que foram feitas e que me antecederam, nomeadamente da Sra. Deputada Sandra Dias Faria, digo-lhe que a senhora anda a sofrer por antecipação sem necessidade.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD e de alguns Membros do Governo)

E posso explicar porquê.

Acho que é importante esclarecer aqui algumas situações para quem nos está a ouvir, no que respeita o Solenerge.

Como eu já disse na minha intervenção inicial, é e foi inovador para o Governo Regional e está também a ser inovador para as empresas.

Com isto, não querendo encontrar qualquer tipo de desculpa nem para as empresas nem para o Governo Regional, acho que importa esclarecer algumas situações.

Assim sendo, em termos de processo de candidatura, temos duas fases distintas: a 1ª. fase da entrega da documentação e (da parte da Direção Regional) a análise e aprovação da mesma. E aí tem havido um atraso, se quisermos dizer assim, de 6 a 7 meses.

Deputado Carlos Silva (PS): Já é bastante.

Deputado João Vasco Costa (PS): A gente já sabe.

O Orador: A partir desse momento, partir desse momento, as empresas têm 6 meses para executar o processo. E depois desses 6 meses de execução do processo, que se espera corra com normalidade - pelos vistos em Sta. Maria há

excesso de equipamentos enquanto noutras ilhas há dificuldade em encontrar equipamentos para as empresas e eu conheço muitas que têm dificuldades de ter equipamentos para poder fornecer os seus clientes e para poder instalá-los - a partir daí, depois do processo estar concluído da parte da empresa e haver as evidências de instalação e a justificação de despesa, a Direção Regional tem 30 dias para efetuar o pagamento que o tem feito.

Portanto, este é um processo que é simplesmente isto, é a 100%, mas obrigatoriamente tem que ter regras e elas têm que ser cumpridas e não como era antes, pois sabemos muito bem como é que eram resolvidas imensas situações que estavam bem evidenciadas na nossa Região, mas isso não é chamado agora para aqui.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e de alguns Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores não têm *unhas para essa viola!*

O Orador: Portanto, isto é na parte das candidaturas e dos tais possíveis atrasos.

Agora da parte das empresas - se calhar porque as pessoas sentem que estou um pouco envolvido e tenho falado um pouco sobre esta medida de sistema de incentivos – a verdade é que o Solenerge, se for todo concluído, e espera-se que sim, e os resultados que já apresentei estão a ser marcos muito bons para um ano desde que foi aprovado nesta Casa e posto em curso, representa 11,2 megawatts – respondendo ao Sr. Deputado Nuno Barata – de potência instalada, menos de 5%, em termos de potência instalada da EDA na Região que são cerca de 280 megawatts. Ou seja, não vejo aqui qualquer tipo de intenção por parte da EDA para os atrasos, no que concerne os contadores bidirecionais.

No que respeita à intervenção do Sr. Deputado José Pacheco que se apresentou documentado de um e-mail que recebeu da parte de algum cliente não satisfeito com a situação, o senhor falou numa situação em que tinham caducado alguns documentos que tinham que ser novamente renovados - deve ser isso. Ora, isso é perfeitamente normal e digo-lhe porquê. Isso tem acontecido em algumas situações fáceis de explicar.

Então, pondo em termos práticos, temos uma situação em que uma empresa, porventura - e aconteceu com muitas, porque também foi um processo inovador para elas – introduziu mal a candidatura, mais que não seja no estudo de dimensionamento, onde muitos não eram compatíveis; quando essas candidaturas foram submetidas, com algumas irregularidades mas tiveram que ser analisadas (demorou o seu tempo) retornaram novamente ao cliente, e agora diga-me no caso das faturas que têm de ter 6 meses de antecedência (o ato da submissão da fatura) diga-me se essas faturas já são válidas daí a 6 ou 7 meses? É claro que não faz sentido.

É claro que é um constrangimento para o cliente, mas isto é um processo sério, tem que haver regras.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Claro!

O Orador: E aí, e muito bem, não tem que se submeter novamente a candidatura, mas tem 10 dias úteis para o fazer no mesmo ato de entrega da candidatura, ou seja, não volta novamente ao processo

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ou seja, isto tem que ser esclarecido, porque é sempre fácil atacar a Direção Regional e a Secretaria Regional sem saber o porquê das situações, mas isto tem regras e elas têm que ser cumpridas.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Apenas para responder à Sra. Deputada Sandra Faria.

V. Exa. está mal informada.

O que eu lhe disse é que o total da eletricidade injetada na rede, até ao final da Legislatura passada, era 100% proveniente de combustíveis fósseis. Esta é a absoluta verdade.

Depois falou-me num projeto que é o *Corvo Sustentável*, cujos inícios arqueológicos são de 2013, não é a data que V. Exa. referenciou.

Mas sabe o que é que aconteceu com esse projeto do *Corvo Sustentável*?

Não foi feito. Mais uma vez, foi pensado, mas não foi feito. Agora sim, foi feito e por quem? Por este Governo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e de alguns Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto à Câmara se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de fazer uma leitura nesta fase do debate que aqui nos traz, e bem, a interpelação do CDS.

Em primeiro lugar, consideramos que o tema que nos traz aqui, está presente em todas as áreas de governação.

São inúmeros os documentos que já foram - digamos assim, - liderados pela Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, mas que obviamente obedecem a auscultação de todos os outros departamentos do Governo e essa complementaridade, na nossa leitura, deve ser elevada. Aliás, ainda recentemente, naquelas que foram as negociações dos plafons acessórios do PRR, as preocupações ambientais estiveram bem presentes na carta de negociação deste Governo Regional dos Açores. E, portanto, nunca é demais elevar todo o trabalho legislativo já produzido nesta Legislatura por este Governo na área do ambiente, todos os documentos de fundo que aqui foram trazidos com inúmero trabalho técnico e científico que é exigido. e, por isso, esse é um fator que deve ser elevado na atuação deste Governo e que é um realce transversal a todas as pastas que o envolvem.

Por conseguinte, não deixa de ser um pouco caricato que o PS nos traga aqui uma, digamos, queixa ou observação sobre a capacidade operacional em caso de emergência nesta Região, quando foram os governos do PS que deixaram sucata. Para lá da emergência climática, é uma questão de proteção civil que ficou posta em causa.

Foi isso que nos relatou a Sra. Deputada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Tiago Lopes (PS): Os senhores têm uma lata!

O Orador: Depois um segundo ponto que é uma preocupação sobre o regime jurídico de apoio à emergência climática. Ora, foi um documento que foi escrutinado nesta Assembleia, trabalhado por todos os

departamentos do Governo, coisa que não existia no passado, e agora vem o PS questionar a sua aplicação.

Eu acho que a obrigação de todas as forças políticas é perguntarem ao PS como é que resolvia as situações quando era Governo?

Será que era a tal política de mão estendida?

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, ainda bem que foi trabalhado um documento que clarifica a atribuição de apoios em caso de emergência.

Para terminar, e fazendo aqui uma observação quanto à não concordância com a leitura só dos números sobre as políticas ambientais, há um ruído que aconteceu na sala por parte de alguns dos partidos, quando se falou em *dívidas* da República.

Como é que é possível que ainda existam alguns partidos nesta câmara que num orçamento e plano da Região entre os 600 e os 700 milhões, se a República está a dever à Região Autónoma dos Açores um montante talvez não longe dos 100 milhões, acham que isto é um não assunto?

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Obviamente, isto afeta a vida de todos os açorianos e de todas as áreas de governação. E, portanto, não é um assunto menor.

É um assunto sério que não deve ser *lançado para canto* em momento algum.

Deputado José Contento (PS): Essa já não pega.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: É preciso ser realçado e, aliás, o maior riso desta situação veio da bancada do PS.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, pergunto ao Governo se quer usar os 2 minutos e 20 para encerrar o debate?

Faça favor, Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito telegraficamente, porque o tempo é mesmo muito pouco, eu queria dizer que se pode manipular os números como se quiser, mas há uma coisa que é a realidade, esteve cá o PRR há bem pouco tempo, nós estamos a cumprir as metas e os marcos em todos os programas do PRR desta Secretaria Regional, todos, inclusive do Solenerge!

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é falso!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Neste momento, a potência aprovada é de 61% do previsto e ainda estamos no final de 2023, ainda faltam mais 2 anos e 2 meses de execução, 61% da potência instalada e 51% do investimento previsto.

Portanto, está percebido que estão cumpridos os marcos e as metas, porque do lado do Governo estão aprovados 61% da potência e 51% do investimento.

Isto são os números, porque a instalação está do lado do promotor, não está do lado do Governo.

Eu até pergunto: o Governo anterior que na execução do programa Competir 20/20 deixou milhões de euros aprovados...

Deputado Carlos Silva (PS): Não havia o Competir 2020!

A Oradora: ... que não foram realizados, a culpa foi do Governo?!

Não foi, obviamente!

Não construíram hotéis - a culpa foi do Governo?!

Não construíram ou ampliaram indústrias – a culpa foi do Governo?!

Não foi!

O Governo aprovou e os promotores decidiram fazer ou não fazer. É a realidade que nós temos neste momento. E, por isso mesmo, neste momento, já estamos em *overbooking* no Solenerge. Mas estamos a receber candidaturas condicionadas com uma informação no portal de que se aquelas que estão aprovadas não forem concretizadas, eles têm a oportunidade de avançar com todas as candidaturas e, por isso, é que não cancelámos, porque senão isso podia alterar a ordem de entrada das candidaturas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Claro, obviamente.

A Oradora: E isso tem sido uma preocupação permanente. Elas são avaliadas de acordo com a data de entrada e seguem religiosamente esse processo.

Portanto, não há aqui nada que se possa imputar ao Governo. São questões que dependem do mercado e dependem dos promotores e nós estamos aqui a

aguardar isso, o que acontece com qualquer governo, como acabei de dar um exemplo.

Já agora, sobre o envolvimento das juntas de freguesia, eu perguntava à Sra. Deputada a sua junta de freguesia apresentou algum protocolo para ser assinado com o Governo, para permitir as candidaturas dos seus fregueses?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: É óbvio que não apresentou, porque eu sei que não apresentou.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sra. Secretária tem que terminar.

A Oradora: Em relação à intervenção do Sr. Deputado Nuno Barata, obviamente levantou questões estruturais que não são trazidas para este debate, terão a sua oportunidade, mas não neste momento.

Em relação às questões levantadas pelo Sr. Deputado António Lima, obviamente que a EDA é uma empresa independente, nós também não comprámos o Jet para a SATA e a EDA vai tratar da sua vida, como é óbvio, vai fazer o seu concurso, mas nunca se esqueça de uma coisa: a EDA está no mercado regulado. E a ERSE é a entidade reguladora.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e de alguns Membros do Governo)

Presidente: Sra. Deputada Sandra Dias Faria pede a palavra para?

(*) Deputada Sandra Dias Faria (PS): Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputada Sandra Dias Faria (PS):** Sr. Presidente, uma vez que fui interpelada no encerramento deste debate por parte da Sra. Secretária, gostaria de saber se posso responder à questão por ela colocada durante esse encerramento?

Presidente: Não, não pode, Sra. Deputada.

O debate já está encerrado pelo Membro do Governo e pelo interpelante. Portanto, já entrámos nessa fase, por isso, não é possível.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O PS ainda tem 14 minutos.

Deputada Sandra Dias Faria (PS): Mas eu fui interpelada já no encerramento, Sr. Deputado.

Deputada Ana Luís (PS): Ela não ia adivinhar.

Presidente: Sr. Deputado Rui Martins tem a palavra para encerrar a interpelação.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Sr. Presidente,

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta interpelação aqui trazida pelo CDS, tinha obviamente o propósito de colocar em discussão um assunto cada vez mais atual, até porque temos assistido cada vez mais, e a própria comunicação social acaba por veicular estes acontecimentos, que é esta ação popular de um certo ativismo que pretende, de certo modo, pôr também na ordem do dia, ou pelo menos pôr em causa, aquilo que são as ações políticas, o que é legítimo, os cidadãos têm esse direito e, eventualmente, aliás, um dever de ação cívica.

Obviamente que me parece que nem todos os meios são justificados, mas não foi isso que esteve diretamente em debate, porque é importante discutir sim a problemática, isto é, aquilo que levou também a trazer a este Parlamento esta discussão, daí ter que fazer este enquadramento, porque foi um dos motivos que nos levou a pensar que esta interpelação era importante, pois é também importante que os agentes políticos possam transmitir às comunidades aquilo

que são as possibilidades e aquilo que é atualmente ainda uma impossibilidade. E também é importante que a própria sociedade perceba que não é algo que dependa única e exclusivamente de alguma ação política, ou de definições políticas ou até da aprovação de leis. Ou seja, isto convocamos efetivamente a todos, porque tem a ver exatamente com aqueles que são também os comportamentos e hábitos de consumo que nós, enquanto sociedade, temos.

Por isso, gostaria de dizer que, infelizmente, o debate na parte da energia incidiu maioritariamente sobre a questão do Solenerge, considero que é infeliz, mas ao mesmo tempo é positivo.

Isso quer dizer que os investimentos que estão a ser feitos, por exemplo, na ilha do Corvo que tinha 0% de energias renováveis e que até ao fim do ano vai passar a ter 10%, e eventualmente no próximo ano, com os investimentos estão planeados pela EDA Renováveis, estaremos a falar de 70% de penetração de energias renováveis, o que é muito positivo e ninguém tinha nada a apontar.

Isso quer dizer que, por exemplo, os investimentos que vão ser feitos na ilha do Faial, que é uma das ilhas - a par de Sta. Maria, São Jorge e Pico – que, neste momento, tem eventualmente menos potencial de penetração de energias renováveis, mas os investimentos que agora apenas têm uma taxa de penetração de 11 a 12%, poderão passar, a breve trecho, para os 30%, e sobre isso também não vi ninguém a *condenar* o Governo por aquilo que foi a sua ação.

Por isso, considero que é muito positivo que a única mácula, digamos assim, que estão a apontar à Sra. Secretária é, afinal, a questão do Solenerge e que tem a ver, aparentemente, como foi desmontado pela bancada do Partido Social Democrata, com algum desconhecimento do procedimento daqueles que pelo menos aqui no Parlamento são mais vocais e que vêm dar voz às vezes a questões que se fossem investigadas, da sua parte, poderiam esclarecer também quem os confronta com essas dúvidas.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Por isso, no que respeita à energia, fico muito satisfeito pelos investimentos e parcerias que estão a ser feitas, tanto pelo público como pelo privado. E devo dizer também que ficou claro - ou pelo menos gostava de clarificar - que em relação ao Solenerge não foram contempladas baterias, respondendo já ao Sr. Deputado Nuno Barata, porque isso comprometeria a própria meta que estava definida de instalação de produção energética, por isso é que não foram incluídas as questões das baterias. E, por outro lado, há um dado não menos importante referido pela Sra. Secretária que considero que é um *pormaior* que tem a ver com o facto de nos Açores estarmos num mercado regulado, o que quer dizer que não há qualquer entrave da parte do Governo à participação dos privados na produção energética, por um lado; por outro lado, é uma falácia dizer que a entrada de privados no mercado vai trazer oscilações de preço, ou que isso se traduzirá numa maior competitividade e numa diminuição dos preços. Isso não é verdade, porque quem define os preços é entidade reguladora dos serviços energéticos e é um mercado regulado, logo não tem a ver com a lei da oferta e da procura.

Depois, também devo dizer ao Partido Socialista que naturalmente se mostrou muito preocupado, na intervenção da Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, com aquilo que é a ação climática, sobre isso dizer-lhe Sra. Deputada que o Partido Socialista deixou para a orla da Secretaria do Ambiente e Alterações Climáticas, no âmbito do PRR... zero euros.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):

Bem lembrado, Sr. Deputado!

O Orador: Ou seja, todas as verbas do PRR que foram alocadas a esta problemática, foram alocadas à energia, portanto foram zero euros para a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E devo dizer que foi este Governo, foi o Sr. Secretário do Ambiente e a sua Secretaria, que conseguiram alocar fundos para o combate e mitigação às alterações climáticas, no âmbito do REACT, EU. Foi este Governo, não foi o Governo do Partido Socialista, porque se fosse pelo Partido Socialista, para *alterações climáticas* e para *ação climática*... zero! Isso é um facto!

Vozes dos Deputados da bancada do PPM e PSD e do Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Queria ainda dizer, e para terminar, sobre estas questões da ação climática, que me orgulha muito - da mesma maneira que estou muito orgulhoso da prática e da atividade governativa na área da energia - aquilo que tem sido a atividade da Secretaria do Ambiente e Alterações Climáticas, sobretudo, porque conseguiu pôr em prática e elaborar a cartografia de risco para a mitigação e adaptação às alterações climáticas; conseguiu a reestruturação dos centros de processamento de resíduos para adaptação ao processo de compostagem e recolha seletiva de bio resíduos; implementou um regime jurídico financeiro de apoio à emergência climática; construiu um plano de gestão de risco de inundações nos Açores; e conseguiu aquilo que é muito mais importante, Sr. Deputado Pedro Neves, deixe que me dirija a si também, que é o investimento na proteção da orla costeira, um investimento que ascende a cerca de 12,3 milhões de euros.

Deputado Berto Messias (PS): Onde é que isso está Sr. Deputado?!

No papel cabe tudo!

O Orador: E aqui deixo-lhe uma pergunta retórica, Sr. Deputado:

O que é que prefere?

Prefere a execução financeira ou a execução das obras, a execução material?

O que é que prefere?

Prefere a execução financeira ou que as pessoas estejam efetivamente protegidas?

Estou-lhe a falar na proteção da orla costeira.

(Aparte inaudível do Deputado Pedro Neves)

O Orador: E sabe o que é que eu digo?

Eu, em vez da execução financeira, prefiro que as pessoas estejam neste momento protegidas.

É isso que é importante e é isso que este debate nos trouxe e mostra que este Governo tem tido uma ação concertada, que aquilo que muitos consideram *modas* ou *modinhas*, para este Governo, está no topo das prioridades, estamos em linha com as preocupações europeias...

Deputado Pedro Neves (PAN): Vá ver a execução do ano passado!

O Orador: ... do ponto de vista da penetração de energias renováveis, sendo que em muitas das ilhas, felizmente até já ultrapassámos largamente aquilo que são os objetivos da Comunidade Europeia;

Deputado Berto Messias (PS): No papel cabe tudo, Sr. Deputado!

O Orador: Que para 2030 o objetivo é 45%, por exemplo, a Graciosa tem 62%, que eu saiba 62%, Sr. Deputado Berto Messias, é mais do que 45%.

Nós na Região estamos, neste momento, com 37,5% e os investimentos preveem que nós consigamos atingir e superar aquilo que são as metas europeias.

Por isso, muito me orgulha aquela que tem sido a intervenção deste Governo, tanto na energia como na área das alterações climáticas, porque efetivamente houve muito trabalho feito. E mais do que o valor da execução financeira e do que se possa dizer, são os instrumentos que poderão permitir esta Região definir

e nortear as políticas da ação climática e, por sua vez, executar os fundos onde mais se necessita que é na proteção de bens e pessoas.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e de alguns Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não quiseram fazer o debate e agora vêm com interpelações!

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Faço uma interpelação, porque irei entregar na Mesa um documento emitido pelo Serviço Regional de Estatística relativamente à produção de energia, que desmente aquilo que foi dito, porque a taxa de penetração de energias renováveis em 2019 que consta é de 37% e em 2022 é de 34%. Portanto, reduziu e não aumentou, como foi aqui dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa irá distribuir.

Sras. e Srs. Deputados, encerrámos a nossa interpelação. Faltam apenas 4 minutos para as 13 horas, não dá tempo para passarmos à agenda. Penso que ninguém se oporá a que encerremos os nossos trabalhos para o almoço e regressamos às 15 horas.

Bom almoço a todos.

Eram 12 horas e 56 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 06 minutos.

Presidente: Estávamos no ponto 7 para o qual há mais propostas de alteração.

Pergunto se há alguma inscrição já em termos de debate na especialidade?

Parecendo não haver, vamos votar.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa para uma interpelação – não me vai pedir um intervalo por causa dum Deputado pois não?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, peço desculpa, mas é para solicitar um intervalo regimental de 10 minutos.

Presidente: É regimental, está concedido.

Regressamos às 15h20.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, podemos começar a votar?

Eram 15 horas e 15 minutos.

Vamos então iniciar a votação, na generalidade, do Projeto de Decreto Legislativo Regional nº. 86/XII - “ estabelece medidas de apoio aos indivíduos diagnosticados com a doença de Machado Joseph”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º. 86/XII foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Iniciamos a votação e o debate na especialidade.

Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade?

(Pausa)

Não havendo, pergunto à câmara se posso colocar em conjunto à votação o 1º e 2º artigos do diploma?

Estão à votação o 1º e 2º Artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados a votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, atendendo a que há aqui votações que têm muita influência com os Artigos 3º e 4º, eu propunha, como metodologia, que votássemos as propostas do Partido Socialista ao Artigo 3º todas em bloco.

Então estão à votação as propostas apresentadas pelo Partido Socialista ao Artigo 3º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração colocadas à votação foram rejeitadas com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o Artigo 3º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 3º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN ao nº4 do Artigo 4º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento dum nº. 5 ao Artigo 4º apresentada pelo PAN.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o Artigo 4º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 4º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu só queria que as minhas duas proposta de alteração relativamente ao Artigo 5º fossem retiradas e não sejam votadas.

Presidente: Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra apenas para explicar a proposta de alteração que o Partido Socialista apresenta ao Artigo 5º, na medida em que atendendo à progressão rápida da doença de Machado Joseph que afeta a funcionalidade dos indivíduos, nomeadamente naquilo que diz respeito à sua locomoção e à marcha, propriamente, achamos

que, com vista a eliminar barreiras arquitetónicas que impactem no seu quotidiano, este processo deve ser facilitado e daí propormos a remoção da necessidade de atestado médico de incapacidade multiusos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao nº.1 do Artigo 5º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o Artigo 5º com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 5º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artigo 6º.

A primeira proposta de alteração é apresentada pelo PS ao nº1 do Artigo 6º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está, assim, prejudicada a proposta apresentada pelo PAN ao mesmo número do Artigo 6º.

A segunda proposta de alteração é apresentada pelo Partido Socialista ao nº. 2 do Artigo 6º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está, assim, prejudicada também a proposta do PAN apresentada a este mesmo número.

Votamos agora uma proposta de aditamento do nº. 3 ao Artigo 6º, apresentada pelo PAN.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 25 votos a favor do PS e 1 do PAN e 2 abstenções do BE.

Presidente: Votamos agora o Artigo 6º com as duas propostas de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 6º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está á votação o Artigo 7º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 7º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artigo 8º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para colocar uma questão aos proponentes, bem como também ao PAN, sobre aquilo que é entendido por parte do dos partidos da Coligação que apresentam esta proposta, quando referem *manifesta situação de incapacidade*. Referem-se a uma incapacidade física, psíquica ou financeira, tal como o PAN coloca também na sua proposta?

É que no nosso entendimento, nada do que é redigido na atual proposta, nos faz remeter para a incapacidade financeira como está disposto no ponto 4, quando refere que *os apoios previstos no presente artigo são candidatados, instruídos e atribuídos pelo Departamento do Governo Regional competente em matéria de solidariedade social verificada, a documentação clínica que comprove o diagnóstico do grau de incapacidade do doente*. Portanto, solicitava esse esclarecimento aos proponentes.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor, tem a palavra.

(* **Deputado Rui Martins** (*CDS-PP*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente, o nosso entendimento e aquilo que foi vertido na nossa proposta inicial, é que seja por manifesta situação de incapacidade física, ou seja, não era para entrar em linha de conta qualquer questão que tivesse a ver com o ponto de vista financeiro, porque o objeto deste diploma prende-se exatamente com a condição da patologia que enferma as pessoas. Ou seja, não entram aqui as questões financeiras.

Eu não sei se será claro, mas para nós é absolutamente claro, por isso é que também se iria rejeitar a proposta do PAN, porque não queríamos tomar em linha de conta esta questão.

Não sei se depois para efeitos de redação final, se for do acordo de todos, se possa ditar a incapacidade física, única e exclusivamente para ficar mais claro, mas em nada no diploma alguma vez se refere a questão social e financeira. E daí o nosso entendimento, mas julgo que é pertinente o pedido de esclarecimento e espero que eu também tenha sido esclarecedor.

Obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(* **Deputado Pedro Neves** (*PAN*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço também a retirada do n.º 1 do Artigo 8º, porque acho que o Sr. Deputado Tiago Lopes tem razão nesse aspeto, apesar de eu não gostar da redação original, poderia haver uma alteração da nossa parte, só que também não iria ajudar e agora temos um celeuma, isto é, a minha alteração não serve, mas acho que a original também não servirá, porque essa incapacidade é um pouco dúbia relativamente a que tipo de incapacidade é que nós estamos a falar e de será definido esse tipo de incapacidade.

Obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está em causa o n.º.4, é isso?

Quando aqui se fala em *capacidade do doente*.

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por acaso o colega Deputado Luís Soares alertou-me para uma situação que eu julgo que pode clarificar. É que na verdade, apesar de ter percebido a questão que me parece pertinente e foi importante fazermos esta discussão, há também uma incapacidade que à partida será física, porque senão é uma dificuldade financeira. Ou seja, normalmente a terminologia para a questão financeira, não se põe do ponto de vista de incapacidade, porque é uma doença incapacitante e, obviamente, não é uma doença incapacitante do ponto de vista financeiro, é sempre uma doença incapacitante para a pessoa portadora da patologia. Não obstante, reitero, se for considerado pertinente pela câmara, em sede de redação final, que se possa aditar sempre a incapacidade física para ser claro e inequívoco que sempre que referimos a incapacidade, ela seja física, deixo isso à consideração da câmara.

Presidente: A câmara concorda com a solução do Sr. Deputado Rui Martins, que se acrescente no n.º. 1 a palavra *física*?

Estamos de acordo?

Peço à Comissão que tenha isso em atenção na redação final.

Vamos, então, continuar a votação.

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao n.º. 2 do Artigo 8.º.

O Sr. Deputado Carlos Furtado pede a palavra para?

(*) **Deputado Carlos Furtado (IND)**: Sr. Presidente, peço a palavra para pedir esclarecimentos à bancada do Partido Socialista sobre a alteração apresentada à alínea a) do n.º 2, no sentido de saber em que matéria de razão entendem que a vossa proposta de alteração é mais válida e mais eficaz do que o documento original?

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS)**: Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em resposta à questão colocada pelo Sr. Deputado Carlos Furtado, e passando também já para um esclarecimento sobre a nossa proposta de alteração ao Artigo 9º, nós propomos alterar a designação que já vem desde a década de 90 de *subvenção ao acompanhante* para aquilo que é o regime que temos atualmente em vigor que é o Regime Jurídico de Apoio ao Cuidador Informal. Existe já este regime em vigor, que tem o seu enquadramento financeiro também muito próprio e que em determinadas situações, no nosso entendimento, pode ser mais benéfico e mais favorável para os beneficiários.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para esclarecer que a intenção dos proponentes foi mesmo que este diploma não ficasse enquadrado naquilo que é o cuidador informal. E quero lembrar à câmara que é também possível aquilo que diz o Sr. Deputado Tiago Lopes, de que o enquadramento financeiro que existe para o cuidador informal, possa ser alguma vez melhor do que este que nós trazemos aqui.

O que é facto é que quando isso acontecer, então estamos perante um caso de uma família a viver do rendimento social de inserção.

Continhas bem feitas, não sei se alguma vez vai acontecer que o enquadramento do cuidador informal venha a ser melhor e mais benéfico do que aquele que nós aqui propomos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: De qualquer forma, este foi o nosso entendimento. Nós quisemos precisamente fugir daquele enquadramento, porque não é aquilo que nós queremos fazer.

Nós queremos ser disruptivos e não seguir aquilo que sempre se fez no passado que é ir fazendo mais ou menos igual uns remendos àquilo que já existe.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A disrupção é boa quando traz melhorias e, efetivamente, esta proposta que nos trazem, não tem melhorias relativamente àquilo que é o Regime Jurídico de Apoio ao Cuidador Informal, porque pese embora possam existir poucas situações em que o Regime Jurídico de Apoio ao Cuidador Informal possa ser mais benéfico do que aquilo que a Coligação aqui propõe, a verdade é que essas situações não deixam de existir. E existindo, é aquilo que nós propomos no Artigo 9º no ponto 3, que é o *montante a atribuir ao cuidador informal é de frequência e equivale a metade da retribuição mínima mensal garantida* – que é aquilo que a Coligação propõe – *ou prevista no Regime Jurídico de Apoio ao Cuidador Informal, consoante o regime que seja mais favorável, de forma a assegurar a prestação de cuidados.*

Deputado Nuno Barata (IL): Vá dizer isso às famílias dos doentes.

O Orador: E aí incluímos os dois regimes e aquele que for mais favorável, é aquele que deve beneficiar o beneficiário.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas qual é a opção?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos então continuar.

Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista à alínea a) do n.º.2 do Artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração obteve um resultado de empate na votação com 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do Deputado Independente, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Vamos repetir a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada por ter obtido um resultado de empate na segunda votação com 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do Deputado Independente, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Vamos votar a proposta de aditamento do n.º.5 apresentada pelo PAN ao Artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos então votar o Artigo 8º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 9º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Partido Socialista tem um conjunto de propostas de alteração ao Artigo 9º.

Pergunto à câmara se podem ser votadas em conjunto?

Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista ao Artigo 9º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração colocadas à votação obtiveram um resultado de empate com 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do Deputado Independente, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Vamos repetir a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração obtiveram um resultado de empate na segunda votação com 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do Deputado Independente, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação o Artigo 9º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 9º foi aprovado por unanimidade.

Há alguma dúvida?

Sr. Deputado Pedro Neves faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, é só para informar a Mesa que há uma gralha na proposta de alteração do PAN no n.º 3 do Artigo 10º onde diz “de 6 em 6” devia ler-se “de 6 em 6 meses”. Por isso, peço que se for aprovado, seja feita uma alteração em sede de redação final.

Obrigado.

Presidente: Muito bem, avançamos para o Artigo 10º, n.º 3 exatamente para essa proposta de alteração que vamos colocar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 25 a favor do PS, 2 do BE e do 1 PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN ao n.º 8 do Artigo 10º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 1 voto a favor do PAN e 25 votos de abstenção do PS.

Presidente: Vamos votar o Artigo 10º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 10º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o Artigo 11º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 11º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Em relação ao Artigo 12º, há novamente um conjunto de propostas do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer aqui esclarecer que entretanto a nossa proposta de alteração ao referir expressamente a denominação de *contrato*, é porque no nosso entendimento, aquilo que é proposto por parte dos partidos da Coligação, ao celebrarem contrato de prestação de serviços tripartido, em bom rigor não configura um contrato de trabalho nem uma prestação de serviços em si, porque é entre três partes. E, portanto, nesse sentido é que nós propomos a designação de *contrato*, atendendo a que, no nosso entendimento, a celebração de um contrato em si é uma formalização daquilo que depois deverá seu entendimento entre as três partes para decidirem posteriormente sobre a relação laboral. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Se não houver objeção, coloco em conjunto à votação as propostas do Partido Socialista ao Artigo 12º.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração foram rejeitadas com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o Artigo 12º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 12º foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 2 votos contra do BE e 25 votos da favor do PS.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, os Artigos 13º, 14º, 15º e 16º não têm propostas de alteração, pelo que se não houver objeção, vou colocá-los à votação em conjunto.

Estão, assim, à votação, os 4 artigos 13º, 14º, 15º e 16º.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votamos agora a proposta de aditamento de um Artigo 16º-A apresentada pelo PAN.

Sr. Deputado Nuno Barata...?

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Para votar os números em separado.

Presidente: Então votamos todos eles separados, um de cada vez.

Votamos a proposta de aditamento do nº.1 do Artigo 16º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o n.º. 2 do Artigo 16º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 25 a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente é para uma interpelação relativamente às votações em curso.

Estamos a votar um aditamento do PAN que cria uma equipa multidisciplinar. E em relação a essa equipa, a única referência que há no diploma era na proposta de aditamento apresentada pelo PAN ao n.º.5 do Artigo 8º.

Ora sem essa referência à equipa multidisciplinar, ela não tem funções, ou seja, julgo eu que sobre esta proposta, ou teria que ter sido aprovada aquela referência ou seria prejudicada, pois de outro modo na implementação do diploma é criada uma equipa que não tem funções.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao ponto 5 do Artigo 8º que dava mais uma função a esta equipa multidisciplinar, foi rejeitado, por isso, é uma função que não cabe nas funções da equipa.

Depois o PAN no seu aditamento da equipa multidisciplinar, define três coisas: uma é criar a equipa, a segunda diz quem é a equipa e o terceiro ponto define outro conjunto de funções que não aquela que já estava no Artigo 8º, que foi rejeitada (não é uma função).

Relativamente ao aditamento e à criação da equipa, votámos a favor.

Este diploma também prevê que tudo aquilo que seja omissivo será regulamentado pelo Governo Regional, o que quer dizer que a equipa multidisciplinar é criada nesta votação que acabámos de fazer, mas é constituída em DRR.

Deputado Berto Messias (PS): É a centralidade do Parlamento.

O Orador: Porque é que nós votámos contra esta constituição em particular?

Esta equipa multidisciplinar poderá ter que atuar em diversas ilhas, eventualmente até poderá ser constituída uma equipa nas Flores, por exemplo, que é onde há um conjunto de pessoas que padecem desta patologia e pode haver uma outra em S. Miguel.

Ora, nos termos em que o PAN aqui propõe, do ponto de vista genérico, não há nenhum pormenor ou detalhe em relação ao qual sejamos absolutamente contra, mas pode criar uma ineficiência que tem a ver, por exemplo, com o facto de definir que esta equipa é constituída especificamente por um médico com a especialidade em neurologia.

Ora, nas Flores a neurologia é...

Deputada Alexandra Manes (BE): É uma miragem!

O Orador: ...uma especialidade que é feita em deslocação de especialista, o que significa que do ponto de vista da eficácia desta equipa no dia a dia e na sua ação, podíamos estar perante uma dificuldade para criar uma equipa destas nas Flores.

O Orador: Sr. Deputado Tiago Lopes acha que pode ser uma questão de telemedicina – está a dizer em aparte e eu repito para que fique aqui registado.

A perspetiva dos proponentes, é que efetivamente é algo que deve ser avaliado em sede de regulamentação, atendendo àquilo que vai ser a necessidade de criar esta equipa multidisciplinar.

De qualquer das formas isto é uma questão de visão, obviamente, mas do ponto de vista da aplicabilidade desta equipa multidisciplinar, em nada fica prejudicada pelo facto do diploma não definir, já à partida, quem é que constitui essa mesma equipa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Sra. Deputada Ana Quental faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Quental (PSD):** Sr. Presidente, apenas para relembrar que será regulamentado através do artigo que fala na regulamentação que é o Artigo 18º.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não estou aqui para defender a proposta do PAN, que é quem o deveria fazer, mas a intervenção do Sr. Deputado Rui Martins não faz qualquer tipo de sentido, porque nada aqui diz que a equipa multidisciplinar presta apoio aos doentes de Machado Joseph de forma presencial nas ilhas sem especialidade de neurologia.

Portanto, ao fim e ao cabo, estão a desmerecer o trabalho da telemedicina na Região, logo isto não faz qualquer tipo de sentido no nosso entendimento.

Muito obrigado.

Deputada Ana Quental (PSD): Onde isto já vai!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(* **Deputada Alexandra Manes** (BE): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Primeiro, nestas dúvidas não está aqui definido quantas equipas multidisciplinares vão ser criadas. Está a ser criada uma. Ontem ouvi aqui que os doentes das Flores iam ser tratados no mesmo âmbito dos outros utentes do Serviço Regional de Saúde.

A minha dúvida é: afinal o que é que assegura que nas Flores os doentes terão um acompanhamento de uma equipa multidisciplinar igual à que vai ser criada em S. Miguel?

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Vamos continuar as votações.

Está à votação o n.º.3 do Artigo 16.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O aditamento proposto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Posso colocar à votação os Artigos 17.º, 18.º e 19.º em conjunto?

Sendo assim, vamos votar os Artigos 17.º, 18.º e 19.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º. 86/XII foi aprovado por unanimidade em votação final global.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Ana Quental (PSD):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, gostaria de relembrar partiu da necessidade verbalizada quer por utentes quer pela própria Associação de Machado Joseph que tinham necessidades práticas de melhorar quer a legislação que estava extremamente complicada e num imbróglio muito grande, bem como a necessidade de atualizar medicação e alguns materiais.

Portanto, neste momento, o trabalho que foi feito está dirigido neste sentido.

Obviamente congratulamo-nos pela unanimidade aqui conseguida perante esta iniciativa e que a mesma mereceu, sendo que a mesma assenta em três pontos essenciais que estão relacionados com a vida dos doentes de Machado Joseph e com as suas famílias: em primeiro lugar, um acesso claro e inequívoco, a material clínico e equipamentos atualizados, tanto para apoio à sua higiene como para a melhoria da sua qualidade de vida, bem como de quem cuida destes doentes.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Por outro lado, o acesso preferencial a tratamentos quer de exames quer de especialidades e, em terceiro lugar, confere duas modalidades de apoio tanto para quem cuida como para quem é cuidado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: A subvenção ao acompanhante e o cuidador ao domicílio. E mais: resolve um grande imbróglio legislativo que existia há muitos anos e que o PS nunca foi capaz de resolver.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Estamos todos de parabéns, mas essencialmente os doentes de Machado Joseph e as suas famílias que agora estão mais protegidos com esta legislação.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado S Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Deputado do Governo:

A Iniciativa Liberal obviamente votou favoravelmente esta iniciativa por ser proponente.

Mas não poderia deixar de passar este momento, sem dizer que ao fim de tantos anos de autonomia e de vermos estes doentes e estas famílias a sofrer, de tanto se falar em doença de Machado Joseph, de tanto estudo académico e técnico, de tanto discurso nesta Casa e votos disto, daquilo e daqueloutro, pela primeira vez se trouxe esta Casa um diploma que vem criar condições para que os doentes de Machado, Joseph e, principalmente as suas famílias, possam ter um apoio no sentido de ver os seus doentes tratados, acompanhados no seu domicílio e desta forma, poderem sair de casa descansados para ir desenvolver a sua atividade profissional fora de casa.

Nestes três últimos anos que aqui passámos, ouvimos dezenas de pessoas sobre dezenas de assuntos, provavelmente assuntos que trariam a qualquer uma destas bancadas, muitos mais votos do que trará a solução dessas poucas famílias que hoje são acompanhadas ou que, a partir da publicação deste diploma, passam a

ser acompanhadas. Mas uma coisa é certa: enquanto conseguirmos dar um passo no sentido de melhorar a vida de um açoriano, não desistiremos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, congratulamo-nos com a aprovação das nossas propostas de alteração que melhoram significativamente aquilo que era proposto por parte da Coligação, naquilo que diz respeito à adaptação e promoção das acessibilidades e naquilo que diz respeito ao acesso a especialidades médicas e planeamento familiar.

Com as propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, efetivamente consideramos que os doentes Machado Joseph verão aquilo que eram limitações, de certa forma enquadradas na proposta apresentada pela Coligação, ultrapassadas pela aprovação das nossas propostas de alteração.

Relativamente àquilo que diz respeito aos contratos, lamentamos, efetivamente, que da parte desta Assembleia, a maioria não tenha compreendido o alcance da nossa proposta no que diz respeito à relação contratual, ainda fica por explicar como é que se consegue fazer um contrato de prestação de serviços entre três partes, pois não conseguimos compreender. E para quem tanto defende ultrapassar a precaridade laboral realmente foi uma oportunidade perdida a que tivemos aqui durante esta tarde.

Por último, fica evidente aquilo que já foram três anos de exercício e de governação deste Governo de Coligação, pela desconsideração que tem pelo cuidador informal, pois poderiam dar aqui um reforço deste papel, atualizando a figura da subvenção ao acompanhante que já vem desde a década de 90 e,

portanto, querer sair disruptivo não é isto. E, por isso, lamentamos que da parte desta Assembleia e desta maioria de Coligação não tenha havido esse reforço.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM congratula-se com a aprovação deste diploma específico relativo aos doentes de Machado Joseph.

Como foi referido durante o debate, a maior prevalência mundial de Machado Joseph encontra-se nos Açores, principalmente na ilha das Flores, afetando muitas famílias e é por isso que, confiantemente, fizemos parte deste diploma que valoriza essas famílias, que dá mais condições a esses agregados familiares e que trata de um problema específico de uma forma específica.

Estamos confiantes que este foi um passo importante dado pelo partido proponente desta proposta, pelos partidos que o subscreveram e agora pela aprovação desta Assembleia Legislativa.

Portanto, mais uma vez congratulamo-nos por este momento, pela criação deste diploma, pela articulação entre os vários proponentes e, obviamente, felicitamos os visados que são quem motivou a junção destes partidos em benefício deles.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para congratular esta Assembleia pelo facto de finalmente se ter aprovado um regime específico que abrange as pessoas que sofrem desta condição inerente à doença de Machado Joseph e que, sendo uma patologia identificada e que tem um nome a seguir em indivíduos oriundos da nossa Região, dá ainda mais importância a esta atenção que os legisladores açorianos, e neste caso este Parlamento, têm para com estes doentes.

Por isso, percebemos bem todas as propostas de alteração que foram feitas a este diploma que subscrevemos, precisamente porque as percebemos e discordávamos, votámos contra e aceitámos aquelas que até propunham uma redação exatamente igual às que numa fase inicial propusemos, mas que depois considerámos que poderia ser diferente e pensando uma segunda vez, vimos que se calhar o nosso primeiro impulso é que estava correto e, por isso, é que aprovámos.

De qualquer das formas, e relativamente ao cuidador informal que era eventualmente uma das possibilidades de atender a esta patologia, nós votámos contra essa possibilidade, exatamente pelo facto do cuidador informal ser um estatuto que já existe nesta Região há muito tempo e nunca ter servido os doentes desta patologia.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Então não se melhora?

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Carlos Furtado também para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Carlos Furtado (IND):** Muito obrigado Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dizer que votei favoravelmente esta iniciativa com gosto, porque finalmente faz-se justiça relativamente a esses doentes e aos seus familiares na Região.

Aproveito para felicitar os homens e mulheres que pressionaram os políticos para que fizessem esta iniciativa, motivados certamente pela necessidade de justiça, mas também pela necessidade de ajuda, para que os políticos ajudem a resolver as necessidades diárias das famílias que têm no seu seio pessoas com esse tipo de doenças.

Daqui para lá, a vida não será certamente um mar de rosas para essas pessoas, mas seguramente sentirão que a classe política fez aquilo a que era obrigada: dar uma mão de apoio a essas famílias, a essas pessoas que todos os dias sofrem com uma doença que lhes bateu à porta.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais declarações de voto?

Não existindo, vamos então avançar na nossa agenda.

Passamos ao ponto 8, **Projeto de Resolução n.º. 116/XII** – “Criação de condições para implementação de tarifário tendencialmente único para transporte coletivo”.

Esta é uma iniciativa apresentada pelo Sr. Deputado Independente, a quem dou a palavra para a sua apresentação.

(*) **Deputado Carlos Furtado (IND):** Muito obrigado Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em maio passado um ano apresentei aqui este Projeto de Resolução que visa a criação de condições para a implementação do tarifário tendencialmente único para os transportes coletivos.

À data quando apresentei este diploma, os seus objetivos tinham, entre eles, a tentativa de corrigir a deficiente demografia que existe na Região. Os concelhos mais afastados ou as zonas mais afastadas dos centros urbanos, padecem de parcas e caras ligações terrestres.

Os custos despendidos pelas famílias no transporte quotidiano, seja em viatura própria, seja nos transportes coletivos, é outro dos elementos que constrange as famílias que têm todos os dias de se deslocar para dentro e para fora dos centros urbanos, no sentido de desempenhar as suas profissões no dia a dia.

As políticas europeias apontam no sentido de que os transportes têm que apontar para a sustentabilidade, mas também para a qualidade do transporte.

O transporte coletivo, no meu entender, só será um sucesso se se aproximar, em qualidade e conforto, daquele que é o transporte individual.

Por esta razão, entendi àquela data apresentar este Projeto de Resolução que, entre outros, no seus pontos resolutivos recomenda a implementação do modelo experimental. E eu sou dos que entende que um modelo experimental é sem dúvida o melhor estudo que se pode fazer para determinar quais as necessidades e qual a aderência do povo relativamente a esse modelo de transportes que se pretende mais eficaz, mais ecológico e mais economicamente sustentável, do ponto de vista da economia para as famílias.

Aponta também, como segundo ponto resolutivo, a abertura de procedimentos concursais, no sentido de determinar as necessidades e o potencial de cada uma das rotas, também para atribuição dessas rotas, no sentido de operacionalizar este mesmo modelo.

Indica também, no terceiro ponto resolutivo, a necessidade de alocar fundos comunitários para a implementação deste modelo de transportes, tanto mais que

o modelo que defendo neste Projeto de Resolução, tem também como princípio que a solução do transporte coletivo rodoviário não depende única e simplesmente das viaturas, mas também dos pontos de entrada e saída nessas viaturas. Ou seja, as gares de transporte são fundamentais para o sucesso desta iniciativa, daí a aplicação de fundos comunitários, principalmente nessa vertente, pode ser um por um importante elemento para que possamos proporcionar aos utentes dos transportes públicos condições dignas e atuais do modelo de transportes.

No plenário passado, foi aprovado nesta Casa um Projeto de Decreto Legislativo Regional que atendia também a esta matéria sobre os transportes coletivos terrestres e não terrestres.

Eu entendo que a aprovação desta iniciativa, neste momento, será um complemento ao DLR aprovado no mês passado e que a partir daí, poderemos ter um modelo, se implementado, eficaz e capaz de satisfazer cada vez mais pessoas no que concerne o transporte no dia a dia.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa e estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução apresentado pelo Sr. Deputado Carlos Furtado, versa sobre uma matéria de grande importância, aliás, em certa medida, também associa-se e liga-se com o debate de hoje de manhã, relativamente às alterações climáticas e à transição energética, uma vez que os transportes são efetivamente uma área onde a transição energética tem que existir, tem desafios, dificuldades importantes a ultrapassar do ponto de vista tecnológico, mas em que a política pública de fomento à utilização dos transportes públicos é um contributo para a

redução de emissões de CO2 para a atmosfera e, naturalmente, esta redução será ainda mais efetiva e maior quando a transição, do ponto de vista tecnológico, também se for fazendo. E a essa parte, que também já lá vou, é fundamental que aconteça.

A proposta em si, se tivesse sido debatida há cinco ou seis meses atrás, teria toda a pertinência e teria sentido, mas não deixa de ter sentido em grande parte, mas há um problema do ponto de vista da implementação prática, em nosso entender. É que tendo em conta a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo Regional que foi publicado esta semana relativamente aos passes de transportes coletivos, que foi aprovado nesta Casa – contra a vontade da Coligação, é certo - mas cabe ao Governo implementar, recomendar, nomeadamente nos dois primeiros pontos, principalmente na parte que se recomenda um processo experimental, isso não fará sentido quando nós já temos um enquadramento legislativo que não será uma experimentação, é efetivamente algo para cumprir e implementar. Ou seja, este mecanismo de ensaio que se propõe para uma solução de transporte coletivo terrestre assente num modelo tarifário único, já existe na legislação e não pode ser um ensaio, tem de ser realmente a implementação dum modelo deste tipo que está definido no DLR, cabendo ao Governo regulamentar e desencadear os procedimentos para a sua implementação.

No que diz respeito aos restantes pontos resolutivos, nomeadamente ao terceiro e quarto, naturalmente, nós não temos nenhuma oposição, pelo contrário, concordamos com eles, nomeadamente com a questão do investimento para a implementação duma estratégia de transporte e, naturalmente, aqui entra a questão da transição energética do investimento que é necessário fazer em conjunto com os operadores na substituição de frotas por veículos menos poluentes, aliás a nível nacional e em vários países da Europa, já há muitos anos que se utilizam veículos menos poluentes do que o diesel, o gás natural, já há

veículos elétricos e nós nos Açores ainda não saímos do diesel, exceto com um ou outro autocarro de pequena dimensão em Ponta Delgada, tanto quanto tenho conhecimento, a Câmara Municipal de Ponta Delgada, através do serviço de minibus, tem os únicos autocarros elétricos que não são a diesel - já nem digo elétricos - a circular nos Açores. Ora, isso é manifestamente pouco e esta questão do investimento nesta área da transição no meio do combustível utilizado, é fundamental, tem desafios tecnológicos, exige muito investimento, é certo, mas tem que ser feito.

Sobre esta matéria, aproveito também Sra. Secretária Regional, para questionar o Governo sobre aquilo que ainda está em vigor até a regulamentação e implementação dos passos de mobilidade que foram aqui apresentados.

Foi noticiado, até inicialmente – julgo eu - pelo PAN, alterações aos passes que tinham sido criados pelo Governo, como sejam os passes de 30 dias, o passe mensal, etc. etc. E em setembro deste ano, a 26 de setembro, a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas afirmou que o passe social gratuito para idosos ia sofrer alterações, ou melhor, algumas restrições, nomeadamente que seria reduzido o número de viagens de 44 para 10 deslocações.

Em primeiro lugar, gostaria de ter uma explicação sobre esta matéria.

Em primeiro lugar, se isto é real, se é mesmo assim que será? E porque é que os idosos ficam com um número limite de viagens?

Podemos dizer que com a implementação do Decreto Legislativo Regional que foi aprovado nesta Casa sobre o mesmo assunto, ou seja, sobre mobilidade e sobre passes, deixa de fazer sentido esta questão, é verdade, mas até ser implementado, os idosos estão a ser prejudicados.

Sra. Secretária, nós ficamos sem perceber porquê essa alteração.

Em segundo lugar, há empresas/operadores a informar os utentes que o passe social só se encontra disponível para quem trabalha, ou seja, idosos,

pensionistas e desempregados deixam de ter acesso a este passe. Isso tem sido transmitido às pessoas que se dirigem às empresas para obter o passe.

Sra. Secretária, diga-me que isto não é verdade!

Porque é que alguém que está desempregado não tem direito ao passe? - eu espero que não seja verdade.

Ficam aqui as questões, porque estas preocupações e estas queixas têm-nos chegado e, efetivamente, assistimos até da parte das operadoras a informações contraditórias; umas dizem uma coisa, outros dizem outra e é preciso que o Governo, por um lado dê indicações iguais para todas e publicamente esclareça o que é que se está a passar com os passes que estão em vigor neste momento.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, é de louvar esta iniciativa do Deputado Independente sobre os transportes coletivos de passageiros, pois é sempre uma matéria importante para as populações, quer pela coesão territorial quer pela bem-estar das comunidades.

Naturalmente, há uma grande franja de população que utiliza os transportes públicos, como seja as pessoas que não têm carta de condução, os jovens, os estudantes e, portanto, é importante manter transportes públicos eficazes e eficientes para o bem de todos.

No passado plenário foi votado e discutido também um diploma sobre transportes públicos terrestres e, tal como nessa altura, este diploma também suscita ao Grupo Parlamentar do PSD algumas dúvidas e algumas situações que na nossa opinião, são difíceis de executar. E uma delas tem a ver com a questão da criação da tarifa única, porque entendemos que uma pessoa que percorre um

percurso de 1 km passará a pagar o mesmo do que um cidadão que pague um passe para 40 ou 50 km. Portanto, nesse aspeto, parece-nos um pouco difícil que seja executado.

Também convém lembrar que já estão implementados vários tipos de passes, nomeadamente o passe social, o passe para a terceira idade, para a pessoa inválida, para pensionistas, antigos combatentes e também o passe para os desempregados. Isto para além do passe de 30 dias que se aplica a todas as pessoas.

Portanto, na nossa opinião, o Governo Regional tem tido uma política correta no que toca aos transportes públicos terrestres e assim queremos que continue, apostando na justiça e equidade relativamente aos passes para todas as populações.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta proposta que nos é trazida pelo Sr. Deputado Carlos Furtado, consideramos que as resoluções do Governo Regional, neste sentido, bem como o diploma que foi aprovado neste Parlamento por iniciativa do Bloco de Esquerda, em parte, já concorrem para a mesma finalidade.

Consideramos que, pese embora o CDS tenha votado contra o diploma do Bloco de Esquerda, visto que considerávamos que do ponto de vista da bilhética, questão, aliás, amplamente discutida porque não é algo – julgamos

nós - de rápida resolução, porque até requer um investimento considerável que vemos com muita dificuldade que os operadores privados na Região partam para esses investimentos, daí considerarmos que, neste momento, essa dificuldade é a mesma, ou seja, ela mantém-se, não há aqui nada de novo. Mas como disse, não obstante o facto do diploma do Bloco de Esquerda ter sido aprovado, tendo até já sido publicado na passada quarta-feira, quero dizer que, neste momento, temos um regime que foi aprovado. E, então, aquilo que o Sr. Deputado Independente agora propõe, no fundo, acaba por complementar aquilo que é, por um lado, a resolução do Conselho de Governo que define os passes e, por outro lado, o diploma que foi apresentado pelo BE e votado e aprovado nesta Assembleia, tendo sido já publicado.

Por isso, neste momento, aquilo que o Sr. Deputado Carlos Furtado propõe, acaba por vir melhorar e complementar este conjunto de medidas já referidas.

Assim sendo, obviamente iremos acompanhar esta iniciativa, porque não faria sentido que fosse de outra maneira, isto é, não faria sentido estarmos agora a opor-nos a algo que tem essa perspetiva de complementar e melhorar também as condições dos próprios locais de embarque e desembarque dos passageiros, até porque o diploma aprovado como não tem um tarifário específico, esta medida vem propor exatamente esse tarifário tendencialmente único, ou seja, sem especificar um valor que, aliás, foi um aspeto referido na altura pelo Partido Socialista, daí também se ter oposto à definição que o Bloco propunha de um valor, justificando exatamente com o facto do Governo ter que fazer essa avaliação para poder, então, aferir qual era o valor, ou seja, para não estarmos aqui a castrar, de certo modo, a própria negociação que o Governo Regional tem de fazer com os operadores.

Posto isto, nós obviamente concordámos com a proposta na altura feita pelo Partido Socialista e que foi aprovada, e que foi uma alteração ao diploma original e, neste momento, consideramos que aquilo que está em causa é

complementar o que já está em vigor, e por esse motivo, vamo-nos associar a esta proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que ainda não passou um único período legislativo sem que tenhamos falado de mobilidade coletiva e sem que alguém tenha trazido a esta Casa esse debate. Ora por uma razão, ora por outra sempre se tem falado de mobilidade coletiva e da importância que ela tem para a sustentabilidade económica, social e ambiental.

Eu percebo a complementaridade que este Projeto de Resolução Sr. Deputado Carlos Furtado tem em relação àquilo que já foi aqui aprovado e que foi publicado há dois dias, mas há ainda um sem-número de coisas que convém refletir a partir deste Projeto de Resolução do Deputado Independente.

Desde logo, os chamados *interfaces* e os terminais que nalgumas ilhas e concelhos dos Açores, são tema de programa eleitoral de autarcas, de candidatos a autarcas, mas que não passam disso – olha, aqui está uma boa oportunidade para os contratos ARAAL.

Eu penso que dentro de dois anos estaremos em campanha eleitoral para as autarquias locais e certamente todos os partidos que irão concorrer à Câmara Municipal de Ponta Delgada vão ter terminal rodoviário de Ponta Delgada no seu programa eleitoral.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é mentira!

O Orador: Já o tinham há 2 anos, há 4 anos, há 8 anos, há 12 anos, há 16 anos, há 18, há 20, há 24 e há 30 anos. É um facto, basta procurar esses programas eleitorais e vão encontrar. E passados 30 anos, a maior cidade dos Açores,

aquela que recebe mais passageiros por via rodoviária todos os dias de manhã, não tem um terminal rodoviário com condições para receber esses passageiros.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é mentira!

O Orador: A Iniciativa Liberal nunca foi governo na Câmara de Ponta Delgada...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Nem vai ser!

O Orador: Isso cabe ao povo, Sr. Deputado Joaquim Machado!

Mas o seu partido em 30 anos, o seu partido esteve na Câmara 24 e fez **zero!**

Mas não vou entrar por aí.

Deputado Pedro Neves (PAN): Já entrou!

O Orador: Há também algumas considerações no que concerne, por exemplo, à mobilidade elétrica rodoviária coletiva é importante que a câmara perceba que o mercado, neste momento, não tem soluções elétricas para veículos interurbanos que é aquilo que na maior parte das ilhas dos Açores nós utilizamos; há soluções elétricas e até relativamente acessíveis para autocarros urbanos, como é o caso daqueles que foram referidos há pouco que existem já em Ponta Delgada, mas para autocarros interurbanos, que é o que nós necessitamos, não existe oferta suficiente no mercado e a que existe é três vezes mais onerosa do que autocarros a diesel.

Porém, não é isto que nos vai levar a votar contra a proposta do Sr. Deputado Carlos Furtado. É sempre bom trazeremos esta Casa novidade, soluções e propostas, porque isto é um Projeto de Resolução, portanto, é uma proposta que vai precisamente para a Secretaria certa: para a *Secretaria Regional de Estudos*.

Deputado Carlos Furtado (Indep.): Não são estudos, são *ensaios!*

O Orador: É mais uma proposta que o Sr. Deputado Carlos Furtado nos traz e que vai ficar em *banho-maria* nos estudos da Secretaria Regional... *dos Estudos!*

Concordando com a implementação de algumas destas soluções, sendo que algumas não competem ao Governo Regional e sim às autarquias, deixo o desafio ao Governo Regional para que faça um esforço, em sede de contratos ARAAL, com essas autarquias para resolver definitivamente o problema dos terminais rodoviários nas ilhas dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) Deputado Tiago Branco (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta concreta trazida aqui pelo Sr. Deputado Carlos Furtado, é uma proposta munida de princípios e de um argumentário com o qual nós concordamos inteiramente. Tal como concordámos no mês passado, quando aprovámos aqui um DLR apresentado pelo Bloco de Esquerda e que percorria os mesmos objetivos e persegue de alguma forma a finalidade desta proposta, no que concerne ao setor do transporte coletivo de passageiros.

Para o Partido Socialista, como já afirmámos diversas vezes, e tendo presente as oportunidades financeiras do Plano de Recuperação e Resiliência e do novo Quadro Comunitário, e como já foi primeiramente transmitido pelo líder do Partido Socialista, é essencial neste quadro de oportunidades promover uma reforma profunda e estrutural deste setor, que tem em conta dois aspetos essenciais; por um lado, a questão da renovação da frota automóvel, tornando-a mais eficiente e mais sustentável, seja do ponto de vista económico seja do ponto de vista ambiental; e, por outro, e de não menor importância, uma reforma de todo o sistema de percursos, horários, tarifas e frequências, ou seja, uma reforma que englobe essa vertente.

Entendemos que só percorrendo esse caminho, será possível mudar efetivamente o paradigma dos transportes coletivos de passageiros, sintonizando-o com as necessidades das pessoas e que ele se torne realmente uma opção a considerar para a mobilidade dos açorianos. Mas também para que a Região faça a sua parte naquilo que concerne a Agenda Europeia para a Transição Ecológica, através de políticas incisivas e ativas que visem a descarbonização dos próprios transportes.

Infelizmente, aquilo a que temos assistido da parte deste Governo, é que não está disponível para isso, dado que hesita muito nas respostas que dá sempre que falamos de transportes coletivos de passageiros, isto é, diz mais vezes que não do que sim e não apresenta qualquer alternativa ou estratégia para o setor, denotando uma absoluta resistência em fazer qualquer alteração neste domínio. É por isso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar favoravelmente este Projeto de Resolução, porque ele persegue o objetivo de reformar os transportes terrestres coletivos de passageiros, para que eles sejam mais atrativos e menos poluentes para os açorianos e para os Açores.

Trata-se duma proposta que complementa a aquela que foi aprovada no mês passado, da iniciativa do Bloco de Esquerda, a qual incide particularmente, no caso da proposta do BE, na reforma do sistema tarifário, dos percursos e das frequências e da própria intermodalidade.

Este Projeto de Resolução apresentado pelo Sr. Deputado Carlos Furtado aponta sem dúvida também para essa vertente, mas realça em simultâneo a necessidade do Governo Regional alocar fundos comunitários para concretizar uma reforma mais profunda, com a qual nós concordamos e, por isso, vamos votar favoravelmente esta proposta.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PAN olha para este Projeto como uma iniciativa que demonstra a incapacidade da Região Autónoma dos Açores em ter o transporte coletivo de passageiros que seja eficiente.

Não temos nem nunca o tivemos. E, lamentavelmente, não acredito que tenhamos num futuro próximo.

Temos os transportes municipais, temos os transportes intermunicipais e a coisa não funciona. E todos os passageiros que usam este tipo de transporte, sabem muito bem o grave problema que isso é.

Por isso, o PAN vai votar favoravelmente esta iniciativa, apesar de ter receio de que esta Legislatura fique conhecida juntos dos açorianos como a *Legislatura dos Estudos*.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não diga isso, Sr. Deputado! Que exagero!

O Orador: É possível, acho que a gente nesta consegue ganhar em termos dos estudos já pedidos.

Se o líder parlamentar do PSD quiser, tem tempo, fale na sua altura, se faz favor!

O Orador: Sr. Deputado Carlos Furtado, só para lhe dizer uma coisa: o senhor foi apanhado na *ratoeira*. E foi apanhado na *ratoeira*, porque no ponto 2 diz “a contratação da implementação de modelos de transporte coletivo terrestre que se afigure mais eficaz do ponto de vista da eficácia eficiência, com custo de utilização e sustentabilidade ambiental”. Ou seja, você entrou na sua *modinha*, a

modinha da sustentabilidade ambiental e das alterações climáticas, no seu diploma, está aqui bem clara.

Afinal, você também gosta das *modinhas*, Sr. Deputado Independente!

Obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vai aí uma ciumeira por causa das *modinhas*!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que vale é que nos divertimos!

A respeito de camionetas...

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Urbanas.

O Orador: ... gostaria de relembrar aqui algo que aprovámos que tem a ver com o diploma dos ex-combatentes - já fizemos chegar através de requerimento à Sra. Secretária - em que nos foi provado e comprovado pelos ex-combatentes que o tal passe gratuito, afinal, é limitado a zonas geográficas. Isso foi-me demonstrado por um ex-combatente das Calhetas que tem um passe gratuito apenas até ao centro da Ribeira Grande. Eu até tive o cuidado de fotografar o passe. Esta é uma situação que é para corrigir, porque não isto que está no diploma que aprovámos nesta Cassa com o contributo de vários partidos.

Quanto a isto – e bem – o Governo assumiu que aquilo que foi aprovado e publicado ontem ou anteontem, perante uma dúvida da parte do CHEGA que despoletou uma proposta do CHEGA que já retirou, dos miúdos poderem ter a liberdade de escolher a escola que querem ir, não ficarem reféns da sua zona pedagógica, mas também já há aqui o compromisso de que vai ser cumprido na

íntegra e todos os estudantes, mesmo que estejam noutra escola, vão poder escolher.

Estas coisas são boas, são positivas, também vamos só falar mal, sim senhor, há aqui um compromisso que vai ser cumprido.

Quanto aos estudos e intenções, pois nós vamos ficando um bocado cansados e a coluna também vai ficando um bocadinho cansada.

Da nossa parte, vamos votar esta iniciativa como votámos o anterior diploma e não será de forma diferente, ou seja, vamo-nos abster nesta votação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Independente traz-nos aqui um Projeto de Resolução que foi apresentado na sua intervenção inicial e que, no essencial, propõe a negociação com as empresas de transportes coletivos terrestres e existentes na Região, com vista a criar-se

tendencialmente um modelo de passe tarifário único.

Ora, esta proposta é de maio de 2022, como aqui também foi referido no início, e desde então, houve alterações significativas no quadro legislativo em vigor na Região. Desde logo, em abril de 2023, o Conselho do Governo, por resolução, criou o passe social gratuito, o qual abrange um vasto leque de concidadãos nossos, designadamente os cidadãos que estão no 1º e 2º escalão do IRS, os desempregados, as pessoas com mais de 65 anos, os aposentados por invalidez

e pensionistas e os detentores do rendimento social de inserção. Esta resolução teve uma alteração em setembro sobre a qual falarei mais à frente.

Entretanto, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2023, publicado anteontem, ou seja, no dia 17 de outubro, foi criado o passe de mobilidade, um Projeto do Bloco de Esquerda que foi aprovado por esta Assembleia, que o seu Artigo 3.º - se bem que tenha caído o Artigo 7.º que era essencial do próprio diploma e ficou um bocado amputado – remete a criação desses passes de mobilidade urbana para acordos escritos entre o departamento competente do Governo e as empresas de transporte marítimo de passageiros e as empresas de transporte coletivo rodoviário de passageiros.

Ora, ao remeter através do Artigo 3.º a criação destes passes para acordos entre o departamento do Governo Regional competente e os transportadores, isso não é mais do que aquilo que está a propor o Sr. Deputado Carlos Furtado, complementarmente a este diploma, ou seja, por negociação com as empresas, criar um passe tendencialmente gratuito.

Portanto, neste momento, sobre estes dois diplomas, faz todo o sentido que tendo sido um aprovado, este seja também aprovado. Não há dúvida nenhuma sobre isso, porque trata-se obviamente da mesma matéria que já está aprovada e sobre isso não há nada a fazer, está aprovado, está aprovado.

Isto não significa que se tenham alterado as circunstâncias de aplicação prática do diploma, essas não se alteraram, porque efetivamente o diploma, para se colocar em plena execução, necessita de tecnologia informática que não existe neste momento e que não se consegue...

Deputado Carlos Silva (PS): A gente já percebeu que não vai acontecer nada!

A Oradora: ... de forma alguma aplicar na sua plenitude. Mas tratando-se de – como é dito aqui - de *acordos escritos entre o departamento do Governo e os transportadores*, nós procuraremos através desses acordos, que sejam criadas as

condições para a sua implementação. E, portanto, no essencial, fica salvaguardada essa questão.

Nesse sentido, a o Projeto de Resolução proposto pelo Sr. Deputado Independente obviamente tem enquadramento neste diploma já aprovado, vai um pouquinho mais longe, porque complementa-o na medida em que avança para um tarifário tendencialmente único em cada região - e depois também tem que se ver como é que se faz isso por acordo com os transportadores – e procuraremos, assim, dar cumprimento àquilo que naturalmente a Assembleia aprova. E, portanto, deixo desde já este depoimento.

Em relação às questões que aqui foram colocadas, quer pelo Sr. Deputado António Lima quer pelo Sr. Deputado José Pacheco, relativamente aos antigos combatentes, a questão é a seguinte: em setembro, concretamente pela Resolução n.º 139/2023, de 11 de setembro, foram feitas algumas correções à Resolução do Conselho de abril, porque se que estava a haver abuso por parte dos utentes e por parte dos transportadores.

O passe social sendo mensal, e não há outra forma de vender senão passe mensal, porque não há tecnologia que permita fazer a leitura dos passes, logo o passe está limitado ao mês, um passe de 44 viagens que qualquer cidadão do 1.º e 2.º escalão, e com aquelas características que estão na resolução podia levantar, levantava para a família toda, a verdade é que se detetava que viajava 1, 2 ou 3 vezes num passe de 44 viagens.

Isto estava a fazer com que tivéssemos que fazer indemnizações aos transportadores da ordem dos 246 mil euros por mês, a partir do momento em que esta proposta foi aprovada, porque as pessoas levantam o passe - para si e para a família toda - e não fazem as 44 viagens e nós pagávamos as 44 viagens.

Isso não é justo, isso não é correto, já falámos nisso quando debatemos este Decreto Legislativo Regional do Bloco de Esquerda, eu pus a questão aqui, pois não é justo nem é correto, é até imoral, estar a pagar 44 viagens para as pessoas

fazerem 2 ou 3 ou meia dúzia de viagens. Então, criámos o passe social de 10 viagens que se aplica às pessoas que trabalham, que trazem uma declaração e levam 44 viagens; às pessoas que não trabalham que levam um passe de 10 viagens, o que vai abranger os desempregados, as pessoas com mais de 65 anos, os aposentados por invalidez e pensionistas e os detentores do rendimento social de inserção que são pessoas que não têm uma obrigação diária de se deslocarem. Deslocam-se com um passe de 10 viagens, se precisarem de mais, vão levantar outro passe de 10 viagens. Tem que haver critérios rigorosos, caso contrário, não havendo o sistema de bilhética, não havendo um sistema informático que nos permita garantir que as pessoas fazem as viagens, é absolutamente imoral estar a pagar 44 viagens, quando as pessoas nem 10% dessas viagens fazem, isso não pode ser, até porque a questão pode-se levantar mesmo em termos de inspeção.

Então a Assembleia Legislativa Regional obriga o Governo Regional a pagar 44 viagens a toda a gente e a toda a família, mesmo que não viaje! Isso não faz sentido.

Portanto, Srs. Deputados, aquilo que vos quero dizer é que cada um levanta um passe de 10 viagens, se precisar de mais, dirige-se ao operador e resolve o assunto. Vamos fazendo isto por experiências, o que nós não podemos é estar a pagar viagens que as pessoas não fazem. A verdade é que enquanto não houver um sistema informático fiável que nos permita ter a certeza de que o que nós pagamos é o correspondente às viagens que as pessoas efetivamente realizam, não faz sentido estar a pagar pelo máximo.

Em relação aos ex-combatentes, Sr. Deputado José Pacheco, os ex-combatentes pela mesma razão que tem a ver com limitações de controlo, escolhem o percurso que querem fazer.

Deputado José Pacheco (CH): Não escolhem, foi-lhes imposto!

A senhora tem que perceber isso!

A Oradora: Não é até à Ribeira Grande, até onde quiserem fazer. Isto é o que lhe estou a dizer que acontece. Se houve má informação, a pessoa será esclarecida. A pessoa escolhe o percurso e até pode escolher de forma diferente, pode decidir que durante um mês, morando por exemplo na Ribeira Seca, e quer fazer viagem até Ponta Delgada, escolhe um desses passes; se no mês seguinte, pensa que no outro mês, como tem umas viagens para fazer, quer ir até ao Nordeste e pede no mês seguinte para esse percurso; o que não pode é pedir para todo o lado ao mesmo tempo, porque senão vai pedir três passes a três operadores de 44 viagens para fazer quantas durante um mês?

Deputado Carlos Silva (PS): Que visão é essa, Sra. Secretária?!

A Oradora: Sr. Deputado, peço-lhe que perceba isto.

Deputado José Pacheco (CH): Percebo isso e mais umas coisas...!

A Oradora: A pessoa pode pedir um passe a cada operador, portanto vai pedir 3 passes de 44 viagens, cada um para viajar quantas vezes?

Tem que haver critérios, Srs. Deputados!

Ou, então os senhores vão dizer muito claramente que se vai pagar aos operadores 44 viagens que as pessoas não fazem.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas a lógica do passe não é essa!

Viajar quantas vezes??!

A Oradora: O passe... enquanto não houver bilhética, o passe é isto, não há outro. Enquanto não houver controlo informático, não há outra forma de o fazer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Carlos Freitas (PSD): A lógica do PS é *tudo à grande!*

A Oradora: A questão é mesmo essa. E a questão de base, eu referi aqui nesta câmara desde o início: enquanto não houver um sistema informático de bilhética, tudo o que se fizer é sempre por estimativa e a estimativa não pode ser pelo máximo, tem que ser rigorosa e razoável.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputada Ana Luis (PS): Isso é que é *caridadezinha!*

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados... Sra. Deputada Ana Luis, deixe-me fazer a minha intervenção.

Deputada Ana Luis (PS): Os apartes são regimentais!

O Orador: São regimentais, Sra. Deputada, mas eu gostava de fazer a minha intervenção que também é regimental.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não quero ficar atrás de ninguém e quero, desde já, dizer que considero que esta proposta também combate as alterações climáticas.

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

Eu penso que é eficaz nesse sentido.

O que eu quero dizer em relação a esta matéria é que fundamentalmente aquilo que o Governo iniciou ao longo desta legislatura, aquilo que o Bloco de Esquerda fez aqui aprovar com maioria no Parlamento em relação a esta matéria, tendo em conta estes dois pressupostos, o conjunto de ideias e

recomendações que aqui são desenvolvidas pelo Deputado Independente, em representação do povo açoriano, evidentemente traz um conjunto de enquadramento ao qual eu não posso opor-me.

Considero que é positiva a alocação de fundos comunitários para a implementação desta estratégia de transporte, suportado nas políticas estratégicas de bem-estar previstas nos atuais quadros comunitários ou também o estudo de soluções de terminais e interfaces confortáveis e adequados aos padrões de vida e conforto, considerados normais pelos padrões de vida modernos. Estão sempre a protestar contra os estudos, mas querem mais estudos, propõem sempre e constantemente mais estudos neste Parlamento. Mas neste caso, é mais uma análise e um estudo que considero que é adequado, lógico e racional.

Neste sentido, o PPM a irá apoiar esta iniciativa apresentada pelo Sr. Deputado Independente.

Muito obrigado pela vossa atenção.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra.

Secretária Regional:

O que foi aprovado não foi nada disto.

O que foi aprovado foi o passe gratuito para todos os ex-combatentes e respetivas viúvas ou viúvos, conforme está no Artigo 6º - basta ler! Foi isso que foi aprovado, não é condicionado, não é *assim ou assado*, porque o espírito

deste diploma é nós podermos dar uma benesse, um agradecimento - o que quisermos chamar - aos ex-combatentes.

Se o Governo entende que tem que haver essas limitações todas e lembrou-se de fazer isso tudo, os ex-combatentes vão dizer muito obrigado, mas não foi isso que o CHEGA propôs e fez aprovar com o contributo de bastantes partidos.

Olhe, muito obrigado ao Governo!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):**Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária:

Agradeço as suas respostas e a sinceridade com que com que as deu, mas efetivamente eu acho que o Governo analisa esta questão de uma perspetiva errada, que não é a perspetiva atual, que não é a perspetiva daquilo que foi aprovado nesta Casa, já agora, e que não é a perspetiva que vai fazer o que foi aprovado funcionar, porque se o Governo pensa implementar o Decreto Legislativo Regional relativamente ao passes de mobilidade que foi aprovado nesta Casa com essa perspetiva de que o passageiro tem que medir cada viagem que faz para ressarcir o operador desse valor, isso não vai correr bem, Sra. Secretária, isso vai falhar redondamente, porque essa perspetiva e essa forma de organização dos transportes, não funciona com este modelo que foi aprovado e que o Governo, de certa forma, tentou implementar com os passes gratuitos.

Isso não pode ser assim, Sra. Secretária.

O conselho que lhe deixo é que o Governo, em primeiro lugar, reveja a medida que tomou, porque ela não é socialmente justa, não é aceitável pedir um reformado ou a um desempregado que tenha que ir de 5 em 5 dias, se quiser viajar mais do que 10 vezes, pedir um passe ao operador. Esta lógica de que as pessoas têm que ir pedir de 5 em 5 dias, o passe não é uma atitude correta, isso não se faz às pessoas, em primeiro lugar, e em segundo lugar, a Sra. Secretária

tem que estudar esta matéria. Olhe assim como arranjou uma estrutura de missão para a mobilidade, coloque essa estrutura de missão a fazer alguma coisa que seja útil e que estude como é que isso é que se regulamenta e implementa estas questões onde elas já existem.

Até na imprensa regional foi publicado um artigo muito interessante do Sr. Nuno Ferreira Domingues sobre esta matéria, até a explicar bastante bem, de forma simples, como é que ela pode ser implementada.

Se a Sra. Secretária vai com essa lógica de funcionamento do século passado, em que cada passageiro só pode fazer uma viagem do ponto A ao ponto B e mais nada, e depois tem que distribuir a receita pelos operadores, isso não vai correr bem.

Sra. Secretária, a lógica é outra e tem que ser de uma forma de distribuição de cálculo da receita e da despesa e de compensação aos operadores, tem que ser matemática...

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): É isso mesmo!

O Orador: ... e tem que ser avaliada em permanência, não pode ser exatamente pelo número de viagens que cada um faz. Isso não é possível e não vai correr bem.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Gomes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, agradecer à Sra. Secretária, porque eu acho que fez uma intervenção deveras esclarecedora e só não entende quem não quer.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ah pois...é completamente esclarecedora, ninguém põe isso em causa!

O Orador: Eu acho que o que a Sra. Secretária explicou está claro como água!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ah! Com certeza! Se a Sra. Secretária explicou, *está claro!*

O Orador: Vamos dar um exemplo: um cidadão que vive numa freguesia, dantes ia buscar um passe e o Governo pagava um passe de 44 viagens. Mas e se este cidadão utilizar só uma ou duas vezes por mês o passe, os senhores acham bem o Governo está a pagar 44 viagens todos os meses, quando a pessoa pode usar só uma ou duas viagens?! E não é de 5 em 5 dias que vai buscar o passe, não. A pessoa utiliza 10 passes para 10 dias e depois vai buscar mais 10, sendo que esses 10 dias podem ser utilizados durante um mês ou dois. Portanto, não é correto, não é o Governo estar a pagar 44 viagens por mês se o cidadão não as utiliza. Estamos aqui a falar do dinheiro dos contribuintes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, é isso mesmo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E, sim, o passe é gratuito e, sim, não há limitações. A pessoa utiliza 10 viagens e vai buscar mais, porque a Sra. Secretária até foi simpática, pois se calhar existem outros abusos.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Há muitos abusos.

O Orador: E com a Resolução do Conselho de Governo ficaram salvaguardados de forma que não haja desperdício de recursos por parte do Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Eu fico deveras comovido com a *simpatia* da Sra. Secretária!!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) Deputado Tiago Branco (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados;

Uma das conclusões a que nós chegamos depois de ouvir algumas intervenções, nomeadamente do Governo e das bancadas que o suportam, é que essas bancadas vão votar a favor do seu Projeto de Resolução, Sr. Deputado Carlos Furtado, mas eles não concordam com ele.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A atitude e a forma como a Sra. Secretária Regional está a colocar esta questão neste debate sobre a restrição...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não há restrição nenhuma!

Deputado João Vasco Costa (PS): Há sim senhor!

O Orador: ... que acha que a política de transportes terrestres coletivos é ter passes sociais, quando o que nós queremos discutir é que os transportes terrestres coletivos passem a ser acessíveis à população comum e não restritivos.

Quer dizer, nós estamos a ter aqui uma discussão e esta proposta leva-nos a uma discussão para alterar o paradigma do transporte terrestre coletivo de passageiros, a uma discussão de renovar as frotas, de renovar os percursos, renovar os horários para que as pessoas tenham esses transportes como opção para a sua vida e que isso não seja um favor a alguém em particular.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Isto é para se tornar numa política incisiva deste Governo!

É lamentável, porque as empresas operadoras de transportes terrestres coletivos até estão mais disponíveis para reformar o sistema do que o próprio Governo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta discussão está a resvalar para aspetos que eu não consigo perceber.

Em primeiro lugar, parece que o reordenamento dos transportes coletivos terrestres é algo que agora é urgente. Nunca foi necessário, aliás, aqui no Faial era espetacular. Uma pessoa que viva na Feteira e trabalhasse em Castelo Branco, não podia usar transportes coletivos, porque os transportes tinham um circuito pendular da ponta da ilha para a cidade e quem trabalhasse no sentido inverso, não podia usar transportes coletivos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E isso nunca foi resolvido. Ou seja, durante 20 anos em que tiveram maioria absoluta e podiam inverter o paradigma da mobilidade em transportes coletivos, não o fizeram e a importância das alterações climáticas também só surgiu agora, até parece e o Acordo de Paris foi a semana passada.

Portanto, aquilo de que estamos a falar, esta mudança de paradigma não se resolve com os passes gratuitos. A proposta do Bloco de Esquerda não muda o paradigma.

Deputado António Lima (BE): Muda, muda!

O Orador: Não muda.

Eu vou-lhe dar um exemplo: a cidade da Horta, tem transportes coletivos na cidade. O Município da Horta, implementou uma medida, segundo a qual o transporte coletivo dentro da cidade é gratuito e como é que é gratuito?

Uma vez que tem que haver um pagamento pela utilização, o que o Município implementou é cada cidadão que pretenda utilizar vai ao Município, levanta um número pré-definido de bilhetes que pode utilizar ou não utilizar. Este é o mecanismo.

Deputada Ana Luís (PS): Pode usar ou não.

O Orador: Sim, mas vai levantar e quando acabar - se os acabar em 15 dias - pode ir levantar mais. Se não os acabar em 15 dias, ficará com eles para o mês inteiro.

Aquilo que foi implementado aqui é exatamente a mesma coisa.

então, mas quer dizer, concordam comigo? É a mesma coisa.

Deputada Ana Luís (PS): Não é não!

O Orador: É a mesma coisa, porque o que é dito é, de outra forma... E é isso que eu não percebo, os senhores acham razoável o Governo Regional pagar passes para o mês inteiro para 250 mil açorianos, ainda que os mesmos não os utilizem. Ou seja, é preferível canalizar essas verbas para efetivamente melhorar o sistema, ou vamos simplesmente estar a financiar com dinheiro do Governo Regional, os operadores dos transportes coletivos de passageiros?! – é esta a pergunta que eu vos faço!

É isso que pretendem?!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) Deputado Tiago Branco (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em réplica àquilo que disse o Sr. Deputado Rui Martins, em primeiro lugar, queria dizer que entre 2001 e 2009, na governação do Partido Socialista, foram investidos 18 milhões de euros na renovação de 185 autocarros na Região. Até ao momento, o problema é que nós nem sabemos o que é este Governo Regional quer fazer.

O Sr. Deputado vem-me dizer porque é que vamos financiar as operadoras, se podemos investir no sistema, mas investir em quê?!

Estamos a falar em aproveitar as oportunidades financeiras que estão à nossa frente.

A Região Autónoma dos Açores já sabe que até 2024 vai investir em 20 autocarros elétricos, não vai renovar a frota toda, mas vai começar por algum lado.

Este Governo Regional já sabe quanto em que é que vai investir em termos da renovação da frota dos autocarros? Não sabe!

Essa é a pergunta para a qual continuamos sem ter resposta.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Porque os senhores não investiram!

O Orador: Por isso é que eu digo, e renovo, que o Governo não tem uma estratégia para renovar o sistema de transporte coletivo de passageiros e não vai aproveitar as verbas do PRR nem do Quadro Comunitário para esse efeito.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária:

Estas coisas são dinâmicas, também desconhecia que a PSP apresenta o crachá, os funcionários dos tribunais e das finanças, segundo me informaram, apresentam um cartão, aos ex-combatentes bastaria apresentarem o cartão de ex-combatente, não precisariam de passe nem de nada, seria tal como os outros.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Concordo com isso.

O Orador: Está a Sra. Secretária Regional disponível para aceitar isso? Digame de viva-voz!

Está disponível para mudar essa regulamentação e passar apenas para o cartão de ex-combatente?

O ex-combatente quer ir comer uma maçaroca às Furnas, pois que vá, é um direito que ele tem!

Foi com esse espírito que fizemos a lei e é assim que se tem que fazer.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Custa-me ouvir nesta discussão falar-se em abusos.

Então o Governo cria um passe que diz que é gratuito, as pessoas vão buscar esse passe e algum tempo depois o Governo diz “bem, está a haver aqui abusos”.

Então para que é que o Governo criou um passe gratuito?

Qual é o abuso que existe quando uma pessoa vai buscar aquilo a que tem direito ou requer aquilo a que tem direito, utiliza e, depois, o Governo vem dizer que há abusos porque a pessoa não usou!

Deputada Ana Luis (PS): *Utilizou pouco.*

O Orador: Não é porque usou demais, é porque **não usou** - tinha 40 e tal viagens e afinal só fez 15.

Qual é o abuso?!

Onde é que o utente abusou?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o dinheiro, senhor!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas este não é o partido que está sempre a criticar os ricos?!

O Orador: Sabem qual é o abuso, Sra. Secretária e Sr. Deputado Paulo Gomes?

O abuso é a incompetência do Governo em não ter feito um sistema com um mínimo de lógica e de coerência, esse é que é o abuso!

E, Sr. Deputado Rui Martins, não há mudança de paradigma na proposta que o Bloco de Esquerda apresentou e que foi aprovada por maioria. Diz o senhor que não há mudança de paradigma e sabe porque é que não há mudança de paradigma?

Não é pela legislação, é porque há um governo que tem uma visão atrasada deste setor! E há uma maioria que o suporta que tem uma visão atrasada deste setor!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Não há mudança de paradigma devido ao Governo!

Pelos vistos, é mesmo preciso mudar o Governo para que essa legislação seja aplicada, porque vontade desse lado eu não vejo nenhuma!

Deputado João Vasco Costa (PS): Apoiado!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

(Apartes inaudíveis trocados entre as bancadas da Coligação e do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bem, eu tive que poupar o meu tempo para tentar responder, se o Sr. Deputado Rui Martins assim o permitir.

Vou começar por responder à (semi) provocação do Sr. Deputado Pedro Neves sobre a sustentabilidade ambiental da minha medida.

Sr. Deputado Neves, se reparar a minha iniciativa não fala em lado nenhum em autocarros elétricos. Mas a sustentabilidade ambiental pode não ser conseguida só com os autocarros elétricos, até pode ser com autocarros a diesel. A partir do momento em que substituirmos 10 carros a andar na rua por um autocarro, já estamos a promover a sustentabilidade ambiental, pois são menos pneus que se gasta, menos carros que andam na rua a estragar o pavimento, menos carros que depois vão para a sucata, é tudo menos.

Portanto, a sustentabilidade ambiental não passa necessária e obrigatoriamente só pela mobilidade elétrica. Daí que a *modinha* não foi *modinha*.

Deputado Pedro Neves (PAN): Foi você que escreveu, não fui eu.

O Orador: Portanto, eu estou convencido de que a mobilidade, sem ser térmica, há-de ser um dia por via do hidrogénio. Não acredito nas soluções elétricas.

Respondendo agora ao Sr. Deputado Nuno Barata, eu sei que as interfaces e as gares não são propriamente da responsabilidade do Governo, mas há uma situação aqui que temos a certeza, ou seja, o Governo é o elemento central na gestão do território e se não houver uma política concertada por parte do Governo perante as autarquias, envolvendo até as associações de municípios, no sentido de criar, com o recurso aos contratos ARAAL, e muito bem, um movimento para criar condições de mobilidade e condições de permanência das pessoas enquanto aguardam pela sua deslocação, se não houver uma envolvimento por parte do Governo, para ser de forma isolada a partir dos municípios, eu creio que o sistema será ainda mais difícil de implementar.

Quero responder também ao Sr. Deputado Paulo Gomes quando refere alguma dificuldade na implementação da tarifa única, para lhe dizer que a tarifa *tendencialmente* única – é assim que diz na Resolução – é muito fácil de aplicar, basta ter como exemplo... a Tarifa Açores, é igual. Mas para não dizerem que eu estou a *atirar à cara* de vocês a Tarifa Açores, tenhamos como exemplo o transporte de mercadorias na Região: paga-se o mesmo Sta. Cruz das Flores do que se paga em Ponta Delgada.

Deputado António Lima (BE): Por enquanto...!

O Orador: Arranjou-se um mecanismo que passou a harmonizar o preço das ilhas todas.

É só fazer igual no transporte coletivo de passageiros. É só usar a mesma lógica para resolver essa situação.

Queria deixar para o fim um comentário à questão do *tendencialmente único*.

Eu entendo por *tendencialmente único* acabar com o formato que está definido e que é um passe para os desempregados, outro para os idosos, outro para os

não sei quantos que não faz sentido nenhum. Expliquem-me se isso faz algum sentido?

Para mim, o que faz sentido é haver um tarifário único para toda a ilha, com um cartão único, sendo que a única coisa que varia – por isso é que é *tendencialmente único* – é quanto é que cada um paga; paga o preço justo aquele que tiver que pagar, independentemente do percurso; e paga um preço reduzido aquele que não tiver condições para pagar mais.

Isso resolve as situações, porque o passe é único e é vendido pelo preço do mercado pelas operadoras.

O passe único vendido para pessoas mais carenciadas, pode ser vendido, por exemplo, nas lojas RIAC ou nas juntas de freguesia. Um atestado de insuficiência de condições, permitiria que as pessoas comprassem no sítio certo e às pessoas certas, um passe que lhes permita ter acesso ao mesmo serviço a um preço mais reduzido e nunca assente num princípio de calendário, porque esse princípio é que perverte aquele sistema implementado pela Sra. Secretária, porque se forem 30 viagens que não estejam indexadas uma situação de calendário, 30 viagens podem ser duas por mês.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Mas não há sistema para se fazer isso.

O Orador: Não há sistema, invente-se Sra. Secretária!

Agora não pode é uma pessoa - como já foi aqui dito - de 10 em 10 dias ir levantar um direito. Isso é fácil de resolver. E quando não for resolvido doutra forma, Sra. Secretária, é como eu já disse aqui no mês passado: voltemos ao velho sistema de trincar cartões. Dá-se o cartão para 30 cortes e quando eles acabarem a pessoa vai levantar mais um.

O que eu entendo é que se calhar é mais racional ter este tipo de cartão vendido num preço mais social, seja disponibilizado nas juntas de freguesia ou nas lojas

RIAC, mediante um limite de viagens mensal, isto para evitar os abusos. Mas nunca no formato que está definido em que as companhias recebem, independentemente de transportarem ou não as pessoas.

Portanto, isto só mostra a fragilidade do modelo implementado que realmente levaria obviamente a esses abusos que são negativos, porque pervertem o princípio da igualdade de direitos e de oportunidades das pessoas.

Portanto, obviamente que o modelo atualmente implementado, tem que ser totalmente reformulado, porque da forma em que ele assenta não é justo para ninguém.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho acompanhado e ouvido o debate, e não posso, naturalmente, deixar de intervir, porque parece-me ser importante esclarecer um mal-entendido que, consciente ou inconscientemente, se pretende criar. O mal-entendido é: os que defendem a redução dos passes de 40 para 10 viagens, são aqueles que gerem bem os recursos públicos; os que defendem que essa não é a solução, são uma cambada de perdulários quanto aos recursos públicos.

Nada mais falso!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ninguém disse isso.

O Orador: Porquê?

Então temos 10 viagens e se a pessoa só usar 5...?

Deputado Paulo Gomes (PSD): Então? É muito diferente usar 5 em vez de 10.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Só se lembrou disso agora, Sr. Deputado?!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não, os senhores é que só se lembraram agora!

O Orador: Portanto, o argumento da boa gestão dos recursos públicos é falso!

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): É preciso conhecer o sistema.

O Orador: E aqui chegamos à grande diferença daquilo que está em debate, neste momento.

Que o sistema precisa de ser mudado, concordo, dou isso de barato.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Agora!

O Orador: Mas há uma diferença quanto à solução: os senhores escolheram a solução mais onerosa para o cidadão, que é *faz-se assim e quem quiser vá lá levantar mais, vá outra vez aos serviços pedir um novo passe*.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então qual foi a sua solução quando era Presidente do Governo?

O Orador: E tanto foi desta forma, que a intervenção do Sr. Deputado José Pacheco - não sei se foi com esse propósito - acaba por desmascarar. E como é que desmascara?

O Sr. Deputado José Pacheco diz “resolvam acabar com o passe, basta mostrar o cartão e está feito”.

Deputado José Pacheco (CH): É o que está na lei.

O Orador: E os senhores tanto pensaram e refletiram nesta alteração que acabaram por dizer “olha, se calhar é a melhor solução”.

Então, meus senhores, a diferença não é entre aqueles que gerem bem os recursos públicos, pretensamente, ou aqueles que são os perdulários.

A diferença é entre aqueles que para resolver um problema, preferem descarregar para cima do cidadão todos os incómodos e toda a carga, em vez de ter o trabalho de repensar o assunto e resolvê-lo bem, como aliás, se liga à outra questão.

Deputado Joao Bruto da Costa (PSD): Não é verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: O Sr. Deputado Paulo Estêvão aqui em apartes seguidos dizia assim: “vejam lá, eles tiveram tanto tempo no Governo e agora é que se lembram desta história da reforma dos transportes”.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu não disse isso.

Perguntei o que é que o senhor tinha feito.

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu fiz aquilo que fiz. E o que estou a dizer aqui não é aquilo que fiz, é aquilo que farei se os açorianos derem a confiança ao Partido Socialista para voltar ao governo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Gustavo Alves (PPM): É o início de campanha!

O Orador: É aquilo que o Partido Socialista faria se estivesse no vosso lugar. E se estivesse no vosso lugar, questionaria se é importante fazer com que só se pague aquilo que se utiliza?

É sim senhor, estamos todos de acordo nisso.

Sobre a boa gestão dos recursos, estamos todos de acordo. Mas será que a única forma de resolver isso é descarregar para cima do cidadão?

Há uns que poderão utilizar essas viagens por lazer, mas e os outros que poderão utilizar essas viagens porque necessitam para ir trabalhar ou para ir para o emprego?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Um ex-combatente a trabalhar?!

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Esses têm o passe.

O senhor não sabe como é que o sistema funciona!

O Orador: Não é!

Portanto, o Governo Regional, nesta matéria, como noutras, já *atirou a toalha ao chão*, é aquilo que lhe der menos trabalho e aquilo que, paradoxalmente, der mais trabalho aos cidadãos, é a forma mais fácil de resolver o assunto. Mas há um segundo aspeto que é necessário reafirmar e dizer aqui:

O Governo Regional está a perder uma grande oportunidade de fazer uma verdadeira reforma nos transportes terrestres utilizando as verbas do PRR.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): E estamos a fazer.

O Orador: Ao invés, utiliza a mesma solução que utiliza para a questão do passe, ou seja, gasta-se 25 milhões de euros em dois navios elétricos e o assunto fica resolvido.

Dá mais trabalho fazer a reforma do transporte terrestre? Claro que dá, mas era aquilo que melhor servia não apenas os interesses dos açorianos, como servia até os interesses das alterações climáticas, da sustentabilidade ambiental e de tudo o mais. Mas isso é, no fundo, um bom retrato daquilo a que nós chegámos três anos depois.

Ao Governo, o que interessa é ter menos trabalho e resolver da forma menos incómoda para si e menos trabalhosa o assunto.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Nada disso!

O Orador: O cidadão, se quiser, que se mexa e que vá então pedir novamente um bilhete de 10 viagens. Não deve ser dessa forma.

Em relação ao PRR, insisto, se nós tivéssemos recursos para simultaneamente cobrir aquilo que é necessário fazer nos transportes aéreos, marítimos e terrestres, era ótimo.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Se... se...se!

O Orador: Mas aquilo que é mais urgente e que faria mais a diferença para melhor na vida das pessoas, é exatamente isso, isto é, aproveitar estes 25 milhões de euros e fazer uma verdadeira reforma do transporte terrestre, não apenas com a questão dos autocarros elétricos que talvez não seja a parte mais importante, mas em termos de carreiras, em termos de configuração do modelo, em termos de bilhética, em termos de horários, porque para fazer isso é preciso dinheiro. Esse dinheiro existe, mas não está a ser utilizado para isso.

Muito obrigado.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): O senhor também teve o dinheiro e não executou!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro, usando obviamente da habilidade retórica que possui e da sua experiência no debate, tentou aqui misturar aquilo que não faz sentido misturar.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Pois, é o desconhecimento!

O Orador: Para que fique claro para todos, aquilo que o Sr. Deputado José Pacheco levantou, tem a ver com um direito aprovado nesta Assembleia - que na República já existia - e que foi ratificar as medidas, os benefícios que o

estatuto do combatente já conferia na República e que na Região não eram conferidos.

Um desses direitos é o acesso a transportes coletivos de forma gratuita. E o que foi sugerido foi que, sendo o combatente detentor dum cartão que o identifica como tal, da mesma maneira que os funcionários judiciais e a PSP têm o seu dístico, havia esta questão de se poder levantar um passe e utilizá-lo, ou então única e simplesmente, apresentar esse dístico.

A realidade é que se trata dum protocolo diferenciado. Nós sabemos exatamente também o número de indivíduos que, neste caso, são os ex-combatentes, para já estamos perante um universo muito reduzido e que em nada é comparável, logo, esse direito em nada pode concorrer com aquilo que está aqui em causa, que é a possibilidade de eu, enquanto cidadão, dizer que vivo num determinado sítio e poder utilizar, indiscriminadamente, seja de forma gratuita, seja com um pagamento de 9 ou de 20 euros, ou seja lá o que estiver definido, participando do Governo Regional o restante para uma utilização mensal, quando se calhar a maioria das pessoas até poderá nem fazer essa utilização. E eu se precisar de fazer uma viagem, vou lá pagar buscar um passe, o Governo Regional paga a totalidade para 1 mês de utilização e o resto do mês eu não precisei.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Então está a anular o seu argumento!

O Orador: Isso tem efetivamente a ver com uma boa gestão de recursos. Aliás, há ainda um outro aspeto que é importante.

Vem o Sr. Deputado Vasco Cordeiro dizer que isto é uma coisa de que *as pessoas necessitam*. Mas essa necessidade dos transportes públicos começou agora?!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Antigamente não havia necessidade de transportes públicos?!

Querem ver que antigamente toda a gente tinha carro. Aliás, isso deve ser alguma informação que eu desconheço de que toda a gente tinha carro e agora

as pessoas não têm carro e não têm possibilidade de o ter. Também deve ter sido por isso que o António Costa decidiu onerar no IUC os automóveis antigos, que é o que toda a gente tinha, porque ninguém consegue comprar carros novos.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: A realidade é esta, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Aquilo que foi alegado logo desde o início na discussão destes diplomas, tinha a ver com os investimentos que são necessários fazer do ponto de vista da bilhética. E isto eu sei que gera de alguma forma uma piada, para o Partido Socialista é uma piada, é algo que nunca conseguiram fazer, mas é uma piada, quando a Sra. Secretária diz que são investimentos avultados e que a bilhética é efetivamente algo que dificulta a implementação destes espaços de forma universal e transversal, como se pretende aqui fazer e como houve várias propostas, o Governo Regional, em sede de Conselho de Governo, tentou abordar a problemática, o Bloco de Esquerda fez uma proposta legislativa que foi aqui aprovada e agora o Sr. Deputado Carlos Furtado, traz também uma recomendação que, no fundo, até é complementar a tudo aquilo que já foi aqui aprovado e também em sede de Conselho de Governo.

Então, a realidade é esta:

O Partido Socialista, é insensível àquilo que são efetivamente as necessidades de investimento. Porquê?

Esse também é um aspeto sobre o qual eu gostava que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro nos dissesse o que é que pretendia fazer com os 25 milhões do PRR?

É pagar às empresas que estão todas, neste momento, no setor de bilhética para depois, então, poder garantir que as empresas só cobram ao Governo Regional aquilo que é a utilização dos passageiros?

É essa a medida do Partido Socialista do *agora é que vai ser?*

Se eu ganhar as próximas eleições, *agora é que vai ser!*

24 anos de inércia vão ser resolvidos nos primeiros 6 meses de governação!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro não pára de nos surpreender!

Então quis fazer aqui uma declaração de comício eleitoral, dizendo “os senhores não sabem fazer, eu é que tenho as boas propostas e eu é que vou fazer”.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro sentou-se nesta Casa, pela primeira vez, em 1996 e logo na bancada do Governo (ao lado), no partido que suportava o Governo em 1996 e esteve 24 anos, a maioria dos quais sentado na bancada do Governo. Não fez, mas agora promete que vai fazer e que vai fazer rapidamente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Ó Sr. Deputado Vasco Cordeiro, não sei se posso usar hoje a expressão de que *soa a falso*, porque tal como na Tarifa Açores, por exemplo, o senhor achava que não era possível - e se calhar por isso não fez - porque era uma tarifa ilegal e uma série de problemas. Não o fez porque não quis

O seu problema quando era Presidente do Governo, é que o senhor não tinha arrojo para avançar com medidas que efetivamente resolvessem o problema das pessoas, porque o que este Governo está a fazer, resolve a vida das pessoas, que é o mais importante, com boa gestão dos recursos públicos.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Deputado Paulo Gomes (PSD): Exatamente!

O Orador: Ou seja, para que os açorianos nos oiçam bem: não há restrições!

Vozes dos Deputados das bancadas do PS e do BE: Há sim

senhor!

O Orador: Ninguém é impedido de viajar quando precisa, obtendo o respetivo título de transporte!

Ninguém vai ser restringido. O que há, é uma coisa... nós percebemos que o senhor não reconhece, porque tal como o Bloco de Esquerda, o que interessa é atirar dinheiro para cima dos problemas e fazer parecer que se resolve os problemas com isso. Mas, neste caso, o que estamos a falar, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é algo que nos separa efetivamente do Partido Socialista e do seu modelo de governação que é não recorrer ao desperdício. É fazer boa gestão e boa governança, que é aquilo que importa muito à Europa e que o devia preocupar também, pelas funções que tem, isto é, naquilo que é a boa governança, que é a boa utilização dos recursos públicos.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, também gosto muito de o ouvir, volta e meia, vir falar nos 25 milhões de euros, porque traz-me sempre à memória os 25 milhões do Cachalote. Mas sabe por acaso 25 milhões de euros quantos autocarros elétricos é que iriam comprar? – já agora, responda-me a essa pergunta!

Muito obrigado.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E eu que achei que este ia ser um debate relativamente consensual. O Sr. Deputado Vasco Cordeiro - eu anotei aqui a frase – disse isto num tom comicieiro:

“Eu estou a dizer o que é que eu faria se estivesse no vosso lugar”.

A frase é boa, só tem um problema, é que V. Exa. já aqui esteve e não o fez!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E diz V. Exa. o seguinte:

“E estão a comprar navios elétricos, não custa nada comprar 2 navios elétricos, isso é a solução mais fácil” – diz isto quem não conseguiu construir nem comprar os navios, ao longo de todo este tempo só tivemos navios fantasma!

Deputado José Ávila (PS): Mas tínhamos transportes marítimos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Ou seja, o problema do Sr. Deputado Vasco Cordeiro é que tem passado, e um passado recente, porque há menos de três anos, ocupava ainda o lugar de Presidente do Governo Regional. E esse passado tão recente, que foi de 24 anos no Governo, é que penaliza a V. Exa.

V. Exa. diz agora também: “nós precisamos de uma revolução!” – diz V. Exa. num estilo mesmo de Robespierre.

E o que eu lhe pergunto é o seguinte, Sr. Deputado:

- Só agora que perdeu o poder é que é necessário a revolução dos transportes nos Açores?!

Só agora que V. Exa. perdeu o poder é que é necessário a revolução?! Não era necessária antes?!

Do que é que V. Exa. esteve à espera para efetuar essa revolução?!

Só agora é que se apercebe da revolução que era necessário fazer nos transportes?!

V. Exa. tem este conjunto de contradições!

Deputado José Ávila (PS): Olha só quem fala!!

Deputado Berto Messias (PS): O rei das contradições a falar de...contradições!!

O Orador: O que eu lhe quero dizer é que da parte do Governo Regional, nós somos a transformar os transportes.

Os transportes são ou não são mais eficientes? São.

Neste momento, servem ou não se servem melhor as populações? Servem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Quer-se mexer naquilo que é estratégico que são os circuitos, porque é aí que está a resposta? Queremos.

Fizemos uma revolução, mas se quer exemplos de revoluções, eu dou-lhe um: a revolução do transporte aéreo, a Tarifa Açores, essa foi uma revolução que V. Exa. disse, que era ilegal!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E quer que lhe diga outra coisa?

Os navios elétricos são também uma revolução.

V. Exa, como sempre, quando aparece uma novidade, começa a dizer mal, como já está a dizer mal dos navios elétricos, porque considera que essa não é a resposta e que isso é a coisa mais fácil é a coisa mais fácil de fazer. Pois é a coisa mais fácil que V. Exa. não conseguiu fazer.

V. Exa. não consegue fazer aquilo que é fácil. E vou-lhe vou dizer, Sr. Deputado, que vai ser também um sucesso, desde logo, pelas vantagens ambientais que são óbvias, pela redução do custo que também é óbvio, por essa conjugação de fatores, obviamente, que essa vai ser uma reforma de sucesso. Mas tudo o que os outros fazem V. Exa. diz que está errado. Tudo o que V. Exa. não fez, ou que não conseguiu fazer e que agora diz que fará, é que estaria correto.

Esse pensamento evidentemente não tem muito percurso. Se fosse há 10 ou 20 anos, às vezes a memória política é curta, mas V. Exa. estava sentado exatamente ali naquele lugar, ao lado do Sr. Secretário das Finanças, ali naquele lugar, há menos de três anos e não conseguiu fazer nada disso que agora anuncia, quase em estilo de comício, que vai fazer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e

Infraestruturas (*Berta Cabral*): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu creio que já todos perceberam qual é que estão. Já todos perceberam que não há condições técnicas e tecnológicas para fazer implementar este tipo de passes sociais abrangendo toda a gente, já perceberam isso há muito. Aliás, eu vou recordar ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro uma discussão tida nesta Casa em 2014, era Secretário da Economia o Sr. Eng. Vítor Fraga, que disse exatamente isso sobre um diploma idêntico àquele - falava no PIT e este que foi publicado anteontem ainda continua a falar nele – nessa altura, o mesmo diploma foi apresentado nesta Casa eram os senhores governo. E o Sr. Secretário Regional da Economia, na altura, disse que não era exequível, que não era possível concretizar, que não era possível aprovar e o Partido Socialista não aprovou. Portanto, chumbou o Projeto, neste caso, do Bloco de Esquerda em 2014, pelas mesmas razões que agora os senhores dizem que é possível e não é, obviamente que não é!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Em 2014, os senhores estiveram no Governo mais seis anos. Em 2015 saiu o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros.

O que é que os senhores fizeram?!

Zero, nada!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Nunca o aplicaram! Seis anos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Não aplicaram o Regime Jurídico, continuaram a prorrogar os regimes de concessão, empurrando sempre para a frente a solução da tal estratégia que agora o Sr. Deputado Tiago Branco acha que nós não temos. Mas temos, Sr. Deputado, está aqui, é o Regime Jurídico que está a ser aplicado e está-se a abrir concursos de aquisição de serviços, nos termos deste novo Regime para todas as ilhas, coisa que os senhores deviam ter feito a partir de 2015!

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: E nós agora é que estamos a fazer.

Já está Santa Maria, as Flores, o Pico, São Jorge está a decorrer, o Faial e a Graciosa está para ser lançado.

Estamos nós em menos de dois anos, a fazer a aplicação do Regime Jurídico de 2015 que os senhores nunca aplicaram!

Esta é que é a questão fundamental, esta que é a estratégia que tem que haver, porque são as empresas privadas que têm que corresponder ao caderno de encargos, onde está exigida a bilhética, onde estão exigidos horários, onde estão exigidos os circuitos e são os empresários privados que têm que responder ao caderno de encargos e cumprir esse caderno encargos. E, depois, de acordo com os fundos comunitários, ir ao Competir 2020 e candidatar os seus projetos. São empresas privadas, não é o Governo que vai fazer aquilo que é competência das propostas e das empresas que vão concorrer aos cadernos de encargos que nós estamos a colocar no mercado.

Esta é que é a nossa estratégia, uma estratégia sim senhor!

Vamos agora à questão fundamental que aqui nos traz.

Como é que nós podemos, não tendo bilhética (é assim que se chama o sistema eletrónico e digital que possibilita a leitura dos passes sociais), os senhores acham que se consegue comprar na esquina ou no do supermercado?!

Se se conseguisse, os senhores já tinham feito isso em 24 anos e não fizeram.

Portanto, tudo tem o seu tempo, faz parte do caderno de encargos dos vários concursos, vai ser aplicado e depois consegue-se implementar. Até lá tem que se encontrar soluções mitigadoras de eventuais abusos que não prejudiquem as pessoas. Porque quando o Sr. Deputado Vasco Cordeiro diz, que se comprarmos um passe de 40 e eles não utilizarem é má gestão, é sim senhor. Mas se comprarem 10 é má gestão na mesma? Não é, porque os 10 são bilhetes pré-comprados que não têm limitação temporal, como referiu ali o Sr. Deputado. O passe é de 10 bilhetes pré-comprados que são utilizados num mês, ou em 2 meses, ou 3 meses ou até mais, é até ter o bilhete.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: A utilizar o bilhete durante o tempo que bem entender. E, portanto, em cada viagem entrega um bilhete. Este é que é o sistema.

Porventura, mesmo para os que trabalham, pode vir a ser não de 10, mas de 40 ou 50, nada impede que haja um maior número de bilhetes pré-comprados.

Por isso, se precisar de mais, justifica e leva mais bilhetes pré comprados, porque utiliza naquele mês como utiliza no mês seguinte ou nos meses seguintes, sem qualquer dúvida nenhuma – são pré-comprados, mas não os paga, dado que depois são debitados ao Governo Regional.

Portanto, percebe agora porque é que é preciso conhecer o sistema para depois não andar a atirar para o ar soluções que não são exequíveis?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, nós já percebemos todos que já perceberam quais são as dificuldades que têm a ver com tecnologia que neste momento não está implementada nas empresas, que tem que estar implementada em cada um dos autocarros, não é só nas empresas, é nas empresas e em cada um dos autocarros, mas isso não se faz de uma de uma hora para outra. E se os senhores não conseguiram fazer a 24 anos, não estão à espera que se possa fazer em meia dúzia de meses!

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Rui Martins:

Há um dado essencial neste processo, é que o PRR financia aquela que pode ser a vossa intervenção, é pena não ser a que os senhores estão a utilizar, peço imensa desculpa.

Portanto, se o PRR dá neste momento os recursos financeiros para fazer esta reforma, obviamente que é agora que o problema tem condições para ser resolvido e tem condições para avançar. É tão simples quanto isso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Bruto da Costa, eu acho que o senhor precisa ter um bocadinho mais de cuidado quando num debate que me envolve a mim e à Sra. Secretária Regional dos Transportes, invocar o tempo da minha chegada a este Parlamento, porque no tempo em que eu cheguei a este plenário, a Sra. Secretária Regional dos Transportes - muito nova, é certo! - já andava em cargos políticos e a exercer cargos políticos. E, portanto, vir invocar nesta discussão a idade é, no mínimo, deselegante.

Deputada Andreia Cardoso (PS): É ridículo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não tem nada a ver com a idade.

O Orador: Relativamente à questão que se coloca, ninguém contesta a necessidade de gerir. O problema não é esse e a questão não é essa.

A questão é que os senhores escolheram essa via e a ajuizar pela resposta dada à intervenção do Sr. Deputado José Pacheco, até nem lhe dedicaram muito tempo a pensar na forma como é que isso poderia ser resolvido...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Porque resulta da Lei e o senhor sabe disso!

O Orador: ... mas desse ponto de vista, é algo que me parece que claramente existe nesta discussão: a via que os senhores escolhem...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a da boa governança!

O Orador: ... é a via que mais penaliza os cidadãos, nem que seja na necessidade de terem que ir pouco a pouco comprar o passe das 10 viagens para poderem continuar a usufruir desta possibilidade.

Só mais duas questões que me parecem importantes.

Em primeiro lugar, dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que a questão não é se discorda dos navios elétricos, ou se acha que os navios elétricos são maus, a questão não é essa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor disse que isso era o mais fácil.

O Orador: E é. Porque o senhor contrata dois 2 navios, gasta 25 milhões de euros e tem a execução feita do PRR nesta parte.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Desde quando é que o senhor tem experiência nisso?

O Orador: Até tenho, porque os dois ou três navios que foram construídos e que servem o Triângulo, foram mandados fazer na altura em que eu era Secretário Regional da Economia, portanto, desse ponto de vista está clarificado. Mas a questão é que havendo esta possibilidade e estas verbas, aquilo que nós achamos é que essas verbas deveriam ser utilizadas para fazer uma reforma do sistema de transporte terrestre. Porquê?

Se o senhor olhar para os dados, verá que em 2017 utilizavam os transportes terrestres 8.7 milhões de viagens.

Em 2018, baixaram para 7.8.

Em 2019 baixaram novamente para 6.9.

2020 foi um ano excecional, é verdade, foram 4.3.

Em 2021 foram 5 milhões.

Em 2022 foram 5.5 milhões. E neste ano, claro que os números estão abaixo cerca de 20% daquilo que havia em 2019.

Há a necessidade de intervir nessa matéria?

Nós achamos que sim.

Temos recursos, hoje, de dinheiros do PRR que nos permitiriam fazer aquilo que antes não foi possível fazer, desde logo, por falta de recursos?

Achamos também que sim. E é essa a razão pela qual nós defendemos essa parte. Mas eu não resisto a concluir esta minha intervenção com duas notas: a primeira tem a ver com a questão do passe social que agora é quase...nacionalizado por este Governo a dizer que é propriedade política dele. Em 2009 o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou nesta Casa uma resolução ao Governo para criar o passe social na Região. E a votação é bastante elucidativa: votou a favor o PPM, o PCP, o Bloco de Esquerda e o PS; o único que não votou a favor foi o PSD.

Em segundo lugar, Sr. Deputado Paulo Estêvão, o problema que esta Região tem, neste momento, o problema que os Açores têm, não é o facto de eu ter passado, é o facto deste Governo não dar futuro aos Açores.

Muito obrigado.

Deputada Ana Luis (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Oh Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o senhor não teve dinheiro?!

Os governos do Partido Socialista tiveram 5 mil milhões de euros da União Europeia.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso não é verdade!

Esse é o valor total desde que há fundos comunitários!

O Orador: 5 mil milhões de euros tiveram V. Exas. ao longo de todos estes anos!

Só agora é que há dinheiro?! Num contexto em que nós começámos a governar com a crise da Covid, ainda, em que o contexto internacional é que se apresenta, com a maior guerra, na Europa desde a Segunda Guerra Mundial e também agora com a desestabilização na Palestina, com um contexto tão difícil que nós estamos a enfrentar, estes 3 anos é um dos contextos internacionais mais difíceis, que trazem como é óbvio consequências para os mercados internacionais, que trazem grande instabilidade nos mercados financeiros, que trazem gravíssimos problemas a nível do fornecimento de matérias-primas, um contexto tremendamente difícil em que nós estamos a governar, ainda por cima com um passado em que nada foi preparado para o para o futuro.

Deputado José Contente (PS): Isso é falso!

O Orador: E a verdade é que V. Exas. tiveram o maior fluxo financeiro de dinheiros europeus da história dos Açores. Um enorme fluxo financeiro e não fizeram, por duas razões: primeiro, porque não quiseram e, em segundo lugar, porque não conseguiram. Estas são as duas razões que explicam o vosso insucesso, não quiseram e não conseguiram.

Em relação aos navios, eu lembro-me perfeitamente do Atlântida e do Anticiclone. E eu não os vejo navegar nos mares dos Açores.

Portanto, a sua experiência nesta matéria, e o seu passado nesta matéria, não é a melhor recomendação.

Deixe-me perguntar-lhe, só para terminar, nestas questões qual é o seu programa?

Diz V. Exa. que tem passado. Nós já sabemos qual é o seu passado e os resultados alcançados pelo seu passado político – quero obviamente separar a pessoa das questões políticas.

Já sabemos quais foram os resultados das suas políticas. Mas V. Exa., em nenhum momento desta Legislatura, conseguiu dizer qual é o seu futuro, quais são as ideias, que projeto é que aqui apresentou?

Levou três anos, Sr. Deputado, pura e simplesmente a tomar as medidas, as votações, a fazer discursos contra o Governo, sistematicamente sem projeto, unicamente ancorado na crítica destrutiva constantemente.

Em nenhum momento V. Exa. apresentou um projeto. Essa é a sua grande fragilidade.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é *stand up comedy* a esta hora?!

O Orador: Os açorianos sabem se votarem em si em 2024, qual vai ser o futuro. O futuro que estão a votar é exatamente igual ao passado que em 2020 não quiseram que continuasse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD):

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão teve o mesmo impulso que eu, isto é, depois de ouvir o Sr. Deputado Vasco Cordeiro queixar-se de falta de recursos, ficar mesmo indignado e ter necessidade de lhe vir perguntar: ó Sr. Deputado, o senhor que esteve 24 anos no Governo desta Região, vem agora queixar-se de falta de recursos, quando teve como já disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão, 5 mil milhões de euros que esta Região recebeu de recursos financeiros da União Europeia e queixa-se de falta de recursos?!

O senhor não teve falta de recursos quando deu cabo de 400 milhões na SATA, não teve falta de recursos para isso!

Ou quando deixou mil milhões na Saudaçor, para isso não teve falta de recursos!

Ou quando nos deixou encargos e dívida para o futuro superior a 3 mil milhões de euros!

Não teve falta de recursos para isso, pois não, Sr. Deputado Vasco Cordeiro?!

O senhor teve falta de recursos foi quando deixou o Governo, ter deixado a instabilidade nas escolas, e nós termos corrigido com as medidas que aprovámos em relação aos professores, à carreira docente e à educação nos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado José Ávila (PS): E os doentes? O problema são os doentes!

O Orador: O senhor quando deixou o Governo, devia era ter ficado preocupado por não ter deixado os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, os enfermeiros, os médicos e todos esses profissionais à míngua de uma carreira decente como nós estamos a resolver nos poucos anos que já levamos neste Governo.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Ohhhh sim!

O Orador: O senhor não se pode queixar nem de falta de recursos nem de falta de oportunidade, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, porque os açorianos deram-lhe todas as oportunidades para resolver simples problemas que nós, depois do senhor os ter tornado complicados, estamos a resolver agora!

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, quer voltar ao Governo?

Eu tenho que dizer aos açorianos: Deus nos livre!!

Muito obrigado.

Deputado José Ávila (PS): Oh Sr. Deputado, os açorianos conhecem-no bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Eu sei que deve ter sido por lapso, mas o CDS também estava cá e votou favoravelmente o passe social. Essa é que é a verdade, com quatro deputados (tínhamos mais um) e votámos a favor. Mas eu sei que não foi por mal. Eu também fiz parte desse grupo de quatro deputados. E também estou aqui.

(Aparte inaudível da Deputada Andreia Cardoso)

O Orador: Ah não, perdão, não estava. Em 2009 não andava nestas lides, estava cá em espírito.

Mas posso dizer que foi nessa altura que comecei a apreciar com mais vigor aquilo que era o trabalho do CDS nesta Assembleia.

Deputado Berto Messias (PS): Nessa altura o senhor ainda andava *noutras listas*. Digamos que tinha outras... *orientações ideológicas* bebidas em anos gloriosos de Coimbra!

O Orador: Isso garanto-lhe eu, Sra. Deputada Ana Luís. Foi exatamente nessa altura.

Deputada Ana Luis (PS): Não, não. Foi um bocadinho depois.

O Orador: E que foi na altura líder parlamentar, Artur Lima, meu líder partidário, que efetivamente sempre considerei que foi a pessoa que fez a melhor oposição e que, sobretudo, em muito contribuiu em questões da saúde, que era aquilo que na altura mais me interessava e era dos parlamentares que eu mais considerava.

De qualquer das formas eu não pedi a palavra para isto.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, devo dizer-lhe que o PRR não é a panaceia. Nós não podemos agora dizer que o PRR vai dar para tudo e mais alguma coisa, porque como o senhor bem sabe, as coisas não funcionam assim. Efetivamente há opções, as opções do PRR inicial foram tomadas ainda por V. Exa., estão a ser concretizadas por este Governo. E aquilo que foi o reforço, são opções deste Governo e obviamente cada um será responsabilizado pelas decisões e opções que tomou.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A decisão é legítima, mas não sou obrigado a concordar com ela!

O Orador: Obviamente que não é obrigado a concordar e mostrou bem a sua discórdia.

Eu julgo que foi muito elucidativo e importante também ter dito – e agradeço ter trazido esses dados à colação - aquilo que é o decréscimo da utilização dos transportes coletivos.

Isso aí deve-nos convocar a pensar o porquê desse decréscimo. Houve uma diminuição dos percursos?

Ou ao invés, passou a haver um estilo de vida efetivamente diferente em que enquanto num passado não muito longínquo, se as pessoas viessem tratar de qualquer coisa, por exemplo, às finanças, vinham de manhã e ao fim do dia iam para casa e aproveitavam para fazer as compras semanais, atualmente ninguém tem esse estilo de vida. Atualmente ninguém vem da ponta da ilha para tratar dos seus assuntos à cidade e voltar para trás.

Sabe qual é o problema, Sr. Deputado Vasco Cordeiro?

É que o transporte coletivo de passageiros na Região, infelizmente, está muito ancorado naquilo que é o transporte escolar, isto é um facto. Ou seja, as carreiras são pensadas e desenhadas para servir maioritariamente e quase em exclusividade os alunos, o que significa que as empresas de transportes fazem um percurso que permita aos alunos vir dos pontos mais distantes, sobretudo nas ilhas mais pequenas, para as escolas.

Devo dizer que até as suas políticas de concentração de alunos, na altura, por exemplo, aqui na EBI da Horta, esvaziando as freguesias, até incrementar o número de passageiros que passou a vir da ponta da ilha para a cidade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E essa âncora e essa necessidade dos transportes coletivos circularem à volta daquilo que eram as necessidades escolares – e vou mesmo terminar, Sr. Presidente, agradecendo a sua latitude - demonstra bem a falta de escala para poder haver outro tipo de oferta e, por sua vez, aquilo que acontece e que está a ser feito neste momento, é tentar duma forma racional, garantir que as pessoas que necessitam tenham acesso ao serviço a preços acessíveis.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: Termino mesmo, dizendo que é exatamente isso que está a ser feito nessa perspetiva e é exatamente por isso que não é razoável fazer investimentos em bilhéticas única e exclusiva pelo Governo Regional, quando esse investimento é, em larga escala, superior àquilo que é a necessidade de transporte nas nossas ilhas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O tempo que já leva a discussão desta iniciativa, para mim mostra claramente a desnecessidade de criar o Canal Parlamento. Se é para criar o Canal Parlamento, para as pessoas verem lá em casa um debate a falar do passado e a remoer no passado, isso mostra a desnecessidade desse Canal e mostra também uma outra coisa que ainda é mais grave, mostra o tempo que se perde a debater iniciativas que depois leva à consequência de que esta iniciativa que estamos aqui a debater entrou no dia 5 de maio de 2022. Dezassete meses depois, estamos a saber se vamos aprovar ou não a iniciativa, para depois eventualmente pô-la em prática. Ou seja, o espaço temporal de dezassete meses, quando esta iniciativa podia já ter sido aprovada e de alguma forma ser posta em prática, fica seguramente prejudicada, quer a iniciativa quer a execução do que ela defende, pela demora que se leva a discutir aqui, permitam-me a expressão, o *sexo dos anjos*.

Muito obrigado.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução nº. 116/XII – “Criação de condições para a implementação do tarifário tendencialmente único para os transportes coletivos”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º. 116/XII foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente, e 1 voto de abstenção do CHEGA.

Presidente: Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 18h15.

Eram 17 horas e 53 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e minutos.

Vamos entrar no ponto 9 da nossa agenda relativo ao **Projeto de Resolução n.º. 150/XII** – “Prevenção e combate à violência obstétrica nos Açores”. Uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes para a sua apresentação.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O reconhecimento da prevalência de diversas formas de desrespeito durante a gravidez, parto e pós-parto, tem sido alvo de crescente atenção nos círculos de ativismo dos direitos reprodutivos da mulher e nas agendas de organizações internacionais, tendo sido já abordado na Assembleia Geral das Nações Unidas e no Conselho da Europa.

O desrespeito em contexto de assistência obstétrica pode revestir-se de muitas formas, das mais óbvias, como a agressão verbal, às mais subtis, como a privação da informação relativamente ao estado de saúde e a intervenções médicas, de modo a que a mulher possa decidir conscientemente acerca do rumo do seu próprio parto.

As reivindicações dos direitos na gravidez e no parto e a denúncia de situações e fenómenos de desrespeito não são alheias à iniciativa da sociedade civil. A Petição pelo fim da Violência Obstétrica nos blocos de parto dos hospitais portugueses, discutida em Assembleia da República em 2019, rapidamente atingiu 7697 assinaturas. O Inquérito “Experiências de Parto em Portugal”, promovido pela Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto (APDMGP) veio trazer à luz dados acerca de algumas práticas prevalecentes no contexto de assistência obstétrica em Portugal.

Na abordagem a esta temática, a OMS, reconhecendo a existência de práticas menos recomendáveis neste contexto, fez as seguintes recomendações:

- 1 – Maior apoio dos governos e de parceiros do desenvolvimento social para a pesquisa e ação contra o desrespeito e os maus-tratos;
- 2 – Começar, apoiar e manter programas desenhados para melhorar a qualidade dos cuidados de saúde materna, com forte enfoque no cuidado respeitoso como componente essencial da qualidade da assistência;
- 3 – Enfatizar os direitos das mulheres a uma assistência digna e respeitosa durante a gravidez e o parto;
- 4 – Produzir dados relativos a práticas respeitadas e desrespeitadas na assistência à saúde, com sistemas de responsabilização e apoio significativo aos profissionais;
- 5 – Envolver todos os interessados, inclusive as mulheres, nos esforços para melhorar a qualidade da assistência e eliminar o desrespeito e as práticas abusivas.

Para se fazer este caminho, é fundamental conhecer os dados na região em relação às experiências de parto e aos procedimentos realizados para se ter uma noção do que é preciso ser feito em relação a esta matéria.

Um estudo desenvolvido no âmbito do projeto IMAGINE EURO, pelo Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto, que contou com a participação de

58 açorianas, concluiu que 22,4% admitiu falta de comunicação efetiva; 41,4% falta de envolvimento nas decisões; 39,7% falta de apoio emocional; 15,5% falta de contacto pele-a-pele com o bebé; 13,8% falta de apoio na amamentação; 58,6% dificuldade em aceder ao pré-natal de rotina, assim como 24,1% afirma não ter sido tratada com dignidade e 13,8% refere ter sofrido de abuso (físico, verbal ou psicológico).

Além disso, 75% das mulheres açorianas que participaram neste estudo afirmam ter sido submetidas a manobras de Kristeller, em parto vaginal instrumentalizado.

Estes dados revelam a necessidade de uma maior recolha de informação e de dados in loco nos hospitais da Região e do registo obrigatório por parte dos profissionais em relação aos procedimentos implementados. Só assim se consegue uma análise sobre o assunto que permita a adoção de medidas adequadas a cada realidade.

É isso que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe, nos pontos resolutivos 1,2 e 4, a realização de um estudo regional anónimo sobre práticas de violência obstétrica, de modo a conhecer o nível de literacia da população em relação a este tema; a realização do registo obrigatório, por parte dos hospitais da Região, dos procedimentos realizados no parto, incluindo episiotomias e outras práticas adotadas, assim como a respetiva justificação da sua realização, para colocar em prática o disposto na circular normativa n.º 14 de 12 de julho de 2019, tal como é feito a nível nacional através da Portaria n.º 310/2016, de 12 de dezembro; e a implementação de um inquérito de satisfação às puérperas sobre a experiência de parto comum a todos os hospitais da Região, para que as mesmas sejam envolvidas no processo e se consiga reter a sua experiência de parto.

Sabemos, através de resposta ao requerimento do Bloco de Esquerda, que não são divulgados dados relativos a episiotomias e manobras de

Kristeller realizadas nos hospitais da Região, o que significa que o disposto na circular normativa n.º 14 de 12 de julho de 2019 não está a ser cumprido, algo que foi também confirmado pelo Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública em sede de audição.

Para além disso, tanto na resposta ao requerimento do Bloco de Esquerda como em audição à Secretária Regional da Saúde, sabemos que já foram feitas 3 queixas de violência obstétrica formalizadas nos Açores – duas no Hospital de Ponta Delgada e uma no Hospital da Horta.

Estes dados devem levar-nos a refletir e a escolher um caminho de maior sensibilização e de educação para a saúde na área de saúde materna e obstétrica, que é o que propomos nos nossos pontos resolutivos 5 e 6.

A realidade é que na Região não têm existido campanhas de sensibilização para a prevenção e combate à violência obstétrica, o que pode conduzir a que as mulheres possam passar por esta forma de desrespeito sem o identificar como uma violação dos seus direitos.

A realidade é que o maior medo provém do desconhecimento, pelo que é através da educação, sensibilização e a adoção de medidas que promovam uma maior abertura sobre o caminho a ser seguido para se evitar esta forma de desrespeito que podemos ter uma sociedade mais empenhada a produzir experiências de natalidade positivas.

No ponto resolutivo 3, recomendamos a elaboração, por cada um dos hospitais da Região, de um plano de parto institucional adequado à realidade, uma vez que através dos pareceres, aos hospitais da Região ficou claro que não se encontram a ser implementados.

Realçamos os pareceres dos hospitais e da Ordem dos Enfermeiros que de uma forma geral foram positivos em relação à implementação desta proposta. Por exemplo, o do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira a considerar que – passo a citar - “é um caminho que, a ser iniciado, poderá revelar-se vantajoso e

com potencial de êxito e ganhos para a população servida” – fim de citação. E com a experiência do Hospital da Horta que referiu já estar a registar de forma obrigatória todos os procedimentos realizados ao longo de todo o trabalho de parto e que considera que deve ser uma realidade transversal aos outros hospitais da Região.

Cabe-nos esclarecer que no ponto 2, não está em causa o trabalho feito pelos profissionais de saúde, mas sim o facto de existir uma lacuna que persiste na nossa Região, nomeadamente a não aplicação da circular normativa n.º 14, também em consonância com a Portaria n.º 310/2016, de 12 de dezembro, aplicada a nível nacional e que para além do registo, exige a publicação dos mesmos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Experiências negativas de parto deixam marcas para a vida, umas mais visíveis do que outras. Têm impacto na autoestima das pessoas, podendo afetar a vinculação com o bebé, o estabelecimento da amamentação, a vida sexual, a relação com o companheiro ou companheira e até o funcionamento em sociedade.

Como outros tipos de trauma, pode haver o desenvolvimento de transtorno de stress pós-traumático e depressão pós-parto. Mesmo quando não há um quadro clínico diagnosticado, as memórias que ficam do evento provocam um mal-estar e uma sensação de frustração que acompanham as pessoas por muito tempo.

O Grupo Parlamentar do Bloco pretende, com esta iniciativa, aumentar o nível de qualidade dos cuidados que são prestados, durante todo o processo da gravidez, de forma que a experiência da mulher, que num momento em que expõe toda a sua privacidade, seja a melhor. Que a integridade e autonomia da pessoa em processo de conceção, gestação, puerpério, em qualquer dimensão que a constitua seja respeitada.

Termino com uma das frases mais emblemáticas de Michel Odent, Obstetra e fundador do *Primal Health Research Centre*:

“Para mudar o mundo, temos de mudar primeiro a forma como nascemos.”

Disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem duas inscrições.

Têm a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

(* **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução que o Bloco de Esquerda aqui nos traz, para além de no seu preâmbulo, bem como na apresentação que aqui, Sra. Deputada Alexandra Manes nos fez, parte de facto de um juízo da existência da violência obstétrica de uma forma, eu diria, pouco cautelosa.

De facto, esta é uma matéria que tem ganho destaque a nível nacional, efetivamente, na sequência de algumas iniciativas, também da iniciativa do Bloco de Esquerda que tem de forma insistente levado esta matéria a discussão, tem merecido a atenção das forças políticas e de alguns organismos, há mesmo o argumento da necessidade da erradicação da violência obstétrica. E o termo *erradicação*, para além de ser visto como uma coisa que é preciso fazer desaparecer ou arrancar, também pressupõe um conhecimento da existência deste como um facto, quando, na verdade, o Projeto Resolução tem como ponto prévio a realização de um estudo para um diagnóstico.

De qualquer forma, gostaria de dizer que a moldura legal existente com as alterações introduzidas em 2019, incluiu um regime de proteção que vai desde uma fase de pré conceção, gravidez, parto até ao final do puerpério. Com base nisso, a Direção-Geral de Saúde emanou várias diretrizes, a Direção Regional

de Saúde também, a Ordem dos Médicos que tem inclusive no colégio de especialidades exposições emitidas. E, portanto, isto insere-se naquele âmbito ao qual nós deixamos os profissionais fazerem o que melhor sabem que é implementarem e decidirem pelas boas práticas, porque é esse o seu desígnio e não estão exclusivamente à espera de que os deputados lhe vão apontar o caminho que devem seguir.

Efetivamente, em 2021 a Assembleia da República aprovou uma resolução que recomendava ao Governo também 2 pontos resolutivos que são sobreponíveis. Na Região Autónoma dos Açores, o caminho tem-nos permitido afirmar que há um acesso a todas as grávidas no acompanhamento pré-natal, é ajustado, há um devido encaminhamento, há acesso à analgesia de parto, há o acompanhamento durante o trabalho de parto e, portanto, poderíamos dizer que pensamos que estamos seguramente entre aqueles países do mundo onde as situações de maus-tratos obstétricos põem-se em menor escala.

É de facto uma realidade percecionada pelas mulheres. Há aspetos a melhorar, mas entendemos que isso deve ser feito num ambiente de oportunidades. E esta será certamente a intenção da iniciativa do Bloco, evitando um ambiente de crispação entre profissionais, famílias e entre as mulheres e as suas famílias.

De facto a OMS tem alertado para que qualquer tratamento desrespeitoso e abusivo durante o parto ou puerpério na gravidez, deve ser obviamente evitado, há registos por todo o mundo que tem apelado a que este debate seja feito, tem recomendado que haja investigação nesta matéria. E, portanto, quer a OMS, quer o Conselho Internacional de Enfermagem, quer a Confederação Internacional das Parteiras têm, nesta senda, até recomendando que o termo *violência obstétrica* não seja usado de forma discriminada, apelando ao uso de outros termos, como maus-tratos ou práticas abusivas que se colocam nesta área da obstetrícia, como se podem colocar em qualquer prática clínica que se for desrespeitosa e abusiva, confere má prática e deve ser sancionada.

Importa, a meu ver, também clarificar quando a Sra. Deputada Alexandra Manes fala em episiotomias e manobra de kristeller, como se elas fossem, por si só, práticas de má prática.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é o que está escrito aqui!

A Oradora: Pareceu-me que foi isso que deu a entender.

Ora, a episiotomia é de facto um procedimento permite fazer uma incisão que ocorre entre o períneo e o ânus exatamente para facilitar o parto. Esta técnica não está é proibida. Na verdade, ela é recomendada que não deve ser usada por rotina, não deve ser feita sem consentimento - aí estamos todos de acordo - portanto, obviamente esta e outras técnicas, sem consentimento, não merecem acolhimento, bem como a manobra de kristeller cujo objetivo é também facilitar a progressão do trabalho de parto e que, naturalmente, quando feita de forma abusiva e não consentida, é um abuso e é uma má prática.

Relativamente a estas e muitas atitudes - é muito grande a lista de práticas que podem ser abusiva- todas elas só são abusos, se não estão justificadas ou se não há e não estão consentidas.

O que me parece que o texto que aqui nos traz o Bloco de Esquerda, não salvaguarda, nem sequer se consegue ler nas entrelinhas, essa ressalva que me parece importante para quem nos acompanha.

Depois há a referência a um estudo claramente importante que relata experiências de 58 mulheres...

Deputada Alexandra Manes (BE): Não são 58 mulheres, são mais mulheres. 58 são mulheres açorianas.

A Oradora: Pronto, então 58, já que estamos a falar no contexto açoriano, açorianas num universo de cerca de 2000 partos nos Açores anualmente, mas que também nos deixa dúvidas, isto é, as mulheres são açorianas, mas no estudo não sabemos sequer se pariram nos Açores, há quanto tempo pariram, porque são aspetos que também constituem recomendações de que qualquer estudo

deve ser feito num determinado espaço temporal, sob pena das memórias não serem as melhores. Mas os números, por si só, também não nos dizem nada, pois bastaria haver uma vez uma mulher que tivesse experienciado um maltrato, para que isso já merecesse a nossa atenção.

Portanto quando no preâmbulo o Bloco de Esquerda também teve a preocupação de acrescentar que não há divulgação, dando o exemplo de duas manobras que já mencionei – a episiotomia e a manobra de kristeller – ora, a acaba por (aqui sim) rotular estas práticas como uma expressão da violência obstétrica que como eu já expliquei, também pode não ser o caso, daí ser importante clarificar.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não rotula nada!

A Oradora: Também invoca muito a questão do parto, quando, na verdade, a violência obstétrica compreende o período temporal que vai durante todo o período da gravidez e puerpério.

Por outro lado, extrapola relativamente às cesarianas. Ora, todos nós sabemos que as cesarianas são, de facto, um indicador de qualidade de cuidados de saúde, os números que Portugal e os Açores apresentam distam daquilo que é o recomendado, mas as cesarianas são absolutamente essenciais para salvar vidas, mais uma vez, em todas aquelas situações em que um trabalho de parto normal implica riscos e, por isso, devem todos os sistemas de saúde garantir o acesso oportuno às mulheres, quando necessário, das cesarianas. Mas também, apesar de invocar cesarianas, nenhum dos pontos resolutivos pretende resolver esta questão das percentagens elevadas e, portanto, também me parece um pouco desenquadrado.

Relativamente aos pontos resolutivos, como a literacia, a sensibilização, sabendo que há aqui pontos que são sobreponíveis, são práticas na área da saúde que terão ganhos nesta, como noutras áreas.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do PSD entende que há algumas reservas relativamente ao ponto nº. 2 que a Sra. Deputada Alexandra Manes teve a preocupação de alguma forma em esclarecer, porque essa questão foi levantada, quer nos pareceres quer na audição da Sra. Secretária, mas ainda assim, reiterámos que temos alguma preocupação com a necessidade da expressão deste ponto do registo obrigatório.

Portanto, da nossa parte é tudo o que tenho para dizer por agora.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, acolhemos bem a iniciativa do Bloco de Esquerda.

Entendemos que os pontos resolutivos que nos são apresentados são pertinentes e fazem efetivo sentido.

Consideramos que os pontos resolutivos que são apresentados pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda neste Projeto de Resolução fazem todo o sentido e são todos pertinentes. Contudo, para a execução dos mesmos da parte do Governo e para todos nós, também nas nossas funções que podemos acompanhar e fiscalizar a atividade do Governo e o cumprimento destas recomendações, eu tenho duas questões para colocar ao Governo.

Tendo em conta que ouvimos a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto, em maio deste ano, eu gostaria de perguntar, decorrido o 1º semestre de 2023, se o Governo nos pode fornecer os relatórios de avaliação dos cuidados

prestados nos serviços de obstetrícia e neonatologia que são elaborados semestral e anualmente, e remetidos à Direção Regional da Saúde, nomeadamente do 1º semestre de 2023.

Compreendemos que 2022 eventualmente possam não existir, porque efetivamente foi da parte da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública que tivemos informação de que a Circular em vigor eventualmente poderia não estar a ser devidamente aplicada, atendendo ao período pandémico.

E decorrido que está o 1º semestre de 2023, se da parte do Governo, uma vez que já foi retomada a atividade assistencial no final do ano passado, segundo também informação do mesmo, se nos pode remeter esse relatório ou esses relatórios, e se tiverem alguma informação também relativamente a 2022, dos cuidados prestados nos serviços de ginecologia e neonatologia dos hospitais da Região. Na medida em que estes dados poderão ser pertinentes, e poderão e deverão auxiliar no cumprimento daquilo que são os pontos resolutivos que o Bloco de Esquerda apresenta neste Projeto de Resolução, nomeadamente naquilo que diz respeito à realização do estudo regional anónimo sobre as práticas de violência obstétrica, bem como também inquérito de satisfação às puérperas.

Por outro lado, compreendendo eventualmente alguma renitência naquilo que se refere ao ponto resolutivo nº. 2 que tem a ver com a questão dos registos, a verdade é que da parte do Hospital da Horta, conforme nos foi transmitido, todos os registos do parto são atualmente já feitos de forma física no Livro de Partos e de forma digital no Partograma, em que é obrigatório o registo de todos os procedimentos que são realizados ao longo de todo o trabalho de parto, e tendo em consideração que de acordo com a informação que a Ordem dos Médicos também já nos transmitiu, através do seu parecer escrito, e por aquilo que consta no próprio código deontológico da Ordem dos Médicos, em que os

médicos estão obrigados a registar de forma clara e detalhada os resultados que considerem relevantes dos atos clínicos a seu cargo, eu gostaria de perguntar qual é o entendimento do Governo em relação a este aspeto, uma vez que o Hospital da Horta já faz, no sentido de saber se é para alargar às outras unidades de saúde da Região, ou se vai deixar de fazer aquilo que é considerado uma boa prática em termos de registos clínicos?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Faço esta intervenção na sequência daquela que foi a intervenção da Sra. Deputada Salomé Matos. E houve até um momento em que eu pensei que estava a chamar de mentirosas as 58 açorianas que estiveram neste estudo da universidade.

Deputada Salomé Matos (PSD): Pensou mal!

A Oradora: Pensei que estava a desmentir as 58 mulheres açorianas que estiveram envolvidas neste estudo da Universidade do Porto. Também não sei se há alguma desconsideração pela instituição Universidade do Porto. No entanto, eu assumo que fiquei confusa, pois fiquei sem perceber, afinal, com quais são os pontos da resolução que concorda e quais são os que não concorda. Eu peço desculpa, mas pareceu-me confuso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estamos habituados!

Deputada Salomé Matos (PSD): Não disse isso!

A Oradora: Se, como me parece, não concorda com o ponto 2 da nossa resolução, de facto, ela está aqui, está em circular e não é cumprida. E é exatamente no Hospital da Horta, que a senhora conhece bem, que se faz esse registo.

A minha dúvida aqui é: porque é que não se pode fazer um registo para ser conhecido?

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Já se faz!

A Oradora: Porque é que não é divulgado tal qual é feito no restante território português?

O que é que há aqui que impeça isto?

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Leia o parecer!

A Oradora: É que, sinceramente, a leitura que isto poderá eventualmente ter é que querem de alguma forma sufocar ou tapar alguma coisa.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Ah que horror, que desrespeito!

A Oradora: Oh Sra. Secretária, eu vou-lhe responder agora, porque não lhe respondi ontem!

A senhora ontem disse que eu não tinha competência para falar de médicos. E eu vou-lhe responder assim: a senhora é que não tem competência para dizer as coisas que diz daí dessa bancada!

E digo-lhe mais: no meu partido tem mais médicos do que o seu algum dia terá!

Voltando aqui ao assunto em questão, eu peço à Sra. Deputada Salomé, que nos elucide acerca, afinal, de quais são os pontos com que a senhora concorda ou discorda?

Porque nós não compreendemos, porque se a senhora não d concorda com o ponto nº. 2, então a Sra. Deputada com as práticas em vigor nos outros hospitais.

É isso que a senhora acabou de dizer – lamento!

Isto já é feito nos hospitais e é publicado, coisa que nos Açores não acontece.

Deputada Salomé Matos (PSD): Tem problemas de interpretação!

A Oradora: Realmente, eu também gostava de saber porque é que nos Açores não é publicado aquilo que está numa circular e que devia ser cumprido?

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo:

Tenho que obviamente concordar com o sentido negativo que o preâmbulo desta iniciativa tem, porque realmente faz transparecer que a experiência da gravidez é algo muito negativo para qualquer mulher e felizmente não é. Há experiências que não correm muito bem, mas felizmente há uma grande maioria que corre bem.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, reconhecendo que há experiências negativas, penso que os açorianos que nos ouvem ficam antes com a memória de que a gravidez é, na grande maioria das vezes, algo desejado e que traz memórias boas a todas as famílias.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Nem sempre assim é, mas maioritariamente essa fase da vida da mulher é.

Portanto, com essa perspetiva, lamento que algo que possa ser efetivamente uma iniciativa boa para a Região Autónoma dos Açores e que possa acolher de todos os partidos o voto favorável, seja prejudicado ou denegrido por um preâmbulo que é todo ele negativo.

Deputada Ana Luís (PSD): Não se preocupe com os preâmbulos. Eles não são publicados!

A Oradora: E, sinceramente, não acho que dê a devida dignidade à iniciativa.

Deputada Alexandra Manes (BE): Se a *culpa* é do preâmbulo, vamos tirá-lo!

A Oradora: Respondendo às perguntas que me foram colocadas, a 12 de julho de 2019 foi publicada uma circular normativa que refere que até ao dia 15 de julho do ano seguinte deverão ser remetidos o relatório dos 3 hospitais do 1º semestre e que até ao dia 15 de janeiro do ano seguinte deverá ser remetido o segundo relatório. Esta circular foi publicada no dia 12 de julho.

Bem se percebe que não haja aqui relatórios durante algum hiato, atendendo às questões pandémicas e terá sido por causa disso que não terá havido a publicação em 2020 e nos anos subsequentes.

Posso afirmar à câmara que relativamente aos relatórios do 1º semestre deste ano, já foram rececionados os do Hospital da Horta e do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, faltando rececionar, apesar de já ter sido solicitado, o do Hospital do Divino Espírito Santo onde está feita a listagem dos pontos que constam na referida circular normativa.

Ainda em relação ao número de queixas, dizer que desde a altura em que eu fui ouvida em Comissão, em maio deste ano, os três hospitais, não voltaram a rececionar qualquer tipo de queixa neste âmbito.

Portanto, as três queixas que foram feitas naquela altura mantêm-se. E, portanto, penso que apesar de haver um caminho a percorrer no sentido de qualquer mulher dever passar de uma forma positiva por esta experiência, infelizmente não acontece.

Falando dos pontos resolutivos da iniciativa, o ponto 2 é, em nosso entender e apesar do Governo não votar, como já tive oportunidade de dizer à Sra. Deputada Alexandra Manes, não me parece justo nem adequado que a Assembleia obrigue uma ordem profissional a dizer que os médicos têm que

fazer o registo obrigatório, quando se parte do princípio, de acordo com o código deontológico, que esse registo já é feito de forma rotineira,

Deputado António Lima (CDS-PP): A Assembleia já recomendou

Comprar testes.

A Oradora: Ou seja, qualquer médico na sua atividade clínica, escreve no processo clínico do utente. Aliás, a Sra. Deputada poderá ver que no tal artigo referido no parecer da Ordem dos Médicos consta aquilo que deve ser escrito no processo.

Portanto, é um procedimento que já é rotineiro e não é o Governo Regional que vai obrigar uma ordem profissional a fazer esta ação, quando ela já faz parte da atividade normal de qualquer profissional de saúde, neste âmbito e ainda para mais, já versa num diploma do código deontológico da Ordem dos Médicos.

Assim sendo, parece-nos de todo infeliz, além de que o que está lá percecionado, pode muito bem ser no ponto resolutivo nº.4 perguntado de forma anónima às grávidas, se efetivamente foi feita alguma das técnicas de que nós estamos aqui a falar. E, assim, de forma voluntária, a grávida tem a possibilidade de responder sem que seja necessário obrigar uma classe profissional a fazer algo que já lhe compete.

Por isso, acho que este ponto não me parece feliz.

Em relação à literacia para a saúde, dizer a esta Assembleia que é obviamente uma matéria que tem preocupado este Governo Regional, sendo que ainda no mês passado foi assinado um protocolo com uma entidade a nível nacional, no sentido de se desenvolver um plano regional para a literacia em saúde. Na mesma oportunidade, assistiu-se ao lançamento do primeiro livro, a nível nacional, também neste âmbito e que com muito orgulho podemos dizer que foi feito na Região e, portanto, é óbvio que este é um ponto que nós consideramos essencial, até pelos novos desafios que diariamente o setor impõe e porque a Organização Mundial de Saúde refere que, atualmente, o conceito de literacia

para a saúde é dos conceitos mais importantes e que deve merecer toda a nossa atenção na atualidade.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(* **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, peço esta interpelação, no sentido de nos poder esclarecer se os preâmbulos das resoluções são ainda publicados no Jornal oficial?

Presidente: Não, não são, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra também para uma interpelação.

(* **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para nos esclarecer também, já agora Sr. Presidente, se não obstante já não serem publicados os preâmbulos, o Bloco de Esquerda, sendo autor da iniciativa, se podia ou não conformar o preâmbulo com aquilo que devia ser o objeto da iniciativa?

Muito obrigado.

Deputado António Lima (CDS-PP): Ah quer mandar no nosso preambulo?!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado, está registada a sua interpelação.

Evidentemente que o preâmbulo deve estar de acordo com os pontos resolutivos.

Sra. Deputada Alexandra Manes para uma interpelação? Não...?

Então se é para uma intervenção vai ter que aguardar, porque tem pessoas à sua frente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs.

Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer que só de falar nestes assuntos já estou um pouco tonto, porque eu tive uma experiência aqui no Hospital da Horta, quando assisti ao nascimento do meu filho mais novo e devo-vos dizer que fui retirado da sala a meio da situação, mas consegui chegar a tempo e voltar outra vez. Não é fácil. Não me digam que é fácil, porque não é.

Em primeiro lugar, o que eu vos quero transmitir, pela experiência que tenho do meu próprio caso e de muitas famílias que conheço, muitas mães, o extraordinário trabalho feito na maioria esmagadora dos casos por parte dos médicos e enfermeiros dos Açores.

Deputada Alexandra Manes (BE): A gente não sabe!

O Orador: Quero deixar esta homenagem aqui aos médicos e aos enfermeiros dos Açores, na sua esmagadora maioria, porque é muito importante. É evidente que há situações que não deviam ter ocorrido. É evidente que há sempre algumas coisas que não correm bem e há procedimentos que não deveriam ter sido feitos daquela forma, mas não nos podemos esquecer nunca da maioria esmagadora das situações em que as coisas correram bem. Não nos podemos esquecer nunca dos grandes profissionais que nós temos nos nossos hospitais, médicos e enfermeiros que fazem o seu trabalho com um humanismo incrível e que devem ser sempre referenciados, mesmo quando se quer melhorar. Mas mesmo quando se quer melhorar e em que são apontadas situações de melhoria, esta homenagem deve ser sempre feita e deve ser sempre feita esta referência, porque obviamente os profissionais que desempenham as suas funções com grande profissionalismo e com grande humanismo, devem ver reconhecido o

seu trabalho em todas as circunstâncias e não devem ser utilizados como armas de arremesso político.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E, portanto, este reconhecimento deve ser feito.

Quero dizer, depois, que o preâmbulo interessa, sempre interessou na prática parlamentar, se não interessasse os partidos não os faziam. Se não tivessem importância política, em que se explica o conjunto de recomendações que são propostas, então não se faziam.

Só porque agora não é publicado, deixou de ser importante?

É evidente que é importante, seja ou não seja publicado. É importante ponto de vista político.

Deputado António Lima (BE): Diga lá então qual é a parte que não concorda? Cite.

O Orador: Oh Sr. Deputado António Lima, estas questões são questões de interesse, eu reconheço a relevância deste assunto, a sociedade açoriana reconhece a relevância deste assunto, só não concordo é com a forma como o Bloco de Esquerda apresenta este assunto, sempre numa situação de confronto, sempre numa situação de alguma grosseria e não pode ser assim.

Trata-se aqui, pura e simplesmente, de apresentar as questões de forma humanista e construtiva.

Eu reconheço que é um assunto importante, que deve ser referenciado e, por isso, o meu Grupo Parlamentar concorda com a maior parte dos pontos resolutivos.

Deputado António Lima (BE): Diga lá qual é a parte que não concorda.

O Orador: Não preciso dizer-lhe, você sabe quais são ou já se esqueceu do que é que escreveu?

Oiça, eu acho que do ponto de vista do vocabulário que é utilizado, do excesso que existe no preâmbulo, é um preâmbulo acusatório...

Deputada Alexandra Manes (BE): São dados que estão aqui.

O Orador: Eu considero que essa parte era dispensável, mas o Bloco de Esquerda apresenta sempre as coisas com violência e com agressividade. E eu penso que este é um assunto que nos deve unir a todos, devemos estar unidos para resolver este conjunto de questões, porque se me disser assim:

Ponto nº1 - realização de um estudo regional anónimo sobre práticas de violência nesta matéria, oiça, sabe qual é a resposta do Grupo Parlamentar do PPM?

- *Sim, estamos de acordo.*

Se me perguntar a elaboração por cada um dos hospitais da Região dum plano de parto institucional adequado à sua realidade, o que eu lhe quero dizer é:

- *Sim, estamos de acordo.*

Se me perguntar o que penso sobre a implementação dum inquérito de satisfação?

- *Sim, estamos de acordo.*

Se me disser que o ponto nº. 6 promova a literacia em saúde materna, eu digo:

- *Sim, estamos de acordo.*

No ponto nº.5 – implementação de campanhas de sensibilização:

- *Sim, estamos de acordo.*

A verdade é esta, mas para obter a concordância do PPM neste conjunto de problemas... com o que eu não concordo é com a forma como o Bloco está a expor este conjunto de situações e a generalização abusiva...

Deputado António Lima (BE): Mas leia lá qual é a parte.

Deputado Berto Messias (PS): Isto é surreal!

O Orador: ... porque o que é preciso reconhecer, em primeiro lugar, se o Projeto fosse meu, a primeira coisa que eu faria era reconhecer o grande

trabalho que é feito nos hospitais desta Região, agora na vigência deste Governo e na vigência dos governos anteriores dos Açores - era a primeira coisa que eu iria dizer-lhe. Seria a primeira coisa que eu diria numa iniciativa deste teor, é o primeiro reconhecimento que eu faria e que os senhores não fazem.

Deputado Berto Messias (PS): Claro, claro!

O senhor sempre foi um homem ponderado, um estadista!

O Orador: Por isso, apesar de eu não concordar com a forma como os senhores fazem esta abordagem, contam V. Exas. com o voto favorável do PPM pela pertinência da questão, mas nunca pela forma como a apresentam e nunca apresentando de uma forma que não reconhece o grande trabalho que é feito pela maior parte dos enfermeiros, médicos e profissionais de saúde desta Região.

Da minha parte, só quero dizer a todos eles **muito obrigado** pelo trabalho que fazem em prol dos açorianos, das açorianas e das nossas famílias.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigado, Sr. Deputado, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Traz-nos o Bloco de Esquerda este Projeto de Resolução relativo à prevenção e combate à violência obstétrica nos Açores.

Sem dúvida que é uma matéria de total pertinência, uma temática sem dúvida sensível e que deve ser debatida e irrefletida.

Quanto àquilo que já foi seja a própria iniciativa seja a apresentação da mesma por parte da Sra. Deputada Alexandra Manes seja, ainda, o debate ocorrido até agora, e também em relação ao preâmbulo e a abordagem que se faz ao longo do debate, efetivamente, não é isso que nós iremos votar. Mas é o enquadramento e a forma como o partido vê aquilo que propõe e a matéria que traz a debate.

Deputado António Lima (BE): Diga o que não concorda!

A Oradora: No nosso entendimento, ao analisar a iniciativa e o debate até ao momento, a verdade é que no caso da questão do número de mulheres açorianas mencionado no estudo, o que nos pareceu é que o estudo teve em conta mulheres que naquele momento do inquérito vivem nos Açores, mas a pergunta que se faz, é se efetivamente o parto foi realizado nos Açores.

Pela análise do estudo, não conseguimos perceber se efetivamente isso aconteceu ou não, porque eu posso ser residente nos Açores, mas a minha filha pode ter nascido em Lisboa, em Évora ou outro sítio qualquer do país. E, portanto isso nós não conseguimos perceber no âmbito do estudo, posso estar errada, mas foi isso que verifiquei ao analisar.

Deputada Alexandra Manes (BE): Mas é o que está no estudo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Onde isto já vai!

A Oradora: Por outro lado, também, da análise que é feita e a interpretação que fazemos à posição do Bloco de Esquerda, é que parece que quer transmitir que a realidade nos Açores é a prática da violência obstétrica.

Deputado António Lima (BE): Mas ninguém disse isso!

A Oradora: E não é isso que nos parece que seja a realidade da nossa Região.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: É essa a interpretação que legitimamente fazemos àquilo que tem sido a postura do Bloco de Esquerda no âmbito deste debate e que nos parece

que é uma abordagem até um bocadinho perigosa, na medida em que não nos interessa que haja a desconfiança por parte das grávidas quanto ao Serviço Regional de Saúde e quanto ao serviço que vai ser prestado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: É preciso ter cuidado com as abordagens que fazemos a matérias tão sensíveis como esta, porque todos os que estamos aqui nesta Casa, reconhecemos que existem situações, e todos nós conhecemos situações mais infelizes, situações que realmente não deviam ter acontecido e há partos em que as mulheres efetivamente se sentiram realizadas, que foram positivos e também outros que não foram e foram negativos; sabemos que o momento do parto é um momento de grande pressão. Quantas vezes, até, sabemos de histórias em que as próprias mães tentam levar ao limite para eventualmente não fazer uma cesariana. Ou seja, há uma série de circunstâncias, naquele momento, que fazem com que os médicos e os enfermeiros, tomem a sua decisão com o consentimento da mãe.

A verdade é que existem imensos fatores em todo este processo, que devem ser considerados e que devem ser avaliados. E acreditamos que a maior parte dos casos, sabendo destas situações menos felizes, são certamente partos positivos que levam à dedicação de todos os profissionais de saúde, no sentido de que a mulher tenha um parto positivo e uma experiência boa naquele momento tão importante da vida.

Por isso, parece-nos que é preciso às vezes ter cuidado com as abordagens que se fazem.

(* **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

A Oradora: Quanto aos pontos resolutivos da iniciativa, e quanto à questão do estudo, parece-nos – e é a nossa interpretação – que a posição do próprio Bloco

de Esquerda é que quer o estudo, mas ao mesmo tempo já sabe o resultado do estudo, isto é, de que há muita violência obstétrica na Região.

Deputado António Lima (BE): Mas isso não está escrito em lado nenhum. Isso é falso!

A Oradora: Esta é a interpretação que fazemos da abordagem do Bloco.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): A violência do discurso da sua colega é que dá essa intensidade.

A Oradora: No entanto, parece-nos de todo pertinente que se realize efetivamente o estudo, porque como disse anteriormente, pelo estudo realizado onde temos aquele número de açorianas, não conseguimos perceber uma série de parâmetros, daí que nos pareça muito pertinente a questão do estudo.

Como é natural, consideramos importante a questão da literacia, das campanhas de sensibilização. É importante que as mães e as mulheres estejam preparadas e informadas em todo este processo, como é natural; a elaboração do plano adequado a cada realidade; o inquérito de satisfação, sem dúvida é importante e fundamental para todo este processo, sendo que nós defendemos que todas as ações que levam a resultados positivos e à melhoria dos cuidados de saúde, são sem dúvida importantes. Agora, não nos podemos esquecer de uma coisa: para que tudo isto funcione, para que todo este processo e todas estas estratégias implementadas e sugeridas por via desta iniciativa se concretizem, os profissionais de saúde são essenciais, porque serão eles, sem dúvida, o veículo para que tudo isto se consiga concretizar e que tudo isto resulte naquilo que é o propósito que esta iniciativa, nos seus pontos resolutivos, traz.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(* **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu sinceramente não consigo compreender toda a celeuma que o preâmbulo desta proposta levantou.

São 14 parágrafos e todos eles são dados recolhidos, dados que recebemos em resposta a um requerimento do Bloco, logo, são dados do Governo Regional e, portanto, eu continuo sem perceber toda essa celeuma, das duas uma, ou duvidam dos dados ou das instituições que fizeram os dados, sinceramente, não percebo.

(Aparte inaudível do Deputado Rui Martins)

A Oradora: O autor da proposta baseou-se exatamente em dados.

Portanto, se está a duvidar do proponente, está a duvidar dos dados ou então não leu o preâmbulo da proposta que é o que me parece que está a acontecer aqui.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora é que parece que tem vergonha do preâmbulo.

Deputada Ana Luis (PS): Nem foi ela que foi à Comissão.

A Oradora: Relativamente à questão que está a ser levantada em relação aos médicos, ninguém está a duvidar ou a levantar suspeitas sobre os médicos. Até se percebessem a questão, e face às queixas que já aconteceram nos Açores, isto até acaba por ser uma salvaguarda para os próprios médicos.

Atenção, vamos desconstruir este discurso que estão aqui a tentar fazer para chumbar a proposta.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Mas eles não precisam disto, porque têm o código deontológico.

A Oradora: É preciso ver isto da seguinte maneira: isto acaba por ser até uma salvaguarda para os médicos.

Depois, ninguém diz nesta proposta que há violência doméstica obstétrica efetiva nos hospitais da Região. O que temos é aqueles dados que eu referi.

Agora, o que se está a propor é um estudo exatamente para prevenir o futuro. E, como disse e muito bem a Sra. Deputada Salomé Matos, nem que fosse só um caso, já valeria a pena. E o que se quer perceber é o que existe na Região. Ora, os pontos resolutivos são todos transversais e complementares entre si. Esta é que é a verdade. Portanto, sinceramente, eu fico na dúvida se leram devidamente o preâmbulo e se enquadraram os pontos resolutivos naquilo que é o preâmbulo, porque estes pontos (resolutivos) são colocados por causa dos dados que são colocados no preâmbulo. E se repararem, eles fazem todo o sentido para se prevenir isto futuramente.

Eu não estou a dizer nem ninguém me ouviu dizer que há um número de violência obstétrica na Região, ou que os médicos andam a saltar em cima das barrigas das parturientes, eu não disse nada disso. Eu falei foi de dados que estão a tentar descontextualizar para formar um discurso do “ai o Bloco não gosta dos médicos, o Bloco quer fazer mal aos métodos. O Bloco é a bruxa”, de nada disso, Sras. e Srs. Deputados.

Isto é uma salvaguarda tanto para as mulheres, como também para os próprios médicos. E tem que ser entendido desta forma.

Se nós realmente queremos traçar um caminho neste sentido, todos estes pontos fazem sentido nesse caminho. Se é para trilhar um caminho conjunto por isto, faz sentido. Não podemos simplesmente dizer que os casos não acontecem ou que acontecem poucos, porque desconhecemos a realidade e não conhecemos números reais. E é por isso que propomos isto.

O ponto 2 que tanta celeuma levantou é simplesmente o ponto que está numa circular e que não é cumprido, é só isto.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Já lhe disse que está aqui a resposta.

A Oradora: Não é publicado, Sra. Secretária!

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Está a dizer que eu estou a esconder os dados?!

A Oradora: Assuma duma vez essa lacuna, porque não é publicado, não está a cumprir!

Muito obrigada.

Deputada Alexandra Manes (BE): Acho que se esqueceu de quando era Deputada!

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Está a falar comigo?!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu reconheço que não percebo de tudo, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas fala de tudo!

O Orador: Eu não percebo tudo. Mas devo-lhe dizer que V. Exa. também não percebe de tudo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas eu não falo sobre tudo!

O Orador: Por isso ficamos os dois no mesmo patamar de não sabermos tudo.

O senhor não sabe tudo, não sabe muita coisa e o mesmo acontece comigo, eu também não sei tudo, também não sei muita coisa.

Já não é mau saber que não se sabe, porque há muita gente que acha que sabe tudo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Saber que não se sabe é uma virtude!

O Orador: Mas há uma coisa que eu não tenho qualquer tipo de dúvida, é que a Ordem dos Médicos sabe daquilo que fala quando fala no âmbito da sua profissão – disso eu não tenho dúvidas.

É a Ordem dos Médicos que no seu parecer diz o seguinte:

“Sobre o que mais releva, deixar claro que as propostas partem de um conceito de violência obstétrica com a qual não podemos concordar” – sublinho, não podemos concordar.

É Ordem dos Médicos que não concorda. Ou também não sabe interpretar, também os médicos têm dificuldades de compreensão em relação à Proposta de Resolução do Bloco de Esquerda?

É que o PPM não concorda e a Ordem dos Médicos também não concorda. Será que temos todos dificuldades de interpretação?!

Continuo a citar o parecer: “... com a qual não podemos concordar, elabora com dados dos quais não é legítimo retirar qualquer conclusão a nível nacional e muito menos no que respeita à sua representatividade na Região Autónoma dos Açores”.

Deputado João Vasco Costa (PS): Então não existe é isso?!

O Orador: Portanto, sobre esta matéria a Ordem dos Médicos é muito clara em relação à qualidade do preâmbulo.

Dizia o Sr. Deputado Vasco Cordeiro que eu não percebo tudo.

Claro que não percebo, por isso é que eu leio os pareceres de quem percebe, de quem tem preparação técnica, de quem tem preparação académica, de quem tem preparação nesta matéria e de quem terá claramente mais do que os Srs. Deputados do Bloco de Esquerda.

A Ordem dos Médicos não concorda com a interpretação que aqui é feita por parte de V. Exas.!

Que isto fique bem claro!

Mas diz mais:

“Num estado de direito democrático, não é em nosso entender, concebível promover a atuação do Governo sobre conceitos ideológicos vagos e indefinidos, como pretende a resolução, nem se aceita que a definição seja *ad hoc* sobre um quadro conceitual de correntes de pensamento sem expressão técnica avalizada e sem que haja qualquer quadro normativo que a contemple”. Ou seja, o parecer da Ordem dos Médicos é perfeitamente arrasador sobre a proposta do Bloco de Esquerda.

Deputado António Lima (BE): Então vai votar a favor ou vai votar contra?

O Orador: Se os senhores não tivessem feito um preâmbulo que eu diria que é o *preâmbulo do ódio*...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... que é o preâmbulo de colocar as questões nesse patamar, se calhar este a opinião dos médicos seria mais favorável.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E é importante dizer que a opinião que eu transmiti é uma opinião fundamentada em relação a outras entidades especializadas e preparadas e que deram o seu parecer sobre este Projeto de Resolução.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo na intervenção que teve relativamente a esta matéria, eu vou citar uma expressão que a Sra. Secretária utilizou que foi *não podemos obrigar a algo que já compete*.

Portanto, da minha leitura, se já compete, não estamos a obrigar. E é isso que o Bloco de Esquerda nos propõe, penso eu, porque aquilo que diz no ponto 2...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Leia o parecer da Ordem.

O Orador: Já vou ao parecer da Ordem.

Aquilo que o Bloco propõe é que *garanta a realização do registo obrigatório*. O registo obrigatório já vem de uma portaria de 2016 em que foi promovida a Ordem dos Médicos. E, portanto, do que é que estamos a falar aqui, ao fim e ao cabo, em termos de registo? E o que é que o Bloco de Esquerda aqui nos propõe?

Que *garanta a realização do registo obrigatório por parte dos hospitais da Região dos procedimentos realizados no parto, incluindo a episiotomia e outras práticas adotadas, assim como a respetiva justificação da sua realização*. Mas, isto é, digamos, em diário clínico.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Que é onde deve estar a informação dos pacientes.

O Orador: Claro, mas em diário clínico fica salvaguardada a privacidade deles, mas o Bloco não está a pedir isso.

O bloco o que está a pedir é que garanta a realização do registo obrigatório desde as episiotomias, que é o que aqui está, que já vem aqui na alínea c) do ponto 1 da circular normativa que transpõe para a Região aquilo que já está numa portaria a nível nacional e para a qual foi promovida a audição da Ordem dos Médicos.

Além de que a Sra. Secretária acabou de dizer ainda há pouco que não podemos obrigar *aquilo que já compete*. E, inclusive, a Sra. Secretária disse há pouco que já tem dados de que o Hospital da Horta e o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, já remeteram esses dados incluem na alínea c) do ponto 1 o número de episiotomias, que é aquilo que o Bloco propõe aqui, ou seja, que *garanta a redução do registo obrigatório para os hospitais da Região dos realizados no parque, incluindo epidemias e outras práticas*.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Eu até dei a alternativa de tirar o ponto 2.

O Orador: Então se isso já está a ser feito, qual é o problema?!

Não estou a perceber.

Portanto, se da parte da Secretaria já tem esses dados - e eu gostaria que respondesse à segunda questão que coloquei na minha primeira intervenção - das duas uma: ou o Hospital da Horta está a ter má prática com os registos e vai deixar de registar, ou então os outros dois hospitais, (Santo Espírito e Divino Espírito Santo) vão fazer os registos e vão transmitir essa informação para a tutela. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

(*) Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para dizer à Sra. Deputada Alexandra Manes, de forma muito clara, que este preâmbulo que enquadra estes pontos resolutivos é uma sequência de parágrafos que são desgarrados uns dos outros, onde se infere do princípio de que há violência...

(Aparte inaudível da Deputada Alexandra Manes)

A Oradora: Posso dar a minha opinião?

Já que estava curiosa eu vou dá-la. Acho que tenho direito a ter opinião, portanto vou dá-la.

É efetivamente um preâmbulo que do ponto de vista técnico, faz *revirar* qualquer profissional de saúde, porque sugere nas entrelinhas ideias...

Deputado Nuno Barata (IL): Nem sequer é nas entrelinhas, é mesmo especificamente!

A Oradora: ...enquadrando a ideia, depois de meses antes ter tido a iniciativa, e muito bem, de ter feito por requerimento um conjunto de questões que foram respondidas. E, portanto, quando vai extrair de um conjunto de estudos, usando valores percentuais baseados em números absolutos que têm mérito, mas que são baixos, apresentando-os de forma percentual, falando de 75% fazendo parecer de que é todo mundo, quando na realidade se está a falar de um universo de 40 pessoas, daí as nossas reservas.

Deputado António Lima (BE): Ó Sra. Deputada não faça isso, não entre por aí!

A Oradora: Temos direito a fazer a nossa análise e a debater aquilo que é o nosso entendimento do preâmbulo, é para isso que estamos aqui, então era chegar, votar e ir embora.

Relativamente aos pontos resolutivos, eu acho que peca por excesso. Há 6 pontos resolutivos quase desnecessariamente.

Fazer um estudo regional anónimo sobre as práticas, a minha preocupação é não vamos lá perguntar, ainda que de forma anónima, se a pessoa acha que foi vítima desta ou daquela prática. Se até propôs, e bem, a implementação do inquérito de satisfação das puérperas. Aqui, sim, colocando como a senhora muito bem saberá que é assim que se fazem os estudos, levantando questões que permitam às pessoas, sem lhes sugerir que é violência obstétrica, que elas confirmem se foram ou não eventualmente sujeitas a um qualquer procedimento.

Depois, em relação aos pontos 5 e 6, terá que concordar comigo de que são sobreponíveis. Portanto, isto até peca por excesso.

Implementar campanhas de sensibilização, promover a literacia em saúde materna – ora, quanto a promover literacia e saúde materna, um dos meios é fazer, por exemplo, uma campanha de sensibilização.

Eu acho que peca no excesso, na confusão e no querer ser muito abrangente, tornando confuso.

A elaboração de um plano institucional adequado à realidade – pronto, aqui podemos concordar, mas a senhora também sabe que, então, não está a deixar abertura para planos de parto ou planos de nascimento personalizados. Essa até é a recomendação, não são partos institucionais em que os hospitais fazem um modelo e, depois, a pessoa sujeita-se a isso. Mas eu até posso perceber a ideia. E quando intervim para dizer que isto deixava várias dúvidas, pensei que a Sra. Deputada ia explicar, mas afinal o que a senhora queria era que eu ainda me explicasse mais. Mas, eventualmente, irá prestar mais esclarecimentos.

A senhora sabe tão bem como eu que este plano de parto deve ser personalizado e aí, sim, deixaria às famílias ao casal, à mulher o livre arbítrio de dizer o que pretende e o que não pretende.

Eu percebo a ideia de haver um plano institucional, isso é prática em muitas instituições, sob a forma de um guião, sem tirar o protagonismo às mulheres, como um guião que já lhes adianta que recursos pode ter à disposição ou não, orientando e facilitando. Mas também nos deixa dúvidas, porque se é para erradicar qualquer prática, então não era um plano institucional, era dar o livre arbítrio de um plano personalizado, ou seja, há aqui contrassensos.

Relativamente ao ponto número 2, para alguma coisa nós pedimos pareceres e ouvimos as pessoas – é para levar em linha de conta o que nos é transmitido - e, portanto, ressaltando que a Sra. Deputada Alexandra Manes não estava quando este ponto foi discutido na Comissão, pena é que a Sra. Deputada Vera Pires

não tenha tido a oportunidade, até na audição da Sra. Secretária, de ter podido explorar mais esta questão.

Ficámos todos cientes, sim, porque a Secretária foi muito clara e o parecer da Ordem dos Médicos era claro, de que era um ponto que levantava reservas a Ordem dos Médicos que é quem tem a tutela disciplinar médica . E daí as nossas reservas.

Penso ter sido clara.

Deputado Berto Messias (PS): Quem vos viu e quem vos vê!

Que horror!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(* **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo exatamente pela Sra. Deputada Salomé Matos, para dizer que literacia não se resume só à sensibilização.

Depois, Sra. Deputada, não há planos de parto agora, quanto mais planos personalizados.

Por outro lado, o plano de parto parte de um todo para poder ser individualizado, tal como todas as orientações institucionais são personalizadas depois.

Além disso, também não deixa de ser estranho que aqui só se fale no parecer da Ordem dos Médicos, mas que se esteja a omitir o parecer da Ordem dos Enfermeiros, ou o parecer do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, ou o parecer do Hospital da Horta.

Respondendo a outra questão agora, realmente a Sra. Secretária há bocadinho, disse e bem, num aparte que até tinha dado uma sugestão para resolver aquilo que era o problema do ponto 2, pois mas nós podemos concordar com a sua sugestão no que diz respeito a colocar o ónus do registo dos procedimentos a cargo das parturientes, através do questionário da sua experiência de parto. E porquê?

Exatamente porque está é uma dificuldade daquelas que se sentem na falta dos objetivos, ou seja, colocar o registo de procedimentos a cargo das mulheres naquele momento, é tornar a recolha de dados subjetiva e sem o olhar clínico exigido para uma análise rigorosa de informação.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Não é nada disso. É bem objetiva.

A Oradora: Até porque em causa estão conhecimentos técnicos e científicos que apenas cabem aos profissionais de saúde para a sua realizam e registo, logo seria subjetivo colocar o ónus nas mulheres que muitas vezes desconhecem os termos e tudo o que se passa, e às vezes nem sequer identificam as situações por que passam como sendo situações menos corretas, nem elas próprias muitas vezes identificam isso. E quando acabam por identificar, é quando se encontram com outras mulheres e ouvem dizer “olha isto aqui não é um hotel”, que é um clássico, ou então “quando estavas a fazer não estavas com gritos”, também é outro clássico, Sra. Secretária. E eu não conheço nenhuma mulher que não tenha uma amiga mulher que não tenha ouvidos conversas semelhantes a estas.

Portanto, não pode ser dado o ónus deste registo às mulheres, sem as pessoas terem um conhecimento científico e dominarem as técnicas, porque é sempre subjetivo, visto que grande parte das mulheres desconhece, pois senão desconhecem provavelmente este tema não teria surgido tão recentemente.

Por isso, não podemos omitir que isso existe, não podemos simplesmente omitir que existe ou não existe.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas quem é que quer omitir? Não podemos é generalizar!

A Oradora: O facto é que o que nós queremos é prevenir que essas situações se generalizem.

Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Acabou de generalizar, Sra. Deputada!

A Oradora: O que nós queremos é isso é simplesmente dar mais conhecimento às mulheres, é integrá-las naquela altura, para que elas façam parte daquela hora, que sejam ouvidas nas suas decisões, que tenham conhecimentos e capacidade de decisão e, acima de tudo, que aquele seja um momento seja uma experiência boa, que não traga traumas ou problemas no futuro.

É tão simplesmente isso que o Bloco quer.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Exmo. Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto eu não era para intervir neste debate, mas não consigo ficar bem com a minha consciência perante o clima que se vive nesta sala. Um clima de que parece que o Governo quer omitir dados, que o Governo quer contribuir através duma neblina para algo que é bastante real e algo que é bastante objetivo e não é nada subjetivo, Sra. Deputada Alexandra Manes, nada.

Deixe-me perguntar-lhe uma coisa: sabe que muitas vezes, ou na grande maioria das vezes, essas técnicas são utilizadas, porque há sofrimento fetal?

Por isso, é necessário utilizar estas manobras, senão pode-se estar em causa o sofrimento fetal e o bem estar do feto e até da própria mãe.

Deputada Alexandra Manes (BE): Mas eu não me referi a nada disso!

A Oradora: E, portanto, há situações que nos ultrapassam e que tem mesmo de ser efetuadas. E da forma como nós estamos aqui a discutir este assunto, parece

que é algo rotineiro e não deve ser, não é rotineiro, não se pode generalizar, nem passar a imagem de que o Governo quer omitir estes dados, porque isso não é verdade!

Deputado António Lima (BE): Quem está a generalizar é a senhora! Tenha vergonha!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Tenha respeito!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Até parece que agora apetece-me vir aqui dizer que o Governo está a omitir, e digo. Mas o Governo não está a omitir nada.

Eu até lhe disse, em sede de Comissão, que se a questão que se punha era saber as técnicas que são realizadas, que se podia acrescentar esse ponto no inquérito, porque obviamente as mulheres têm que ser esclarecidas, mas isso não se faz através da

obrigatoriedade, faz-se através de campanhas de sensibilização e de literacia para a saúde que são pontos resolutivos diferentes, isso sim é que faz a diferença.

Portanto, eu lamento esta postura de deixar aqui no ar a suspeição de tornar algo que devia ser bom, que é uma iniciativa que nós reconhecemos que importa e que a Região tem que dar um passo em frente, para tornar este debate em algo extremamente desagradável para quem efetivamente já passou por um caso de violência obstétrica.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Vem a senhora para aqui falar de coisas que não percebe!

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN está favorável a este Projeto de Resolução por parte do Bloco de Esquerda relativamente aos 5 pontos resolutivos.

Vejo que há alguma celeuma relativamente ao ponto 2 que não entendo muito bem porquê, pois o Artigo 40º do código deontológico da Ordem dos Médicos já é muito similar àquilo que o Bloco de Esquerda está a pedir, por isso, não vejo qual a celeuma em relação a isso, porque à exceção desse ponto, todos os outros servem mesmo para termos mais informação, é apenas informação, não estamos a falar de alguma mudança em termos operacionais ou termos técnicos, pois isso obviamente é para os nossos profissionais de saúde. O Bloco de Esquerda teve o cuidado de pedir apenas mais informação, a qual serve apenas para prevenção. É uma prevenção e, ao mesmo tempo, dar literacia para quê?

Porque nós também sabemos que apesar de dar os parabéns aos nossos profissionais de saúde, também temos que dar os parabéns às nossas mães que estão dentro dessa equipa que é bastante importante, isto é, a equipa dos profissionais e a mãe que também sabemos - duma forma mais exterior - que é bastante difícil, imaginemos, então, estar na pele duma mulher, o quão será complicado, apesar de sabermos à partida que é algo natural e que deve ser um momento de felicidade, mas também sabemos que às vezes não é bem assim.

Aquilo que nós pretendemos, e não nos podemos esquecer disso, é que em qualquer profissão temos excelentes profissionais, mas também temos os maus

profissionais. O mesmo acontece nos nossos hospitais, por isso, isto serve apenas para dar informação e ao mesmo tempo, dar literacia e também poder às nossas mães para saberem, à partida, quais são os seus direitos. E é apenas essa situação que eu vejo neste Projeto de Resolução.

Sobre o preâmbulo, eu não vejo aqui qualquer tipo de má conotação, nem em termos ideológicos, pois recordo-me, até mesmo na AR, vários partidos, independentemente da sua ideologia, aliás, recordo-me até duma antiga deputada que agora faz parte do gabinete do CHEGA, por isso, é uma questão que envolve todos os partidos que foram muito - mas muito - mais pesados.

Os Srs. Deputados têm que olhar para os preâmbulos e a Ordem dos Médicos de certeza que nunca concordou, porque nunca concorda. E não estamos a falar de mudanças operacionais, estávamos mesmo a falar de mudanças técnicas em termos do colégio de especialidade de obstetrícia.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Os seus preâmbulos são bem melhores. Gosto muito.

O Orador: Não é o que acontece, neste momento, porque o preâmbulo, serve apenas de informação, a qual está veiculada, é a informação para todos que nós podemos usar e servirá apenas como uma pequena história daquilo que necessitamos, ou seja, que é apenas o estudo com o qual nós temos que concordar plenamente.

Não vejo qualquer violação da parte de nenhum partido quanto à parte técnica dos médicos nem dos enfermeiros, perante este Projeto de Resolução.

Eu não vejo. E se visse, como já aconteceu nesta Assembleia, duma forma em que os políticos tentam meter-se no trabalho operacional, nas escolhas, escolhas e nas decisões dos profissionais de saúde, em que eu recusei sequer fazer essa votação. Já aconteceu neste plenário, mas não é o que acontece com este Projeto de Resolução, onde não vejo qualquer falta de respeito.

Se a Ordem dos Médicos gostam ou não, Sr. Deputado Paulo Estêvão, a maior parte não gosta e os pareceres muito dificilmente são favoráveis.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu respeito a Ordem dos Médicos.

O Orador: Claro que sim.

Nós verificamos isso nos pareceres dos Hospitais da Horta ou da Terceira. O parecer da Ordem dos Enfermeiros é totalmente positivo, aliás, o do Hospital da Horta diz que a maior parte já feita que precisam é de mais recursos humanos, é a única coisa que o Hospital da Horta pede; precisam de mais recursos humanos para fazer aquilo que é pedido e que concordam com isso.

Por isso, não vamos apenas pegar num parecer, porque se formos pelo parecer, nós sabemos, à partida, até com um projeto que tivemos aqui, que a Coligação votou a favor, neste caso, era um Projeto do PAN, relativamente ao subsídio de horas extraordinárias dos médicos, sobre o qual a Ordem dos Médicos não concordava na altura.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de começar por felicitar o Bloco de Esquerda por trazer esta iniciativa, porque é um assunto que eu não me recordo de alguma vez esta Assembleia ter tratado pelo menos nos últimos 23 anos em que eu acompanho mais de perto estas matérias.

Exatamente porque é uma realidade que existe e não vale a pena dizermos que é uma realidade que não existe.

Deputado Nuno Barata (IL): Mas ela existia.

A Oradora: Exatamente porque é uma realidade que existe e não vale a pena dizermos que ela não existe. E porque existindo, deve merecer a atenção de

todos os presentes e dos representantes das dos homens e mulheres destas nove ilhas.

Ontem discutimos aqui um tema polémico e fizemo-lo, quanto a mim, com muita elevação, senti muito orgulho em todos aqueles que participaram no debate no qual falámos sobre bem-estar animal, sobre touradas, sobre cultura, sendo que conseguimos falar sobre um tema que é fraturante com muita elevação.

Hoje, estamos a tratar dum tema que diz respeito, sobretudo, às mulheres desta Região. E eu, sinceramente, gostava que tivéssemos tido todos a elevação que parece-me, infelizmente, que não tivemos.

Deputado João Vasco Costa (PS): É verdade, uma vergonha!

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

A Oradora: Permitam-me que diga o que penso.

Eu penso que o Bloco de Esquerda apresenta uma iniciativa fundamentada em estudos, naquilo que são as recomendações da Organização Mundial de Saúde, naquilo que foi um estudo feito por uma entidade credenciada a nível nacional, que nos dá referências, que não faz qualquer juízo de valor sobre as práticas, boas ou más, que são tidas na Região.

Não faz qualquer juízo de valor sobre as práticas e sobre os profissionais.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Faz, faz! Desde a primeira à última linha!

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Faz sim senhora!

A Oradora: Aliás, é bom que se diga que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista aproveita este momento para agradecer a todos os profissionais que ao longo dos anos se dedicam à saúde da mulher na nossa Região e isto é fundamental.

O facto das minhas experiências, enquanto mãe e parturiente, terem sido boas, não quer dizer que o tenham sido para todas as mulheres. E, portanto, eu não posso vir aqui assumir que pelo facto das minhas experiências terem sido boas, foram também para todas as mulheres. Portanto, tenhamos a elevação de tratar o tema como ele merece, colocando as mulheres, e o cuidado e a saúde das mulheres, no centro das nossas preocupações, como eu sei que está no centro das preocupações de todos os profissionais de saúde. Mas temos todos que assumir, primeiro, que com certeza haverá problemas, há na literacia da saúde no geral e haverá neste as peto em particular. A Sra. Secretária já o assumiu, claro que há.

Nós gostaríamos, e é isso que esperamos, vir a ter informadas no momento em que estão a parir.

Isso acontece hoje?

Temos a segurança de dizer que as mulheres estão informadas de tudo o que lhes vai acontecer?

Claro que não.

Então porque é que vamos ter ilusão de dizer isso?

Quantas Mulheres é que sabem o que são as manobras já aqui mencionadas?

Quantas?

Quantas mulheres sabem que manobras são essas e que riscos é que daí decorrem?

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ó Sra. Deputada se elas souberem já não querem ter crianças.

A Oradora: Nós sabemos que, infelizmente, isso ainda não acontece. Tenhamos, por isso, a humildade de reconhecer que eventualmente poderá haver situações em que as coisas possam não ter corrido bem e, por essas vezes, tenhamos a hombridade de assumir que o que nos traz o Bloco é factual.

São os estudos que existem, é a informação que existe, no momento, e o Bloco não traça qualquer juízo de valor nem sobre a prática dos profissionais, nem sobre o Governo. No limite, o Bloco não traça críticas sobre a ação do Governo, nem uma única.

Até agora, foi feita uma única crítica sobre a ação do Governo.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Traça sim!

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Diz que a gente esconde informação.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não disse isso!

A Oradora: Aliás, diga-se que não foi dito nunca que a Sra. Secretária ou o Governo Regional escondem informação sobre esta matéria. Agora, para que o Governo Regional disponibilize informação sobre esta matéria, é preciso que a tenha; para que o Governo atue nesta matéria, é preciso que tenha essa informação. E, neste momento, pelos vistos, ainda não temos informação suficiente ou desejável.

A Sra. Secretária já disse, tem de dois hospitais e falta de um. Quando tiver dos três, terá eventualmente mais informação para todos. Por isso, é com muita satisfação que eu e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos unimos ao Bloco de Esquerda nesta iniciativa a favor das mulheres dos Açores, das crianças naturalmente, das famílias, no sentido de que o que penso que aqui está em causa é assegurar as melhores condições de saúde às mulheres da nossa Região e, com isso, da saúde em geral dos açorianos, para melhorar práticas em todas as matérias.

Ainda há pouco, quando falámos sobre a doença de Machado Joseph, e demos prioridades aos doentes do Machado Joseph, não tivemos problema nenhum em

definir prioridades numa matéria de saúde. Porque é que agora havemos de estar com estes preconceitos?!

É porque falamos exclusivamente de mulheres?!

Eu espero bem que não seja esse o caso.

Muito obrigada.

Deputado Flávio Soares (PSD): Não somos menos sérios do que a senhora, só porque temos uma opinião diferente

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e do BE)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A maternidade é um dos princípios fundamentais dum conceito que eu prezo muito: família. Sem maternidade, não havia família. Havia aí uns *ajuntamentos*.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Não é verdade. As pessoas antes nasciam, isso é maternidade.

O Orador: As pessoas nasciam na cabeça do Sr. Deputado Rui Martins, ou então mesmo na Bíblia. De resto, as pessoas não nascem sem maternidade, ou então a menos que sejam bebés proveta.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Como é que é?!

O Orador: O respeito pela mulher é importante, seja em que circunstância for, no mundo laboral onde temos muito para caminhar, seja na saúde.

Da parte do CHEGA este Projeto tem a nossa aprovação, sem mais demoras, sem mais coisa nenhuma, porque haja respeito por este tema. Não estamos aqui a falar de brincadeiras, estamos a falar de bem-estar das nossas mães e futuras mães.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É importante referir o seguinte: o que é que o PPM disse a respeito da orientação de voto logo na primeira intervenção?

Que votaria favoravelmente.

Mas nós estamos numa democracia. E na democracia nós damos a nossa opinião sobre a fundamentação e o preâmbulo. E, por isso, eu dei a minha fundamentação.

Deputada Ana Luis (PS): Mas diga lá qual é a parte que não concorda.

O Orador: O preâmbulo está descontextualizado, generaliza o que não deve generalizar e eu não concordo e além disso, Ordem dos Médicos e outras pessoas também não concordam. Mas temos o direito de não concordar. Há livre expressão em Portugal e nos Açores, somos livres e eu nunca vou abdicar de dar a minha opinião sobre qualquer matéria.

Deixem-me transmitir-vos esta crítica que é: o Partido Socialista acha que esta matéria é fundamental. O Sr. Deputado do Partido Socialista que fez algumas intervenções, também acha que é fundamental, no entanto, teve responsabilidades governativas e não o fez.

Deputada Ana Luis (PS): Ah já cá faltava esse argumento!

O Orador: Alguns dos Srs. Deputados já tiveram responsabilidades governativas, estiveram no Conselho de Governo e não o fizeram.

Portanto, não têm legitimidade para vir dizer aqui que este é um tema que sempre foi a sua prioridade. Se foi a sua prioridade porque é que não o fizeram?!

Porque é que não tomaram uma iniciativa sobre esta matéria?! Eu peço que sobre esta matéria, o Partido Socialista não venha aqui dar lições de moral a ninguém!

É isso que eu que eu vos peço, porque os senhores tiveram responsabilidades governativas, alguns deles diretamente no setor, e nunca o fizeram!

Era tão importante, tão importante, que estiveram 24 anos no governo e não fizeram nada sobre esta matéria?!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Por isso, meus senhores, o que eu vos quero dizer é que mantenho a minha opinião desde o início. Não concordo com o preâmbulo, mas mesmo assim, e isto mostra a boa vontade do Grupo Parlamentar do PPM em aderir a esta questão, porque eu considero essencial, vamos votar favoravelmente. E dissemos isto desde o primeiro momento.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem de terminar.

O Orador: Vou terminar, vi agora pois não me tinha apercebido que tinha superado o tempo, Sr. Presidente. E, como sempre, termino a minha intervenção pedindo desculpa a este plenário por ter excedido o tempo, que já vai longo e, portanto, da minha parte, nada mais tenho a explicar. A não ser, Sr. Presidente, que votarei favoravelmente, mas continuo a não estar convencido com o preâmbulo que faz uma generalização abusiva.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque o debate já vai longo, mas depois da intervenção da Sra. Deputada Andreia Cardoso que, sinceramente, não consegui perceber, uma vez que foi sempre dito por parte dos partidos da Coligação que considerávamos pertinentes e concordávamos com os pontos resolutivos.

(Apartes impercetíveis de alguns Deputados das bancadas da Coligação, do PS e do BE)

A Oradora: Dissemos sempre que concordávamos com os pontos resolutivos, mas fizemos a nossa análise, que considero legítima, quanto ao preâmbulo, porque consideramos que a abordagem não foi a que entendemos que devia ter sido feita, porque esta é uma matéria sensível e que merece um debate.

A verdade é que o próprio estudo trata dum universo de 58 açorianas e claro que as percentagens são elevadas, porque é uma amostragem muito pequena da nossa realidade, daí que seja natural que tenhamos as nossas reservas quando temos um parágrafo que diz:

“Considerando que existiram queixas de violência obstétrica em dois hospitais da Região...” que as mesmas foram desvalorizadas. E por quem foram desvalorizadas? Quando?

Deputada Alexandra Manes (BE): Mas não houve queixas?

A Oradora: Isto não é um juízo de valor?!

Quem é que desvalorizou?!

(Apartes impercetíveis de alguns Deputados das bancadas da Coligação, do PS e do BE)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, ou há urbanidade na sala ou eu suspendo os trabalhos.

Que gritaria é essa Sra. Deputada?!

Faça favor de continuar Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

A Oradora: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Portanto, considero que quando se diz que foram desvalorizadas estas queixas, isto é um juízo de valor, sim, que o estudo com as percentagens elevadas que têm que existir - porque a amostragem é pequena - claro que tenta generalizar uma realidade que não é a nossa.

Foi sempre isto que dissemos e sempre considerámos que era pertinente a matéria trazida a debate, assim como os pontos resolutivos. E, como tal, foi sempre esta a nossa posição desde o início, só que parece agora que querem fazer crer que não foi este o nosso entendimento desde a primeira hora.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra, também muito brevemente, sentindo que a Sra. Deputada Andreia Cardoso dirigiu-se em parte às minhas intervenções para dizer-lhe que não compreendi, penso até que justifica ainda pior do que as dúvidas que tivemos quanto ao enquadramento. É lícito termos dúvidas, colocámos as nossas considerações, foram trocadas opiniões, isso é legítimo, o discurso foi feito com elevação, não houve falta de respeito.

Sobre a referência feita à iliteracia, penso que o Bloco de Esquerda não precisava de defesa, os profissionais não precisavam de defesa, as mulheres também não, pois não houve qualquer ataque.

O assunto é relevante, foi discutido em Comissão, houve hoje qui um debate e troca de opiniões, como há sobre tantos outros assuntos. Dispensava-se as comparações com as touradas, porque todo e qualquer assunto merece igual tratamento.

Em resumo, acho que houve elevação ontem, tal como houve elevação hoje.

(Aparte impercetível da Deputada Andreia Cardoso)

A Oradora: A Sra. Deputada é que fez a comparação.

Portanto, gostaria de dizer que em momento algum estivemos discordantes do Projeto de Resolução. O que eu disse à Sra. Deputada Alexandra Manes, acho que neste caso, *menos tinha sido mais*, porque há uma redundância de pontos resolutivos sem necessidade, ainda que acompanhemos, naturalmente, votando a favor esta iniciativa.

Penso que principalmente as mulheres não precisariam de qualquer defesa.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu lamento dizer, mas atendendo ao tema em apreço, mais parece que V. Exa. está com síndrome pré-natal. Entenda-se a proximidade do orçamento do fim do ano, porque V. Exa. ...

Deputado Rui Martins (PPM): Que elevação, sim senhor!!

(Apartes impercetíveis trocados entre as bancadas da Coligação e do PS)

Deputado Berto Messias (PS): Foi uma piada. Onde está o vosso sentido de humor?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Tiago Lopes está no uso da palavra.

Os senhores depois terão as figuras regimentais todas ao vosso dispor. Além do tempo que ainda têm para se defender, discordar e para tudo isso. Mas não é à berraria!

Faça o favor Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão diz muito de si e dos partidos da Coligação. Revela, no fundo, um perfil que ao longo dos últimos três anos tem sido cada vez mais notório, na falta de melhor argumento, parte para os ataques pessoais e falam do passado para evitar falar no presente.

Eu tenho que dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, porque dirigiu-se a mim pessoalmente, não questionando o Governo, mas questionando o passado (e a mim pessoalmente) sobre o que foi feito relativamente a esta matéria.

Nós falamos há pouco de uma circular normativa que foi publicada em 12 de julho de 2019. A circular normativa, Sr. Deputado Paulo Estêvão, está assinada por mim.

Portanto, o PS e eu, temos trabalho nesta matéria, mais do que o Sr. Deputado em anos e anos nesta Casa.

Deputado Jose Contente (PS): Muito bem!

O Orador: E a sua intervenção em nada mereceu as mulheres açorianas desta Região, nada!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu vou fazer um esforço para corresponder àquele que foi o pedido por parte da Sra. Deputada Andreia Cardoso, quando pediu elevação no debate.

Elevação e respeito, foi aquilo precisamente que não aconteceu por parte da bancada do Partido Socialista, quando o Sr. Deputado Diogo Tiago Lopes diz que eu sofro de síndrome pré-natal.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mais do que uma descortesia tremenda, significa uma ofensa às mulheres. Significa, sobretudo, que as senhoras sofrem de um síndrome de pré-natal.

De que as senhoras quando estão grávidas, têm alguma forma de diminuição do ponto de vista emocional, isto é, que estão diminuídas, que estão afetadas por um síndrome e, portanto, mais do que me afetar a mim...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ele não disse que eram as mulheres! Os homens também sofrem!

O Orador: ... mais do que ofender a mim, o Sr. Deputado Tiago Lopes ofendeu todas as mulheres, porque a gravidez não é uma doença, não é nenhum síndrome, Sr. Deputado!

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Não há nenhum síndrome!

Eu tenho muita pena que tendo tido V. Exa. as responsabilidades que teve na área da saúde, e tendo a formação profissional que tem, venha aqui dar este triste exemplo ao falar em síndrome pré-natal das mulheres dos Açores, para fazer uma comparação jocosa com um deputado deste Parlamento!

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): O síndrome de pré-natal é seu. Não é das mulheres.

Isso é mentira!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Tiago Lopes, querendo, tem a palavra para um Contraprotesto.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em contraprotesto à intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, tenho a referir o seguinte:

Tal como eu referi, e reitero tudo aquilo que disse, o Sr. Deputado na intervenção que teve sobre um diploma apresentado nesta Casa pelo Bloco de Esquerda, não teve uma intervenção que dignificasse efetivamente o trabalho que todos nós estamos aqui a fazer e o assunto que nós estamos aqui a tratar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A sua intervenção é que foi digna!

O Orador: Preferiu falar do passado e fazer um ataque à minha pessoa!

Viu da minha parte algum protesto ou defesa da honra?

Não, Sr. Deputado, não alinho nesses esquemas!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor não sabe onde está sentado!

O Orador: Eu quero falar do presente e do futuro desta Região.

Não quero estar a falar do passado e andar preso em parábolas e com brincadeiras, Sr. Deputado.

É para isso que as açorianas e os açorianos me elegeram e não para estar aqui neste *bate-boca* com V. Exa. que pelos muitos anos que já tem nesta Casa, devia ter um altívismo muito superior àquele que demonstra!

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A sua expressão é que é uma vergonha!!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos por hoje.

Até amanhã.

Eram 20 horas e 02 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima.

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão.

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

A redatora: Ana Paula Lemos.